

2003-2010 O BRASIL EM TRANSFORMAÇÃO

VOLUME 4

A NOVA POLÍTICA EXTERNA

ALBERTO KLEIMANN
CELSO AMORIM
FÁTIMA MELLO
FLORISVALDO FIER (DR. ROSINHA)
JOÃO FELÍCIO

MARCO AURÉLIO GARCIA
MARIA SILVIA PORTELA DE CASTRO
PAULO FAGUNDES VIZENTINI
SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES
VALTER POMAR



2003-2010 O BRASIL EM TRANSFORMAÇÃO
VOLUME 4

A NOVA POLÍTICA EXTERNA

2003-2010 O BRASIL EM TRANSFORMAÇÃO
VOLUME 4

A NOVA
POLÍTICA EXTERNA



FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Instituída pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores em maio de 1996.

DIRETORIA

Presidente: Nilmário Miranda

Vice-presidente: Elói Pietá

Diretores: Flávio Jorge, Iole Ilíada, Paulo Fiorilo, Selma Rocha

COLEÇÃO 2003-2010 O BRASIL EM TRANSFORMAÇÃO

Coordenador: Elói Pietá

Organizador do volume 4: Kjeld Jakobsen

EDITORA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Coordenação editorial: Rogério Chaves

Assistente editorial: Raquel Maria da Costa

Projeto gráfico e diagramação: Caco Bisol

Todos os direitos reservados à

Editora Fundação Perseu Abramo

Rua Francisco Cruz, 224 – 04117-091 São Paulo – SP

Telefone: (11) 5571-4299 – Fax: (11) 5571-0910

Correio eletrônico: editora@fpabramo.org.br

Visite a página eletrônica da Fundação Perseu Abramo

www.fpabramo.org.br

www.efpa.com.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

N935 A nova política externa / [organização Kjeld Jakobsen]. – São Paulo :
Editora Fundação Perseu Abramo, 2010.
112 p. – (2003-2010 O Brasil em transformação ; v. 4)

Inclui dados biográficos dos autores.
ISBN 978-85-7643-091-9

1. Relações internacionais - Brasil. 2. Brasil - Política e governo - 2003-. 3. Política internacional. 4. Relações econômicas internacionais. 5. Brasil - Relações exteriores. 6. Movimentos sociais. 7. Sindicatos - Atividades políticas. I. Jakobsen, Kjeld.

CDU 327(81)
CDD 327

(Bibliotecária responsável: Sabrina Leal Araujo – CRB 10/1507)

SUMÁRIO

- 9 **Apresentação**
Elói Pietá
- 11 **Introdução**
Kjeld Jakobsen
- 13 **Uma política externa para enfrentar as vulnerabilidades e disparidades**
Samuel Pinheiro Guimarães
- 25 **A política externa brasileira**
Marco Aurélio Garcia
- 33 **Um PAC latino-americano**
Valter Pomar
- 39 **Para uma nova política exterior brasileira:
Superar o descompasso entre a política interna e a externa**
Paulo Fagundes Vizentini
- 49 **Uma avaliação a partir do movimento social**
Fátima Mello
- 55 **Uma visão a partir do movimento sindical**
João Antonio Felício
- 61 **A política externa e a integração regional**
Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha)
- 69 **A importância do regime trabalhista na política externa**
Maria Sílvia Portela de Castro
- 79 **A ação internacional dos governos locais e a cooperação federativa**
Alberto Kleimann
- 97 **Sem medo de decidir**
Celso Amorim

A NOVA POLÍTICA EXTERNA



APRESENTAÇÃO

Este livro faz parte da coleção “2003-2010 O Brasil em transformação”, que a Fundação Perseu Abramo organizou a pedido do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores (PT).

Como anunciamos no primeiro volume, intitulado *A nova política econômica – A sustentabilidade ambiental*, é objetivo da coleção “registrar as mudanças ocorridas no Brasil durante os oito anos do governo dirigido pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Os livros que a compõem resultam de um trabalho coletivo realizado ao longo de 2009 e finalizado em 2010, elaborados a partir de exposições orais feitas por ministros e outros altos dirigentes do governo federal, além de intelectuais e lideranças sociais que também acompanharam de perto os acontecimentos nacionais neste período. Estas avaliações, gravadas em áudio e depois adaptadas à linguagem escrita por um organizador de cada livro, têm, ao final, os textos submetidos à aprovação de seus autores”.

A Fundação Perseu Abramo, instituída pelo Partido dos Trabalhadores em 1996 para promover a reflexão política, disseminar os conhecimentos produzidos, formar quadros políticos, preservar a memória do partido e da esquerda brasileira, apresenta agora este quarto volume *A nova política externa*, organizado por Kjeld Jacobsen.

A Fundação agradece a generosa contribuição dos autores e dos organizadores, e, do mesmo modo, agradece à Fundação Friedrich Ebert (FES), que também contribuiu para a publicação do livro.

Haverá, ainda, um outro volume sobre as chamadas políticas sociais, que está em fase final de preparação, contendo a avaliação, em especial, da educação, da cultura, da saúde, dos esportes, das políticas para a juventude, de habitação popular. Desse volume fará parte também um balanço das políticas desenvolvidas em ciência e tecnologia.

Grandes temas ainda serão avaliados em outros volumes: o papel do Estado e das empresas estatais, democracia brasileira, direitos humanos e cidadania. Com isso, buscamos contribuir para a melhor compreensão do Brasil nesta primeira década do século XXI.

Elói Pietá

Coordenador da coleção 2003-2010 O Brasil em transformação

KJELD JAKOBSEN

INTRODUÇÃO

O que leremos em seguida são intervenções que avaliam e comentam a política externa desenvolvida durante o governo do presidente Lula, de 2003 até 2009, colhidas durante um seminário realizado pela Fundação Perseu Abramo nos dias 30 de setembro e 1º de outubro, na cidade de São Paulo.

Participaram desse seminário vários autores com diferentes vivências nas relações internacionais, os quais colaboraram generosamente para a geração deste conteúdo. Alguns deles trabalharam diretamente na formulação e execução da política externa do governo Lula desde seu início, como o ex-Secretário Geral do Ministério de Relações Exteriores e atualmente Ministro de Assuntos Estratégicos, embaixador Samuel Pinheiro Guimarães e o Chefe da Assessoria da Presidência da República, professor Marco Aurélio Garcia.

Outros contribuíram com a discussão a partir de um olhar das organizações sindicais e sociais, bem como das organizações não-governamentais que buscam incidir sobre a política externa a partir das posições e experiências do movimento social, como o caso de Fátima Mello, Secretária Executiva da Rede Brasileira pela Integração dos Povos (REBRIP) e de João Antonio Felício, Secretário de Relações Internacionais da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Quanto à avaliação mais geral da política, nós temos as contribuições da visão partidária do ex-Secretário de Relações Internacionais do Partido dos Trabalhadores (PT) Valter Pomar, e a visão acadêmica do professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Paulo Fagundes Vizentini.

O deputado federal pelo PT e também membro do Parlamento do Mercosul (Parlasul), Dr. Rosinha e a Assessora da Secretaria de Relações Internacionais da CUT, Maria Silvia Portela de Castro, focaram sua avaliação principalmente, nas iniciativas do governo frente aos processos de integração regional Mercosul e Unasul.

Por fim, Alberto Kleimann, assessor de Relações Internacionais da Sub-Secretaria de Assuntos Federativos (SSAF), subordinada a Secretaria de Relações Institucionais, apresentou um quadro das relações e da cooperação internacionais no nível sub-nacional dos estados e municípios.

As intervenções desses companheiros e companheiras foram em caráter pessoal e não em nome das instituições para as quais trabalham. Todavia, apesar dessa ressalva, um aspecto importante apresentou-se durante o seminário, a convergência em torno da avaliação positiva da política externa do governo Lula e a constatação de que ela representou uma mudança significativa em comparação com o governo anterior.

Aliás, essa avaliação é compartilhada por personalidades e publicações especializadas internacionalmente e se deve em primeiro lugar aos bons resultados internos do Brasil no tocante à economia e políticas sociais e à construção de um espaço internacional relevante para uma potência média, como é o caso do nosso país. Para chegar a isso, várias iniciativas ousadas foram implementadas, como o fortalecimento das relações Sul-Sul, articulações de alternativas frente à tradicional hegemonia dos países industrializados na definição das políticas econômicas e de comércio, desenvolvimento de uma política de integração regional coerente com as necessidades do Brasil e da América do Sul, bem como uma atitude recíproca e não subserviente diante das posições das grandes potências mundiais e das organizações internacionais, inclusive reivindicando o espaço de poder que é devido ao Brasil no sistema mundial.

No entanto, as avaliações positivas apresentadas nas intervenções dos participantes não impediram a constatação de lacunas sobre alguns aspectos da política externa atual como, por exemplo, no tocante à aceitação da agenda de comércio multilateral dos anos 1990, por meio da Rodada Doha na Organização Mundial do Comércio (OMC) e a modesta preocupação do governo com o fortalecimento do regime trabalhista internacional.

Há por fim um aspecto que possivelmente merecesse um seminário exclusivo, que é o debate sobre a continuidade e aprofundamento da política externa iniciada no governo Lula, particularmente, num cenário mundial de mudanças e redefinições das esferas de poder e hegemonia, que, além disso, passa por uma convergência de crises na economia, na energia, no clima, no suprimento de água e alimentos para o conjunto da população, além do recrudescimento de conflitos regionais.

Uma das expectativas da presente avaliação ou, melhor, avaliações é fornecer elementos de debate para os interessados na política externa, sejam petistas ou não, na perspectiva de evolução desse processo que começou em 2003.

Kjeld Jakobsen

SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES

**UMA POLÍTICA EXTERNA
PARA ENFRENTAR AS
VULNERABILIDADES E DISPARIDADES**

Ao agradecer o convite para estar aqui, gostaria de esclarecer que essa é uma visão particular sobre as questões da política externa.

Em primeiro lugar, a definição de política externa deve partir necessariamente de uma visão das características da sociedade brasileira, de um lado, e de uma visão das características do sistema internacional, do outro. Quanto às características da sociedade brasileira, que poderíamos também encarar como desafios, teríamos em primeiro lugar as disparidades – talvez a principal característica de nossa sociedade. Disparidades de toda ordem: regionais, de renda, de propriedade, de gênero, de origem étnica, dentro das cidades e assim por diante. Elas são extremas. O Brasil tem índices muito graves nas disparidades sociais. Essa é uma primeira constatação.

Outra característica da sociedade brasileira são suas vulnerabilidades, que se apresentam do ponto de vista militar, do ponto de vista tecnológico, do ponto de vista econômico e do ponto de vista ideológico. Um comentário rápido sobre cada uma delas.

Do ponto de vista militar, é notório que as despesas militares no Brasil são muito inferiores à sua necessidade, quando se considera seu território, seu litoral, seu espaço aéreo, sua população, seu parque produtivo. Essa relação é pequena em termos internacionais.

Do ponto de vista tecnológico, é fácil verificar pelas estatísticas da Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI), que o número de patentes registradas por firmas brasileiras ou por brasileiros é muito pequeno quando comparado a outros países, isto porque no Brasil utilizamos basicamente, tecnologia importada, apesar dos grandes avanços que têm sido feitos em diferentes áreas como pesquisa em agropecuária, petróleo e assim por diante. Mas,

o grosso da tecnologia é utilizada por empresas multinacionais instaladas no Brasil ou por empresas brasileiras que trabalham com patentes estrangeiras.

A vulnerabilidade ideológica se deve ao fato de vermos o mundo através dos olhos dos outros. São extremamente raras as obras de brasileiros que interpretam o mundo ou interpretam outros países. O que temos são interpretações de estrangeiros sobre o mundo e sobre outros países, e até sobre nosso próprio país. Temos os livros dos chamados “brasilianistas” que interpretam para nós o nosso próprio país. É uma vulnerabilidade ideológica muito significativa. Os jornais brasileiros reproduzem, semanalmente, resumos ou páginas inteiras de jornais estrangeiros. Há, ainda, personalidades e colunistas estrangeiros convidados a fazer artigos e defender seus pontos de vista nos jornais.

Quando falo de características que muitas vezes vêm sendo combatidas pela ação do governo, são características históricas, portanto existentes desde antes de 2003.

Há vulnerabilidade econômica também na área comercial, embora tenha se reduzido muito. Porém, ela é notória na área de necessidade de capitais para equilibrar o balanço de contas correntes.

Outra característica da sociedade brasileira é o seu extraordinário potencial, apesar de todas as dificuldades. Se fôssemos fazer uma lista dos dez maiores países do mundo em território, outra dos dez maiores do mundo em população e outra dos dez maiores países do mundo em Produto Interno Bruto (PIB), somente três países estariam nas três listas: Estados Unidos, China e Brasil.

Esse fato é importante. Ter um grande território é importante, no sentido de que permite a existência de recursos naturais diversificados, e é por isso que de repente – de repente não, porque foi o resultado de grande esforço de pesquisa da Petrobras – se descobrem jazidas do pré-sal ou jazidas de diferentes minérios. É que o Brasil tem uma constelação de recursos minerais importante, o que lhe permite uma autonomia em relação ao abastecimento externo. Outros países, como o Japão e a própria China, por exemplo, são extremamente dependentes do fornecimento de matérias-primas essenciais para sua indústria, feito o minério de ferro.

Temos um grande território e uma matriz energética muito diversificada. Permite também ter condições para alcançar uma grande produção agrícola. Certamente o território brasileiro acolheria uma população muito superior a de hoje, pelo menos três vezes – uma população de 600 milhões de pessoas. Basta verificar o percentual das terras que são agriculturáveis em relação às terras que são efetivamente utilizadas.

Manter uma grande população é muito vantajoso, porque permite haver um mercado interno maior, com a existência de linhas de produção mais varia-

das. Um país de pequena população e de pequeno mercado interno não pode produzir certos produtos por causa das escalas mínimas de produção, não pode ter indústria automobilística, não pode ter indústria aeronáutica etc.

O fato de ter uma grande população também permite o surgimento de pessoas excepcionais. Se calcularmos que pessoas geniais são um certo percentual, digamos uma em um milhão, uma pequena população tem menor possibilidade de ver surgirem pessoas excepcionalmente dotadas, o que é muito importante. Isso é muito heterodoxo, mas é estatisticamente verdadeiro, pode ser que não ocorra, mas é razoável pensar assim. Um exemplo, a última Olimpíada da Matemática realizada teve a participação de 17 milhões de jovens de escola pública e um deles foi campeão três vezes. Ser o primeiro colocado por três vezes num conjunto assim, não é algo normal, exige uma capacitação, uma vocação, uma tendência inata extraordinária. O garoto três vezes campeão, citado acima, Ricardo Oliveira, é paraplégico e mora no interior do Ceará; filho de família pobre, agricultores de subsistência, era levado para a escola todos os dias pelo pai num carrinho de mão. É um menino que, certamente tem uma capacidade para a matemática que é extraordinária.

Outra questão do potencial é o fato de o Brasil ser uma das dez maiores economias do mundo, o que significa que foi possível à sociedade brasileira, aos trabalhadores, aos próprios dirigentes políticos e aos empresários construir um parque produtivo extremamente importante, sofisticado e muito diversificado.

Os desafios estão em como reduzir as disparidades, enfrentar as vulnerabilidades, realizar o potencial do país, tanto no que diz respeito a sua população, ao desenvolvimento do seu produto, e finalmente, à questão da democracia. Como conseguir vencer esses desafios dentro de um regime democrático, mas numa sociedade tão desigual? O grande desafio é construir um sistema em que as pessoas participem da escolha dos candidatos, votem neles e possam, digamos, destituir aqueles que não cumprirem com os compromissos, através de referendos revogatórios. Enfim, que possam acompanhar a atuação dos eleitos tanto no Legislativo, quanto no Executivo, fazer o acompanhamento do Judiciário e com participação popular na administração dos recursos públicos através do orçamento participativo.

Enfim, pode haver uma divergência sobre as políticas, mas dificilmente alguém poderia negar as disparidades existentes, embora alguns neguem o potencial brasileiro.

O governo e o país (sociedade civil) enfrentam seus desafios através dos seus representantes, naturalmente, mas dentro de um sistema mundial,

um sistema político, econômico e social cujas principais características, são as seguintes:

a) Um processo de transformação tecnológica, extremamente rápido em todos os setores, tanto civis quanto militares, impulsionado principalmente pela área da informática, que penetra nos setores da produção, na área da biotecnologia – afetando profundamente a saúde e a produção agrícola –, e algumas outras áreas importantes como a espacial e a nuclear. Essa transformação tecnológica, de certa forma, está nos bastidores das outras tendências.

b) O processo de globalização da economia foi a formação de uma economia global, alguns setores mais globalizados do que outros, como o setor financeiro, por exemplo, ou o setor automobilístico, que é razoavelmente fragmentado por diferentes países. Dependendo das características da atividade produtiva ela pode ser mais ou menos fragmentada.

c) O processo de multipolarização e da emergência de centros de poder. Além dos Estados Unidos que é, naturalmente, a maior potência mundial, hoje a Europa é também um grande pólo de poder, assim como a China. Principalmente esses três – os Estados Unidos nas Américas, a Europa e a China na Ásia, são os grandes pólos de poder.

Em todo esse processo – não estou falando das crises atuais, estou falando das tendências – há uma enorme concentração de poder econômico, tecnológico e militar que vem ocorrendo durante décadas. Desde a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), se intensificou essa concentração de poder. Só para citar um dado, as despesas militares americanas, por ano, são maiores que as despesas militares dos dez países seguintes. Se somarmos os dez países seguintes, eles têm despesas menores que os Estados Unidos. Na área tecnológica, os Estados Unidos são responsáveis por aproximadamente 45 a 50% das patentes concedidas anualmente, depois vem o Japão, a China e os demais.

Em termos econômicos, se tomarmos os países ocidentais, é a mesma coisa: antes da crise de 2008, a maior parte do comércio internacional (e a maior parte da produção mundial) dos Estados Unidos somavam cerca de 20 a 25% de tudo, seguidos pela Europa.

Esse processo de concentração significa que uma pequena parte da população mundial concentra a maior parte do poder nos seus diferentes aspectos militar, tecnológico e econômico. Essa parcela procura, permanentemente, criar normas internacionais que consolidem privilégios de forma permanente. É natural que grupos privilegiados procurem criar normas jurídicas que tornem esses privilégios legítimos, ou que estes se transformem em normas. Assim, há um esforço enorme de normatização – outra tendência internacional – em todos os setores. Normatização no campo econômico, comercial, financeiro etc.

Em meio às características sociais mundiais, temos as crises. Como a atual e profunda crise econômica, a maior desde 1929, sobre a qual não se sabe ainda se é uma depressão ou uma grande recessão. Isto é, o sistema pode se adaptar ao baixo nível de atividade econômica, com grande número de desempregados em diversos países, com pequenos momentos de recuperação, feito o que ocorreu na crise de 1929, que viveu esses momentos, mas depois o sistema econômico voltava a um baixo estágio de atividade. Há a crise ambiental, que apenas agora tornou-se muito importante, gestada há muito tempo e agora com grande visibilidade.

Há outras duas crises – uma que começa com a emergência da China, uma crise política sobre como lidar com tal emergência e, depois, como acomodá-la. Afinal, a China é a segunda maior potência econômica do mundo, maior país exportador que se projeta internacionalmente. A notícia recente dos jornais é que a China teria adquirido um sexto das reservas nigerianas de petróleo e em outros continentes. A situação do caso chinês é mais fácil, pois quando o país emerge, é membro do Conselho de Segurança da ONU e já possui arma nuclear. Essas duas coisas não ocorrem no caso da Índia, que não é membro do Conselho de Segurança e agora tem arma nuclear, mas a tem de uma forma – digamos não prevista na normatização internacional, pois a Índia não faz parte do Tratado de Não Proliferação, então é uma situação delicada. Temos, então, a emergência desses países – da China, em seguida da Índia e o Brasil e, podemos dizer, a tentativa de ressurreição da Rússia, situação que vai se refletir em várias negociações em curso.

Existe uma crise ideológica, pois o modelo vigente até recentemente, era o neoliberal. Significava, em resumo, que todos os problemas do mundo eram causados pelo Estado. Todos os problemas econômicos e sociais, quanto menor a participação do Estado, maior seria a chance de serem resolvidos. E como eram resolvidos? Através da desregulamentação, da privatização, do Estado mínimo etc. Tudo isso levou a uma extraordinária crise econômica e social, porque foram dezenas de milhões de desempregados, com todas as consequências derivadas desse processo.

Certa perplexidade no centro do sistema, sobre qual será a nova ideologia. Voltaremos à ideologia antiga? Voltaremos a uma ideologia neokeynesiana? Certo grau de intervenção do Estado? Porque, para ser resolvida tanto a crise ambiental quanto a econômica, é preciso a intervenção do Estado.

Após passar pelas crises mundiais, vamos tratar das características da nossa região, de onde estamos mais próximos. Quais são as características? Primeiro, há extraordinárias assimetrias entre o Brasil e cada um dos Estados da América do Sul. O Brasil era muito semelhante a esses Estados, ainda é em

certos aspectos, mas em termos de desenvolvimento econômico, da década de 1960 até hoje, por exemplo, houve uma diferença razoável entre o Brasil e os demais países, no que diz respeito ao segmento mais avançado da sociedade brasileira. Já a situação dos segmentos não incluídos e os índices de pobreza, são muito semelhantes no Brasil e nos outros países. A América do Sul é um dos continentes mais díspares do mundo em termos de distribuição de renda e de riqueza. A assimetria entre o Brasil e cada um dos seus vizinhos, em termos de desenvolvimento, é um ponto muito importante para a execução e formulação da política externa, como veremos adiante.

O Brasil é o país que tem o maior número de vizinhos do mundo, depois da China e da Rússia. Cada um deles tem 14 países vizinhos. Ter muitos vizinhos torna a política externa mais complexa, ter menos vizinhos, menos complexa. Produz efeito sobre a política externa, porque temos fronteiras com todos os países na América do Sul, exceto com o Chile e o Equador.

E a nossa região tem outras duas características que considero interessantes. Primeiro, uma pouco reconhecida, os grandes ressentimentos que existem entre os Estados da região, alguns históricos e outros mais recentes. Por exemplo: entre Argentina e Chile; entre Argentina e Uruguai; entre Chile, Peru e Bolívia; entre Equador e Peru; entre Equador e Colômbia; entre Colômbia e Venezuela; entre Colômbia e Guiana e entre o Brasil e o Paraguai; entre Bolívia e Paraguai, com a Guerra do Chaco. Alguns ressentimentos históricos foram minorados, mas de repente, surgem no debate político e nas relações entre os países. Não chega a existir conflitos, mas situações de grande tensão política que complicam, naturalmente, a política regional. São dados objetivos.

Outra característica importante de nossa região é o surgimento dos movimentos indígenas. Eles têm grande força especialmente na Bolívia, no Peru, no Equador e hoje no Chile, com certos movimentos surgindo. Alguns deles têm como característica o seu relacionamento religioso com a terra e para vários desses países os recursos naturais são muito importantes, como nos casos do Peru, do Equador e da Bolívia. Essas populações têm uma relação religiosa e, ao mesmo tempo, são populações que foram oprimidas com violência. Em geral, nós pouco conhecemos sobre suas histórias. Quando se lê sobre a história da Bolívia, por exemplo, é extraordinário o grau de opressão das minorias de origem europeia sobre as populações indígenas. Imagino que aconteça o mesmo no Peru e assim por diante. Esses movimentos, que envolvem a maioria da população, chegam ao poder por via democrática, por eleições, e imediatamente, é óbvio, procuram colocar em execução a sua agenda política. Por outro lado, há outra característica na região. Depois de um longo período autoritário, seguido por um período de governos neoliberais fracassados,

como foram o governo do presidente Carlos Menem na Argentina, os governos neoliberais no Chile e mesmo na Bolívia e no Peru, alguns substituídos democraticamente por governos de esquerda de forma geral, embora, com nuances. O governo uruguaio é um governo de esquerda, mas é diferente do governo da Bolívia, da Venezuela, do Chile ou do Brasil. Porém, em geral, são governos com uma preocupação de realizar políticas sociais, de redução das desigualdades sociais e políticas.

Entre aquelas disparidades que havia mencionado, vamos ver as políticas do governo Lula, na área cultural, por exemplo. O Ponto de Cultura é uma tentativa – se quisermos interpretar assim – de redução das disparidades culturais entre os diversos segmentos da população. Esses governos procuram a cooperação brasileira de uma forma muito intensa, eles veem no Brasil um país precursor dessas políticas ou mais exitoso em sua execução.

Diante desse quadro, regional e mundial, é que se pode imaginar uma política com objetivos, uma política que procura garantir ao Brasil os esforços de normatização internacional, sem criar amarras à política interna e às políticas públicas. Esse é um primeiro objetivo.

Um segundo objetivo é contribuir para a desconcentração de poder nos diversos níveis, na área econômica, na área política etc. Por exemplo, a política que o governo brasileiro tem feito em relação ao G-8 ou G-20, são políticas de desconcentração de poder, a fim de garantir a presença do Brasil nos centros informais de governança mundial. Não são centros formais, mas são centros. Os centros de governança são estes – Fundo Monetário, G-8 + G-5, G-20 e vários grupos. Mesmo a nossa atuação no Oriente, a tentativa e a iniciativa de participar da solução daquelas questões.

Se fôssemos examinar, primeiro do ponto de vista geográfico, a prioridade da política externa que o presidente Lula havia anunciado no seu discurso de posse seria a América do Sul. Essa prioridade tem como seu grande objetivo promover a formação de um bloco regional, através da sua integração. Que tipo de integração? Primeiro, a sua integração física, uma política de governo que estimula, facilita e financia a execução de obras de integração física na região e no interior desses países. O objetivo, talvez maior, é não só promover a integração da região, mas promover o desenvolvimento econômico desses países, quer dizer, o Brasil não terá possibilidade de ter o desenvolvimento econômico, político e social de longo prazo, se for cercado por países com grandes dificuldades econômicas, políticas e sociais. Seria extremamente difícil para vivermos bem, envolvidos por um mar de dificuldades.

Por outro lado, quando falei na concentração de poder, o grande órgão de concentração de poder político é o Conselho de Segurança das Nações

Unidas e de concentração militar é o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares – para ter como nosso aliado, nas negociações internacionais, a nossa base regional, a começar pela América do Sul e num segundo momento a América Latina. Em relação à América do Sul, é uma política baseada no reconhecimento das assimetrias e de que a mera liberalização comercial não resolverá problemas econômicos nem sociais. Uma afirmação um tanto heterodoxa sobre o livre comércio: ele não promove o desenvolvimento sozinho e muito menos resolve os problemas sociais.

Mas, uma das primeiras iniciativas nessa área foi a posição que o governo do presidente Lula tomou em relação às negociações sobre o livre comércio das Américas, em que de uma forma muito habilidosa, conseguimos – o presidente Lula, principalmente – levar as negociações de tal forma, que aquele objetivo não se concretizasse, pois nos colocaria numa situação muito semelhante a do México de hoje, sem contar o que ocorreria com a estrutura industrial brasileira, entre outras consequências. Esse resultado nos permitiu, ainda, a formação de um bloco sul-americano. A formação desse bloco tem objetivos econômicos ao Brasil e região, como também objetivos políticos regionais. A criação da União das Nações Sul-Americanas (Unasul), se enquadra no contexto daqueles ressentimentos que havia mencionado. A criação do Conselho de Defesa da América do Sul propiciou um fórum extremamente útil para a construção de confiança e redução das tensões.

Depois, do ponto de vista geográfico e da geopolítica que mencionei em relação a América Latina, temos uma política de aproximação com Cuba. Ela foi extremamente criticada no início, mas hoje a política norte-americana vem se alinhar com a política brasileira, o que permitiu, eventualmente, a redução das tensões, a derrogação da resolução que havia excluído Cuba da OEA, a inclusão de Cuba no Grupo do Rio, a política de aproximação com os países da América Central e do Caribe.

Dentro da proposta de desconcentração de poder, a participação do Brasil na Força de Paz no Haiti é algo muito importante, não só no que se refere às relações com os países do Caribe, mas também como demonstração de competência do Brasil em assumir responsabilidades internacionais na área das missões de paz. Os esforços de fortalecimento do Mercosul, de criação de uma rede de comércio do Mercosul e demais países da América do Sul também têm esse mesmo objetivo.

Em segundo lugar, as nossas relações com a África. Os países africanos, principalmente da costa ocidental, são nossos países vizinhos. Nós estamos, talvez, mais próximos fisicamente de certos países africanos, do que alguns países da América do Sul.

Primeiro, do ponto de vista político, são 53 os Estados africanos e 192 o número de Estados de todo o mundo. Assim, em qualquer negociação internacional, se não houver a participação e o apoio dos Estados africanos ou de um número expressivo deles, não se vai muito longe, como no caso do Conselho de Segurança – extremamente importante – mas há outras negociações. Os Estados africanos têm conosco, inclusive, uma semelhança, o subdesenvolvimento, e uma diferença, eles consideram o Brasil um país subdesenvolvido exitoso, que tem experiências em áreas que podem aproveitar, por exemplo, na área de saúde, na área de educação, na agricultura, na construção de infraestrutura – eles têm um enorme interesse em receber a cooperação brasileira. Isso tem gerado uma popularidade extraordinária do Brasil e do governo brasileiro. O desejo de cooperação da África para com o Brasil, fica claro na recente visita do presidente da Nigéria, que declarou ao presidente Lula que desejava oferecer maiores facilidades à Petrobras na exploração de campos de petróleo daquele país. E, naturalmente, o fato de o Brasil não ser uma potência ex-colonial, pois não teve colônias na África, e de executar uma política com princípios de não-intervenção e da autodeterminação, enquanto que outros países exercem políticas de cooperação alinhadas à intervenção e não respeitam a autodeterminação. Além disso, há a origem étnica. Os africanos consideram o Brasil um país sem discriminação racial – apesar dela existir. Ela existe, é um fato, mas não com características que tem, hoje em dia, a discriminação existente em países avançados, por isso os africanos ao virem para o Brasil sentem que não há discriminação racial de uma forma concreta. Além disso, a África, pelas suas características, principalmente de alguns países extremamente ricos hoje em dia, como Angola e outros, são mercados importantes para as exportações brasileiras, para investimentos brasileiros e obras de infraestrutura feitas por empresas brasileiras. Acredito que nosso comércio com a África tenha triplicado ou quintuplicado desde 2003. Tudo isso tem enorme importância para reduzir as vulnerabilidades econômicas, porque o esforço do governo de reduzi-las passa pela diversificação de mercados – quanto maior o número de mercados, menor a vulnerabilidade da economia brasileira diante das crises internacionais.

Naturalmente, há um esforço grande do governo nas relações com os grandes Estados através de iniciativas como o IBAS (Índia, Brasil e África do Sul), as reuniões dos Brics (Brasil, Rússia, Índia e China), de aproximação e coordenação da nossa atuação internacional com os grandes Estados da periferia como a África do Sul e Rússia. O governo Lula promoveu e lançou a ideia do IBAS, no Fórum Índia-Brasil-África do Sul.

Para a Ásia, eu diria que há um grande esforço a ser feito, apesar do que foi realizado. Principalmente em relação a China e a Índia. Considero que há uma boa perspectiva de cooperação com ambos os países, que talvez não tenha sido totalmente explorada, tanto nas áreas econômica, tecnológica e de defesa.

As nossas relações com Estados Unidos são importantes. Acredito que, sem exagerar, eles são o nosso principal parceiro econômico, financeiro, tecnológico e cultural. Notamos uma hegemonia cultural americana na sociedade brasileira, seja na música, no cinema, na imprensa e na televisão, revelando certa hegemonia ideológica.

Há grupos importantes da sociedade brasileira, bastante convencidos da importância de o Brasil se aliar incondicionalmente aos Estados Unidos. É uma das grandes diferenças da política externa atual, das políticas externas de períodos anteriores é essa, o não alinhamento.

São relações importantes, pois em termos absolutos, o comércio com os Estados Unidos se ampliou consideravelmente nos últimos anos, assim como a participação do Brasil no total das importações americanas, permaneceu muito semelhante, não houve uma diminuição. E quanto aos investimentos americanos no Brasil, não há nenhuma queixa. São, portanto, relações perfeitamente normais, de respeito, mesmo considerando o período anterior, no qual o Brasil tomou atitudes e posições que não correspondiam aos interesses do governo americano, a começar – de uma forma simbólica e importante – pela questão do Iraque, quando o Brasil procurou evitar a invasão através de numerosas gestões junto ao governo alemão e ao governo francês da época.

As nossas posições são diferentes tanto em negociações comerciais internacionais quanto em negociações na área ambiental, mas tudo acontece em um ambiente de respeito e de compreensão pela diferença de posições. Com o tempo, a partir de 2003, se consolidou a convicção de que o Brasil deveria ser tratado com atenção e de forma respeitosa. O ponto recente de cooperação com os Estados Unidos foi o Memorando de Entendimento Brasil-Estados Unidos na área do etanol.

Houve uma posição americana favorável à reforma do Conselho de Segurança da ONU, mesmo que não oficial. Num artigo da Sra. Condoleezza Rice [Secretária de Estado dos EUA, durante o governo George W. Bush], ela afirmou que de certa forma apoiava a entrada do Brasil no Conselho de Segurança, revelando uma relação bastante razoável entre os países. E, agora, com o governo Barack Obama, nós também estamos diante de boas relações.

Talvez haja, ainda, coisas do passado com impulso próprio, como o caso de Honduras e as bases na Colômbia, que possui um foco de tensão importante na região, tampouco considerei o narcotráfico.

Temos também boas relações com a União Europeia e seus diferentes países, com a Alemanha e com a França, especialmente. A França tem se apresentado como um grande parceiro brasileiro na área de defesa e de transferência de tecnologia. Essa questão é importante no que diz respeito à redução da vulnerabilidade militar do Brasil e passa, entre outras coisas, pela construção de uma indústria de defesa no território brasileiro, eventualmente com tecnologia própria, mas nesse momento, assegurando transferência de tecnologia e investimentos, em cooperação com empresas brasileiras.

Na área da política internacional, a questão mais importante, em minha opinião, para o Brasil a médio e longo prazo, é a questão do Conselho de Segurança, órgão central do sistema mundial, que monopoliza o uso da força. Hoje somos um país com crescente, ainda que pequenos, interesses internacionais, com razoável presença em investimentos no exterior. Há investimentos brasileiros na África, no Oriente Próximo (em Omã) e na América do Sul, com presença em todos os países. Isso faz com que seja cada vez mais necessária uma habilidade por parte do Brasil.

Citando o recente caso da Bolívia, quando da questão do gás, ou, por exemplo, o Uruguai, onde empresas brasileiras são proprietárias de 50% do setor de carne, 40% do setor de arroz, ou ainda, a Argentina no setor de cimento. E no Canadá, país onde somos o terceiro maior investidor estrangeiro. Portanto, isso gera uma série de interesses internacionais. É importante estar no centro de decisões que, eventualmente, organizarão ações da comunidade internacional em relação a determinados Estados. Vamos supor que tivéssemos grandes investimentos no Iraque, qual seria a nossa posição? Ela seria afetada como qualquer outro país. Assim, estar presente no Conselho de Segurança colabora com a possibilidade de proteger nossos interesses.

Acredito firmemente que vamos superar todas as dificuldades, particularmente as características mencionadas no início dessa exposição, sobre a sociedade brasileira. Mas, se não houver um esforço continuado durante muitas décadas, essas disparidades não serão facilmente superadas, aumentarão as dificuldades internas e as tentações externas em relação ao Brasil.

Na questão das negociações de meio ambiente, todos devem estar acompanhando a questão de como definir as metas e as responsabilidades dos países, e como dividirão entre si os custos das medidas de mitigação da redução dos gases estufa. Isto é, afetará profundamente o sistema industrial brasileiro, dependendo das normas que vierem a ser adotadas.

As questões relacionadas à Rodada de Doha, tem sido um sucesso extraordinário, ao contrário de tudo que se diz, por uma razão muito simples: se tivéssemos aceitado as propostas dos países desenvolvidos, lá atrás, a Rodada

teria terminado e teríamos nos prejudicado, como nos prejudicamos na Rodada do Uruguai. Foi por força da articulação do Brasil, conduzida no chamado G-20, que conseguimos uma participação tal, que impede países desenvolvidos chegarem a um acordo entre si e o apresentarem aos demais países – que eram levados a aceitar –, como acontecia no passado, em negociações anteriores. Hoje não, eles são obrigados a nos considerar. Se há um impasse, não é ruim para nós. O pior seria uma negociação que terminasse com resultados ruins para o Brasil. Prefiro que as negociações não terminem, do que terminarem contra o país.

MARCO AURÉLIO GARCIA

**A POLÍTICA EXTERNA
BRASILEIRA**

É sempre uma satisfação participar de um debate¹ com Samuel Pinheiro Guimarães, com quem tive o privilégio de trabalhar em nosso governo. Ele, Celso Amorim e eu fomos qualificados, há alguns dias, como os “três cavaleiros do apocalipse” da política externa. Aceitamos candidatos para a quarta vaga.

A iniciativa da Fundação Perseu Abramo de realizar debates de balanço do governo Lula, com o objetivo de traçar perspectivas para o futuro, tem uma importância além de uma reflexão histórica ou de projeção política imediata.

Há tempos tenho insistido que nosso partido, as esquerdas em geral e muitos intelectuais progressistas não fomos capazes de entender, em toda sua extensão, o significado e a importância da eleição de Lula em 2002 e 2006 e o impacto que ela teve e terá sobre nosso país, a América Latina e as esquerdas de uma maneira mais geral.

Em minha breve passagem pela presidência do Partido dos Trabalhadores (PT), quando da reunião do Diretório Nacional que se seguiu à vitória de 2006, disse que aquele momento não era só de comemorações. Precisávamos refletir sobre o momento nacional e internacional que vivíamos. Evoquei, para surpresa de muitos, o exemplo do personagem de Sthendal na Cartuxa de Parma, que participa da batalha de Waterloo sem se dar conta de que do resultado dela dependia o futuro da humanidade. Um partido de esquerda, com as raízes do PT, está obrigado a dar densidade a sua reflexão. Só assim pode dar conta de uma

1. Aqui se reproduz, grosso modo, minha intervenção na série de Oficinas “Brasil em Transformação”, organizada pela Fundação Perseu Abramo. Mantive o tom de uma exposição oral, fazendo muitos cortes para eliminar repetições e digressões pouco pertinentes. Como a exposição foi feita em outubro de 2009, muitos temas surgidos ou amadurecidos posteriormente não estão aqui contemplados.

dupla e complexa tarefa: a de, por um lado, apoiar o governo – pois essa é sua função – mas, ao mesmo tempo, empurrar esse governo para frente.

O debate de ideias é fundamental para que possamos renovar nossa cultura política.

Fala-se frequentemente de falta de hegemonia política das esquerdas em nível nacional e mundial, mesmo naqueles países em que somos governo.

Essa carência cultural, pois disso se trata, contrasta com a exuberância das mudanças econômicas, sociais e políticas pelas quais estão passando o Brasil e parte da América Latina.

Houve momentos, nos anos 1930 e nos 1950/1960, em que as mudanças econômicas e políticas em curso coincidiram (e incitaram) grandes movimentos de renovação de nosso pensamento social, assim como de nossas expressões artísticas.

Lamentavelmente, o período Lula – muito mais relevante em termos de mudança que os anteriormente mencionados – não produziu resultados semelhantes. A culpa não é do presidente Lula, evidentemente. Tampouco da sociedade, que vive uma grande metamorfose, sobre a qual há pouca reflexão.

Iniciativas como a que estamos agora realizando não vão, de uma hora para outra, mudar esse estado das coisas. Mas elas colocam o partido e todos aqueles que se movem próximos dele confrontados com essa necessidade de reflexão, como elemento essencial para nossa atividade.

O QUE ESTÁ EM JOGO NA DISCUSSÃO DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

Isso é particularmente verdadeiro para a discussão da política externa, porque ela se transformou em um tema estratégico do debate político nacional.

No passado, alguns viam a política externa apenas como instrumento de projeção do país no mundo. Mas a política externa, em um mundo em transição, como o nosso, é um elemento consubstancial da construção de um projeto nacional de desenvolvimento. Por isso ela tem hoje uma importância maior do que antes se lhe atribuía.

A direita tem isso muito claro e todo ataque que ela vem fazendo, roçando por vezes a grosseria, é sintoma concreto disso. Como diria Lula, “nunca antes na história desse país” a política externa foi um tema tão em evidência quanto é hoje.

Com certa frequência a oposição fala em “mais um fracasso da política externa brasileira”. Esses “fracassos” resultam incompreensíveis para a maioria dos brasileiros e para aqueles que, no exterior, observam nosso país. O Brasil conseguiu superar com rapidez a grave crise econômica mundial, intervém nos mais variados cenários globais e seu presidente – “o cara”, na expressão do presidente Barack Obama – ganha uma projeção internacional jamais vista.

No passado, condutores de nossa política externa disseram que “O Brasil não pode querer ser mais do que é”, ou que “o Brasil tem um papel adequado

ao seu tamanho [...] não pode ser mais do que é, mesmo porque tem uma série de limitações, a principal das quais o seu déficit social”². Outra figura de nossa diplomacia no passado, Marcílio Marques Moreira, ex-embaixador em Washington, afirmou “que o Brasil não poderia subir acima das suas chinelas”.

O INTERNO E O EXTERNO

Vou seguir um roteiro parecido com o que Samuel Pinheiro Guimarães desenvolveu em nossa discussão.

A política externa está dominada por duas grandes referências, a segunda delas é o contexto internacional dentro do qual o país se situa. A primeira é a situação nacional.

Começo tratando a questão de nossas vulnerabilidades históricas e da forma como nós as enfrentamos. Foi esse enfrentamento que efetivamente projetou o Brasil no mundo.

O Itamaraty é excelente instituição, tem um quadro de diplomatas de primeira e nós temos um presidente de grande sabedoria e habilidade política.

Mas tudo isso de nada adiantaria se continuássemos a ser um país estagnado, desigual, instável macroeconomicamente e vulnerável internacionalmente.

A política do governo Lula reabilitou uma noção que havia desaparecido do vocabulário político da América Latina há muitos anos: o desenvolvimento. Desenvolvimento entendido como articulação entre crescimento econômico, distribuição de renda e inclusão social.

Nos últimos 20 anos, antes do governo Lula, a ideia de crescimento foi abandonada na prática. O Brasil pouco cresceu e o crescimento foi cercado por condicionantes. Dizia-se, com conformismo, que o país não aguentaria crescer mais do que 3%, sem sofrer grave desequilíbrio macroeconômico.

Da mesma forma, a ideia de distribuição de renda estava condicionada: “Sim, quando houver crescimento”.

Não só alguns trabalharam no passado a ideia de que o Brasil deveria conformar-se com a existência de muitos “inempregáveis”, como com a persistência de uma sociedade na qual dezenas de milhões de homens e mulheres não poderiam partilhar as supostas vantagens da globalização.

O crescimento com distribuição de renda que se logrou a partir de 2003 não decorreu apenas dos programas de transferência de renda, como o Bolsa Família (sintomaticamente chamada de “Bolsa Esmola” por oposicionistas). Outras iniciativas, que se chocaram com o ideário econômico conservador dominante – a noção de que o salário mínimo não podia subir acima da inflação,

2. Ver entrevista do ex-ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, ao Jornal do Brasil de 17 de dezembro de 2000.

por exemplo – foram desenvolvidas. O salário mínimo subiu acima da inflação e esses reajustes tiveram papel decisivo na mudança social pelo qual o país passou e está passando.

Da mesma forma foi fundamental o crescimento (sete vezes) do financiamento da agricultura familiar, para não falar da política de crédito consignado e de crédito popular de uma maneira geral. Programas como o Luz para Todos, que tornou a energia elétrica disponível para 10 milhões de pessoas, fazem parte desse gigantesco processo de inclusão social dos últimos sete anos.

Tudo isso pode ser feito com o controle da inflação, que voltara a ameaçar no último ano do governo passado e com uma substancial redução da dívida pública em relação ao Produto Interno Bruto (PIB).

Finalmente, logrou-se significativa redução da vulnerabilidade externa do Brasil. Houve exponencial crescimento do comércio exterior, que seguiu os rumos da política externa. O presidente não fez uma visita de Estado ou de trabalho sem estar acompanhado por equipes econômicas e por empresários, que foram explorando novas fronteiras comerciais para o Brasil. Não ficamos prisioneiros de mercados tradicionais. O comércio brasileiro mais que duplicou – em termos absolutos, triplicou – e diversificou-se. Aumentou o número de produtos de valor agregado, sobretudo para a América Latina, onde as exportações de manufaturas atingiram mais de 50%.

Mas fomos mais longe. Passamos da condição de país devedor para a de país credor. Quantas vezes nossos debates e nosso acionar político esteve dominado pela consigna “Fora o FMI”!

Hoje estamos emprestando 10 bilhões de dólares para o Fundo ajudar, sem as condições do passado, aos países em desenvolvimento.

Outro aspecto mencionado por Samuel Pinheiro em relação a nossas vulnerabilidades está ligado à concentração de conhecimento. A despeito dos déficits que ainda temos em matéria educacional e em ciência e tecnologia, foram dados passos importantes para colocar o Brasil em um patamar absolutamente diferente.

Os resultados são tangíveis. Novas universidades, novos campi, o PROUNI, os investimentos em ciência que nos elevaram à condição de 13ª potência científica do mundo, à frente da Rússia, Suécia, Países Baixos ou Israel.

E, finalmente, tivemos avanços que, não sendo quantificáveis, nem por isso são menos importantes. O país viveu nos últimos anos um período de exuberância democrática. As instituições estão preservadas, ainda que reclamem reformas, e a sociedade interagiu de forma intensa nas grandes decisões de políticas públicas. Iniciou-se a reforma do Estado, na medida em que ele deixou de ser considerado como estorvo, quando ao mercado foram atribuídas virtudes miraculosas.

Não basta um Estado grande, forte, ele tem que ser, antes de tudo, democrático e, por essa razão, detentor de racionalidade. Sem essa raciona-

lidade teria sido impossível enfrentar com êxito a crise desencadeada a partir de setembro de 2008.

É essa racionalidade do Estado democrático que permitiu formular e implementar as políticas sociais, no primeiro governo e, junto a elas, os projetos do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) e, mais especificamente, o Pré-sal, cujo impacto sobre a economia brasileira e sul-americana será fundamental.

A redução de nossa vulnerabilidade externa também se expressou na formulação da Estratégia Nacional de Defesa no atual governo. Ela aponta para uma questão fundamental: a de que somos um país pacífico. Temos uma política de defesa dissuasiva, que nos permite reorganizar a distribuição espacial das Forças Armadas e os equipamentos militares modernos de pronta mobilidade que necessitaremos.

Essa estratégia terá, igualmente, um forte impacto sobre nossa política industrial, de ciência e tecnologia. Em matéria de equipamentos de defesa o Brasil não mais “irá às compras”, mas está desenvolvendo programas de transferência de tecnologia, em articulação com outros países da América do Sul. Esse é um ponto fundamental que nos levou propor a criação de um Conselho Sul-Americano de Defesa.

Tivemos uma experiência exitosa, em direção semelhante a anterior, que foi a da adoção do padrão japonês de televisão digital. Mais do que uma importação, tivemos aí uma reconfiguração nacional de tecnologia estrangeira. Constituímos um padrão nipo-brasileiro e, na medida em que conseguirmos estendê-lo, ele será incorporando na tecnologia de outros países. O modelo argentino já é um modelo argentino-brasileiro-japonês e assim por diante.

RESPEITABILIDADE INTERNACIONAL

O Brasil passou a tomar decisões próprias e, com isso, passou a ser internacionalmente respeitado. Mas foi necessário realizar ajustes importantes em nosso Estado, inclusive no Itamaraty, que aumentou seus quadros, abriu novas embaixadas e consulados e duplicou seu orçamento. Há muito que fazer, ainda, pois o Brasil não estava preparado para exercer esse novo papel. Precisamos fortalecer nossa Agência Brasileira de Cooperação e apressar a constituição de um Eximbank brasileiro.

Se dediquei mais espaço do que habitualmente faria às condições internas de possibilidade da nova política externa brasileira é porque acredito que, sem elas, nossa presença no mundo seria apenas um exercício de exibicionismo retórico.

Não quero acrescentar muito ao que Samuel nos disse sobre o cenário mundial, mas chamar a atenção para algo fundamental. Vivemos nos últimos 20/25 anos transformações de grande intensidade na cena mundial. Poucas vezes a história se acelerou com a velocidade e a intensidade desse período.

Passamos, em pouco mais de duas décadas, de uma situação de bipolaridade, que parecia imutável, para um mundo unipolar, ao mesmo tempo em que se corroía a utopia comunista e socialista, cuja influência foi determinante no século XX.

Hoje estamos assistindo à construção de uma nova polaridade mundial, ainda de rumo incerto, mas onde se vislumbram, em meio à neblina, alguns novos polos. O Brasil e a América do Sul podem vir a constituir-se em um desses referentes.

Foi essa percepção que orientou as grandes opções brasileiras nos últimos anos. Ela sempre esteve presente no discurso do presidente Lula. Constava das políticas que o PT defendeu anteriormente à eleição de Lula: dar grande importância à América Latina e centrar nossa preocupação na América do Sul, com olhar diferenciado. Por um lado, voltado para as instâncias multilaterais – primeiro o Mercosul – compreendendo sua importância, mas também seus limites. Mesmo sabendo que o Mercosul não é uma união aduaneira perfeita, tínhamos claro que necessitávamos de uma integração regional que desse atenção aos problemas de infraestrutura física e energética e de complementação produtiva.

Quando o Mercosul aprofundou essa discussão, ele foi capaz de atrair outros países, na condição de associados, e propor com sucesso a criação da Unasul.

A Unasul, proposta pelo Brasil, está avançando na construção de sua necessária institucionalidade, condição para sua eficácia. Mas, a despeito de sua fragilidade inicial, ela foi capaz de enfrentar eficazmente, pelo menos, duas crises. A primeira está relacionada com o processo de desestabilização que afetou a Bolívia. Sem a intervenção da Unasul, aquele país teria mergulhado em guerra civil de consequências imprevisíveis.

Mais recentemente, a Unasul reduziu os riscos de uma crise regional, quando do anúncio, pela Colômbia, da instalação de bases norte-americanas em seu território. Tema delicado porque, pela primeira vez, a comunidade sul-americana, na sua imensa maioria, se pôs de acordo no sentido de repudiar uma política de interferência extrarregional na nossa realidade.

A DIMENSÃO SUL-SUL

Outro aspecto importante da política externa foi o movimento feito em direção à África. Segundo país de população negra no mundo, somente esse fato colocaria o Brasil em situação privilegiada para este diálogo com a África. O movimento em direção ao mundo árabe também foi importante.

Não há necessidade de grandes argumentos para justificar nossa aproximação com a Ásia. É região emergente, de grande importância econômica e política. Para lá se desloca o eixo da economia mundial.

A criação do IBAS (Índia, Brasil, África do Sul) apesar de ser uma experiência relativamente recente (2003), tem uma significação muito grande porque une três grandes democracias, de três continentes distintos, de três sociedades pluriculturais e pluriétnicas. Participamos também de um organismo que não criamos – aliás, não foi criado por nenhum dos seus integrantes – os BRIC (Brasil, Rússia, Índia, China). Já houve uma primeira reunião³ de chefes de Estado há alguns meses em Ekaterimburg, na Rússia.

RELAÇÕES COM O MUNDO DESENVOLVIDO

A relação com os Estados Unidos e com a União Europeia não sofreu nenhum abalo significativo nestes últimos anos.

O relacionamento com os Estados Unidos vive um de seus melhores momentos e isso desde o governo Bush. Esse bom relacionamento não excluiu divergências, como nossa oposição à Guerra do Iraque ou a formação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) – para só citar dois exemplos relevantes. Mais recentemente, a diplomacia de [Barack] Obama produziu efeitos contraditórios: avanços nas questões do desarmamento e retórica mais flexível sobre as questões do Oriente Médio. Não passa despercebido, no entanto, a paralisação das iniciativas em relação à América Latina, como na ambígua posição sobre o Golpe de Honduras ou na relutância em colocar fim ao bloqueio contra Cuba, para não falar da reativação da Quarta Frota e das bases na Colômbia.

Mesmo sobre questões globais mais críticas – Palestina ou Irã, por exemplo – vê-se ainda a presença de posições típicas do neoconservadorismo. Essas observações não podem prescindir de uma consideração sobre a presença do Brasil em grandes questões globais.

MULTILATERALISMO

A crise das organizações multilaterais e da governança mundial é evidente e exige respostas. Na OMC, a criação do G-20 comercial deu novos contornos às negociações da Rodada de Doha. Os países desenvolvidos não conseguiram, como no passado, impor sua vontade. Mas hoje as negociações estão paralisadas e é importante destravá-las.

A emergência do G-20 financeiro, a partir da crise econômica de 2008, mostrou a fragilidade dos mecanismos formais de governança e daqueles criados *ad hoc*, como o G-8, ainda que agregado do Brasil, China, Índia, África do Sul e México (G-5). O G-20 colocou na ordem do dia a necessidade de os países em desenvolvimento terem um novo e decisivo papel no futuro da humanidade.

3. Após a preparação dessas notas Brasília realizou, simultaneamente, em abril de 2010, reuniões do IBAS e dos BRIC.

Nas reuniões do G-20 trava-se intensa discussão para reformular a arquitetura financeira internacional e, em especial, suas instituições – FMI e Banco Mundial – onde Brasil e outros emergentes exigem mais poder de decisão.

A inoperância do Conselho de Segurança da ONU, em grande medida decorrente de sua representatividade distorcida, coloca a necessidade da ampliação de seus membros permanentes. O Brasil defende que sua presença no Conselho, como membro permanente, pode contribuir para uma efetiva renovação das Nações Unidas.

Sem essa renovação das instituições multilaterais, temas de alta relevância como a situação da Palestina ou do Irã continuarão paralisadas ou sujeitas às “soluções” que o passado mostrou serem nefastas.

O que alguns diplomatas aposentados qualificam por vezes como “megalomania” da política externa do governo Lula, não é mais do que um esforço responsável de contribuir para a paz mundial. O Brasil, por seus avanços internos e por sua forma de inserção no mundo, tem condições para tanto.

Somos um país de paz. O único a incorporar em sua Constituição a proibição de fabricação e uso de armas nucleares. O Brasil possui, assim, credenciais para ingressar em negociações antes reservadas a um pequeno núcleo de países que não foi capaz de reduzir graves tensões globais.

Essas credenciais podem ser exibidas também em questões como o aquecimento global ou na defesa dos Direitos Humanos. Nesse particular, nós temos buscado mais a eficácia das iniciativas discretas do que estrepitosas declarações que pouco ou nada resolvem.

Tem sido dito, por alguns, que a política externa do governo Lula rompeu com o consenso nacional que havia sobre ela no passado, porque se “partidarizou”.

Falso. Em nenhum país – salvo nas ditaduras, onde não há como se constatar o contrário – a política externa é “consenso”. No Brasil, tampouco foi assim. A Política Externa Independente (1961/1964) de Santiago Dantas e de Afonso Arinos, dois eminentes chanceleres filiados a partidos políticos, provocou fortes resistências em setores conservadores da sociedade brasileira. Da mesma forma, a política do tucano Celso Lafer não foi consensual. É normal que assim o seja, pelo menos nas sociedades democráticas.

VALTER POMAR

UM PAC LATINOAMERICANO

O foco da nossa discussão é o balanço da atuação do governo Lula na área externa, de 2003 até agora. Para fazer essa discussão é necessário contextualizar: qual país, qual governo. Mas o risco é o contexto virar o principal e o tema da política externa ficar em segundo plano. Por isso vou usar uma expressão diplomática que aprendi nesse convívio: “tomarei nota” do que foi dito a respeito do país e do governo e não vou entrar nas duas discussões específicas, sobre as quais tenho uma interpretação¹ um pouco distinta das apresentadas pelo Marco Aurélio Garcia e Samuel Pinheiro Guimarães.

Queria fazer um registro: o Marco Aurélio e eu somos historiadores, e é sempre um risco quando dirigentes partidários abordam a história do seu próprio partido. A verdade é que o pensamento petista sofreu um processo de empobrecimento, que não iniciou em 2003. Quem lê as resoluções do partido, percebe que há um processo de sofisticação, que se interrompe em um determinado momento, a partir do qual os temas mais programáticos, a discussão sobre os grandes caminhos seguidos pelo país, vai perdendo lugar para uma visão cada vez mais tática, na qual a formulação política passa a ser funcional, no mau sentido da palavra.

Esse não é um problema que se resolve fazendo contraposições entre o que o partido fez e aquilo que o governo deixou de fazer. Na verdade, vivemos um fenômeno que está presente em todos os processos latino-americanos:

1. Leia também de autoria de Valter Pomar, o texto preparado para o seminário “Política Externa dos Governos Progressistas do Cone Sul: convergências e desafios”, realizado em 29 e 30 de setembro pela Rede de Fundações Progressistas do Cone Sul, em parceria com a Fundação Friedrich Ebert (FES).

a chegada da esquerda ao governo nacional absorve energias, pensamentos, quadros e empobrece os partidos. Na prática, no sentido histórico da palavra, o partido passa a ser o governo. A Venezuela é um bom exemplo, noutros países há maior resistência a isso. No Brasil há uma vida partidária que resiste, mas o fenômeno existe.

Eu faço um balanço geral muito positivo da política externa do governo Lula. Acho que essa política antecipou a etapa que estamos vivendo, agora, no conjunto do governo. Ou seja, desde o princípio ela foi orientada para o objetivo de defender os interesses nacionais, de buscar um caminho de desenvolvimento e fortalecimento do Estado, transformar o Brasil num dos polos, ou parte integrante de um dos polos de poder em âmbito mundial. Portanto, foi uma política externa impulsionada por uma visão muito crítica tanto ao neoliberalismo, quanto ao papel que os Estados Unidos jogam no cenário internacional. Ideias que não eram hegemônicas, até 2005, no conjunto do governo Lula.

Entretanto, considero necessário precisar melhor qual é a natureza da política externa do governo Lula. Nós queremos que seja uma “política de Estado”, uma política amplamente hegemônica na sociedade brasileira, mas ainda não é. E ainda não é uma política de Estado, fundamentalmente porque as classes dominantes no Brasil não compartilham uma parte importante dessa política.

Nossa política externa também não é uma política de partido, inclusive no sentido de ser uma “política de esquerda”. Isto só é possível em momentos muito especiais, quando ocorrem grandes crises e processos revolucionários. Nesses períodos, pode-se esperar que um Estado execute uma “política de esquerda”. Porém, nos períodos normais a política externa expressa “interesses de Estado”, interesses nacionais distintos dos interesses dos partidos que governam esses Estados, mesmo (ou especialmente) quando são de esquerda.

A política externa do governo Lula é a política externa de um Estado periférico com enorme potencial. Se a esquerda hegemonizar este Estado, a política externa pode ter duas dimensões. Uma dimensão é proteger os interesses nacionais do país. Esses interesses nacionais muitas vezes são os interesses das empresas capitalistas que atuam no exterior ou são interesses do Estado no sentido mais amplo da palavra, um Estado capitalista, com um potencial “sub-imperialista” que não devemos subestimar, mascarar e nem disfarçar.

A outra dimensão da política externa do governo Lula é democrático-popular. Um Estado periférico sob hegemonia de esquerda, que busca construir uma nova ordem internacional e busca uma integração continental com viés popular e democrático.

Portanto, nossa política externa é contraditória – e devemos recuperar o valor positivo da palavra contradição – porque expressa dois impulsos simultâneos, impulsos que têm níveis de cooperação e contradição entre si.

Desta natureza contraditória da política externa decorre que os partidos de esquerda devem ter uma dupla atitude em relação a ela: têm que defendê-la no seu conjunto contra a direita e, ao mesmo tempo, deve ter uma atitude permanente de “vigilância e pressão” para garantir que predomine o viés democrático-popular.

Em dois textos (“As diferentes estratégias das esquerdas latino-americanas” e “A política externa do governo Lula”), desenvolvo os vários aspectos que deveriam compor esse trabalho de acompanhamento de política externa por parte de um partido como o PT.

Especialmente a defesa dessa política frente aos ataques da oposição de direita, a fim de evitar que nela predominem os interesses privados “sub-imperialistas”. Às vezes isso significa defender os interesses populares versus os interesses capitalistas. Porém, às vezes se trata também de defender os interesses do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, contra os capitalistas individuais que buscam o lucro imediato e impedem uma atuação de longo prazo do Estado, mesmo naquilo que os interessa no longo prazo. Por exemplo, as concessões feitas ao Paraguai e à Bolívia, no médio e longo prazo serão úteis ao grande capital brasileiro, inclusive para os que reclamaram.

Terceiro, estimular um viés latino-americano e caribenho. A nossa política externa, do ponto de vista operacional, será por muito tempo uma política de integração da América do Sul, mas ela deve ter um olhar mais amplo. Neste sentido, nossa atitude no caso de Honduras é muito importante, assim como a postura do Brasil frente a Cuba.

Quarto, reafirmar qual é a natureza da política das metrópoles. Uma coisa é dizer, como fez o Samuel Pinheiro, que temos uma relação histórica com os Estados Unidos e continuará sendo assim pelas próximas décadas. Eles não desaparecerão, não vão colapsar, continuarão sendo um país importante e um Estado importante para nossas relações. Uma das decorrências disto é não assumir uma retórica bélica contra os EUA, o que seria uma estupidez, dada a correlação de forças no terreno militar. Por outro lado, não se pode cair no oposto, ou seja, naturalizar essas relações, não perceber e/ou deixar de destacar a dimensão imperialista da política externa norte-americana, bem como da política externa da União Europeia.

Quinto, os partidos têm a obrigação de estimular a construção da dimensão cultural e popular de massa do internacionalismo e da integração.

Sexto, articular a política externa com o desenho estratégico de longo prazo. Isto posto, encerro minha contribuição sobre a natureza da política externa e passo a falar dos cenários em que atuaremos nos próximos anos e décadas.

Vivemos num período de instabilidade internacional de média duração. O ideário neoliberal colapsou, mas não será substituído no curto prazo por outro pensamento hegemônico, até porque o chamado pensamento crítico, nas suas variadas dimensões, passou 25 anos na defensiva.

A hegemonia dos Estados Unidos sofreu um golpe, mas não acabou. A hegemonia está em declínio, mas isso não significa que tenha deixado de existir e, por outro lado, não há no horizonte nenhuma outra potência hegemônica substituta, o que nos empurra para um mundo de multipolaridade. Não é porque os Estados Unidos queiram, é porque eles não podem evitar e não há outro que possa assumir o lugar dos Estados Unidos. Só que isso não será um processo tranquilo, será extremamente conflituoso. Basta ver a lentidão com que se produzem reformas na arquitetura do sistema econômico e político internacional, porque uma reforma rápida significaria perda de poder por parte das potências que, por isso, retardam esse processo.

Há uma crise no padrão de acumulação capitalista, sem que haja uma alternativa sistêmica clara no horizonte. E, no caso latino-americano, há uma crise do neoliberalismo e do desenvolvimentismo conservador.

Temos falado muito de crise do neoliberalismo, às vezes deixando de destacar que o Brasil teve, antes do neoliberalismo, 50 anos de desenvolvimentismo, acerca do qual hoje gostamos de destacar os aspectos progressistas. Porém, nós construímos a esquerda brasileira contra o padrão dominante do desenvolvimentismo.

A batalha eleitoral de 1989 decidiu por que lado se daria a superação do desenvolvimentismo conservador e, naquela ocasião, foi para a direita. Ocorre que o modelo neoliberal não ofereceu uma saída de longo prazo para o Brasil e agora estamos voltando, de certa maneira, aos patamares do conflito dos anos 1980: se vamos ter outro ciclo de desenvolvimento e qual será a sua natureza. Se conservadora, progressista ou democrático-popular.

Frente a esses cenários, a política externa brasileira faz três movimentos, dois muito claros e um nem tanto. Primeiro, ela faz um movimento por democratizar a ordem internacional, porque num contexto de crise e transição, quanto menos concentração de poder, melhor para podermos seguir o caminho mais adequado. Segundo, um movimento para participar dos centros de poder da ordem tal como é atualmente, seja com o objetivo de impulsionar mudanças, seja com o objetivo de preservar os nossos

espaços ou o de buscar espaços correspondentes à nossa força. O terceiro movimento, que não considero claro, é a operação em favor de uma mudança na ordem internacional. Este movimento não está tão claro, porque quando começamos a discutir o conteúdo da mudança, nossa reflexão se torna tática novamente.

Falta refletir mais sobre os cenários. Falamos de um processo de transição da atual para outra ordem, que não sabemos qual é, sem atentar que será um processo conflituoso. Em certa medida, estamos voltando a um padrão de organização do sistema mundial que lembra o pré-1914.

Por exemplo, o tema da moeda. Foi mais “fácil” tratar dessa questão, depois da Segunda Guerra Mundial, quando havia uma hegemonia clara. Hoje estamos na seguinte situação: existe uma moeda internacional, que nos causa problemas porque expressa uma hegemonia, mas como substituí-la se tal hegemonia ainda existe, mesmo em declínio?

Um exemplo de reflexão tática: como enxergamos os Estados Unidos. Na esquerda, o grau de conhecimento sobre aquele país, sobre as tendências de médio e longo prazo naquela sociedade, sobre como ela opera, ainda é muito baixo. A hegemonia americana cria uma espécie de opacidade sobre seu funcionamento real. Eles nos vendem uma imagem com a qual dialogamos, entretanto, conhecendo pouco da situação real.

O que está na base de situações como Honduras, bases na Colômbia e Quarta Frota? É uma luta de poder dentro do aparato do Estado norte-americano? É a continuidade da política de Estado tradicional, independentemente de quem está na gestão? É uma sinalização de que os Estados Unidos buscarão no médio prazo reverter o cenário internacional, utilizando a sua força militar? As três coisas?

Para concluir: qual deve ser a novidade da política externa do governo Dilma em relação ao governo Lula? A chave já está anunciada pelo próprio presidente Lula na posse do ministro Padilha, quando ele falou que um país como o Brasil tem que ajudar os outros – não me lembro da expressão exata. A mesma ideia está expressa pelo Samuel Pinheiro no livro “Desafios do Brasil numa era dos gigantes”, quando comenta sobre um Plano Marshall na América Latina. Não gosto da expressão, mas o sentido geral da ideia é correto.

É preciso desenvolver uma integração que não seja assimétrica, para deter a vocação “sub-imperialista” que se manifesta nas grandes empresas brasileiras presentes na região. Para fazer da região um polo de poder, não apenas do Brasil, ou de um polo de poder que se apóia no seu quintal, precisamos ter uma integração baseada na elevação da capacidade e da sinergia produtiva da região como um todo.

Embora tenhamos começado a fazê-lo, essa política tem que adquirir um caráter sistêmico, ser o eixo organizador da política de integração no mandato Dilma. Um eixo que não seja o comercial, não seja só a integração política, mas seja uma espécie de PAC latino-americano, para usar essa imagem, mesmo com os defeitos que tem.

PAULO FAGUNDES VIZENTINI

**PARA UMA NOVA POLÍTICA
EXTERIOR BRASILEIRA:
SUPERAR O DESCOMPASSO ENTRE
A POLÍTICA INTERNA E A EXTERNA**

Minha posição política é clara, mas, por várias razões, nunca me envolvi diretamente na militância. O que fizemos nos últimos anos na aldeia “gauchesa”, não gaulesa, desde a época do governo Olívio Dutra, foi aproveitar aquela conjuntura e criar um centro de reflexão e de pesquisa de Relações Internacionais (NERINT) dentro da Universidade (UFRGS), que tem se dedicado à cooperação Sul-Sul e a uma ampla de revisão teórica.

Isto, porque acreditamos que, em primeiro lugar, o estudo das Relações Internacionais (RI) entrou no Brasil no contexto da democratização como forma de pautar o declínio da ideia de interesse nacional e de promover a abertura para a globalização. A primeira coleção de Relações Internacionais foi editada pelo reitor [José Carlos] Azevedo, um almirante que conduziu a Universidade de Brasília (UnB), o qual traduziu grandes autores norte-americanos, ingleses e um francês. Afirmava-se que “agora a sociedade deve discutir Relações Internacionais”. Assim, a área de RI teve um início problemático, pois nasceu vinculada a uma estratégia de desmontar estratégias que estavam sendo desenvolvidas no Brasil, não o que para nós era negativo, mas o que tínhamos de positivo.

Em segundo lugar, creio que há um déficit teórico na esquerda, com os velhos partidos comunistas abordando a questão internacional numa perspectiva que já vinha definida pelos movimentos internacionais. E a nossa nova esquerda teve um problema de origem, pois nasceu e se formou lutando contra o Regime Militar e também “bebeu água do Rio Sena”.

Temos um déficit teórico grave na área da questão internacional, como bem lembrou Valter Pomar. O embaixador Samuel Pinheiro Guimarães tem lutado para que tenhamos uma reflexão brasileira, e a Fundação Alexandre

de Gusmão (FUNAG/MRE) publica 70 livros por ano. Nunca houve uma produção como essa, sobre países que não tínhamos muito conhecimento e que se tornou uma bibliografia hoje disponível eletronicamente. Também foi dito na exposição de ontem, de Valter Pomar, que vivemos um período de crise e de transição.

No entanto, em linhas gerais, como podemos situar esse momento e afinal, do que estamos falando? Uma parte da discussão interna, dos nossos desentendimentos, deve-se ao fato de estar falando de questões diferentes, sem nos dar conta porque estamos na linha de frente da luta política, na questão dos valores, entre outras coisas. Não conseguimos ver a estratégia como um todo e os conservadores – que tem o que conservar – se unem e definem uma estratégia. Porém, na esquerda, a possibilidade de divergir é muito maior porque ela tem um plano para o futuro.

Há que tomar cuidado ao cobrar ações mais contundentes, porque houve uma situação excepcional, que foi o fato da esquerda ter podido ocupar o poder no Brasil e em vários países da região. Esse processo está oxigenando ideologicamente a sociedade, colocando um termo a um período de declínio e dando início a um processo de reversão que ainda está nos estágios iniciais. Concordo plenamente com muito do que foi dito, mas não creio que a esquerda tenha força suficiente ou que exista uma correlação de forças políticas amplamente favorável e, menos ainda, uma clareza teórica para poder realizar muito mais do que foi feito. É a modesta opinião de quem ficou estudando e mantendo contatos com várias regiões do mundo. Creio que, politicamente, há uma confusão muito grande. Se não fosse a existência de alguns nichos antiliberais (leia-se nacionais, sociais e desenvolvimentistas) que sobram no Estado brasileiro, alguns movimentos sociais e setores de partidos políticos, bem como a própria figura do presidente Lula, que foram articulados numa situação conjuntural e num movimento que levasse isso à frente, os avanços logrados teriam sido quase impossíveis.

Ministrei um curso numa universidade holandesa em 2009 e a conferência final ocorreu no Ministério das Relações Exteriores da Holanda. Era sobre a política externa do presidente Lula, como foi solicitado, e havia um auditório repleto de diplomatas, jornalistas e alguns empresários e políticos. Os trabalhos foram presididos pelo Diretor do Departamento de Ocidente, que abrange as Américas, que afirmou: “queremos conhecer de um acadêmico brasileiro, afinal, qual é o projeto de política externa e o projeto de governo do presidente Lula, que tem nos chamado muito atenção pela sua seriedade, pelo seu caráter propositivo e pela própria figura emblemática do presidente, pois até nossa rainha está muito impressionada com ele”.

Considerando que Lula é criticado pela oposição por ser “monoglota e despreparado”, é algo interessante de se ouvir. Acompanharam com muita atenção e fizeram perguntas extremamente bem qualificadas. Muito dessa polêmica doméstica sobre a política externa representa o desespero de um segmento da elite que durante todo o período Bush, principalmente, se sentiu desamparada porque os Estados Unidos se deslocaram para a Ásia Central, para o Oriente Médio e na América Latina jogou com o “time reserva” e mais, o presidente Bush desprezou o *soft power*, além de respeitar o Brasil de Lula. Isso, aliado à permanência de Chávez e a ascensão de novos governos progressistas, deixou os liberais pró-norte-americanos desamparados.

É consensual aqui que vivemos uma época de acelerada transformação histórica. Que transformação é essa? Dizer isso já é um consenso, mas deixamos de fazer análises mais profundas e ficamos confusos, especialmente quando houve a crise do socialismo. Não foi apenas jogada “a água suja fora juntamente com a criança”, mas creio que até a banheira foi descartada. A esquerda está se reconstruindo, mas mesmo havendo uma crise de hegemonia do campo conservador e do neoliberalismo, estes conseguem se manter, pois ao campo progressista ainda falta um projeto articulado. Quer dizer, as condições objetivas estão dadas mas não há os elementos subjetivos necessários para avançar à fase seguinte. A que se vive hoje no mundo, apesar da hegemonia americana ter entrado em processo de desgaste desde a década de 1970, é a de recorrentes tentativas de reestruturar o mundo para conseguir manter a hegemonia dos EUA.

Essa crise não é só dos Estados Unidos, mas é do paradigma que o capitalismo estabeleceu na solução da Grande Depressão. E, qual é a essência desse processo e qual sua importância para a esquerda? Ocorre que, sem que houvesse uma consciência clara – o historiador Eric Hobsbawm lembrou – em torno dos anos 1970 o hemisfério Norte, inclusive do ponto de vista demográfico, entrou em estagnação. Quinhentos anos de migração do Norte para o Sul se transformou em migração do Sul para o Norte. E o capitalismo do Norte necessita tanto dos nossos estudantes brilhantes que vão fazer doutorado, e são cooptados, como dos nossos varredores de ruas, dos nossos garçons. Eles não têm mais os cérebros, nem os braços necessários.

Outro ponto importante é que o capitalismo, ao se encontrar numa fase de grande dificuldade, respondeu com a estratégia do neoliberalismo e um aprofundamento da globalização. A globalização já tinha cinco séculos e o Norte buscou aprofundá-la. E o que intenta com o neoliberalismo? O neoliberalismo representa várias coisas, inclusive uma contrarrevolução social, uma tentativa de renovar o capitalismo na sua forma, introduzindo um conteúdo

regressivo. Ao mesmo tempo em que as nações ricas estão tentando fazer esse movimento, entre os anos 1980 e os anos 1990, o espaço de atuação do capitalismo mundial se ampliou em um terço. A China foi se abrindo à inserção na economia mundial e o antigo soviético ruiu, e um espaço imenso (recursos naturais, mercado, mão de obra e capacidade produtiva) se abriu. O capitalismo penetrou lá, mas num momento em que não tem mais o mesmo dinamismo, nem a mesma capacidade de inclusão. Ele está gerando tecnologias revolucionárias, mas tudo isso está acumulando contradições a médio e longo prazos porque ele não tem mais a mesma capacidade. Marx disse que “o capitalismo é o sistema mais revolucionário que já houve em termos de produção, produtividade e de inclusão”, mesmo, às vezes, destruindo civilizações inteiras, ele era incluyente e “progressivo”.

Hoje não há mais essa capacidade e, por isto, não se tem conseguido controlar decididamente os novos polos de poder. Daí ser necessário criar elites simpáticas e difundir ideias confusas na opinião pública. Às vezes os princípios evocados nessas ideias são os mais nobres, mas quando se observa a forma de aplicar, o resultado é o oposto ao apregoado. Por que a União Europeia, que não tem mais população rural, gasta bilhões de euros financiando artificialmente uma agricultura intensiva de exportação em lugar de reconstituir suas florestas, já que passou do estágio agrário e que em outros lugares do mundo há um excedente de produção que eles não compram? Por que eles têm que comer carne de vaca criada com ração, se há países com amplas pastagens que poderiam exportar?

A resposta não é eliminar a globalização, mas nela introduzir três dimensões negligenciadas pelo neoliberalismo: a democrática, a social e a ambiental. Aqui foi exposto o trabalho que o Brasil faz nas organizações internacionais. Seria leviano cobrar: “por que o Brasil não mudou essa agenda internacional?” Quem dera ter super-poderes para realizar tal tarefa, quando estamos no início do processo. Acho que o presidente captou dentro do Fórum Social Mundial as linhas gerais e as transformou num projeto exequível, saindo a “vendê-lo” a um mundo que não tinha mais ideias a não ser bombardear países miseráveis.

O presidente Lula começou a ser um enorme sucesso, num movimento muito maior que busca ganhar corações e mentes ao redor do mundo. Por quê? Porque as pessoas estão perdidas, sozinhas, desesperançadas e isoladas umas das outras. As pessoas estão perdidas e acho que esse mundo criou uma realidade de individualismo extremado, algo quase doentio e deve haver uma reversão desse processo. O caminho da democratização da globalização passa pela reforma das Nações Unidas (ONU). Só que ela não se fará segundo o projeto mais justo. Ela se fará através de uma nova correlação de forças.

“O Pequeno Príncipe”, de Saint Exupéry, não é um resumo de “O Príncipe” de Maquiavel. São duas visões distintas. Recomendo a todos voltarem a Maquiavel e deixar o Pequeno Príncipe de lado, porque é preciso entender as contradições e a maneira de fazer política. A igreja demonizou Maquiavel não porque fosse maligno e cínico, mas porque desnudou a política. Às vezes temos necessidade de reafirmar exageradamente nossos princípios, como se não tivéssemos confiança e certeza deles. Então, fazemos mais ideologia do que política. A política “tatcheriana” armou um contra-ataque porque o governo trabalhista, apoiado nos sindicatos, ia estatizando tudo que não dava mais lucro: transporte público, ferrovias, água, energia, saúde, educação, minas etc. Marx demonstrou que a produção capitalista tem uma tendência à socialização, no nível econômico, mas precisamos ter uma revolução no plano político-social para completar a transformação.

Quando se fala em revolução não significa, necessariamente, que tem de ser violenta. Não se trata de um processo que não possa avançar paralelamente aos elementos privados da produção. O problema de se fazer uma aliança política é não ser, simplesmente, caudatário da proposta do outro. Ou seja, o Estado tem que recuperar mecanismos de intervenção e reconstituir um tecido social que foi duramente atingido nesses últimos anos, mas os atores políticos-sociais tem que aproveitar a liberdade de organização e avançar. A grande pergunta é: qual é a contradição principal na atualidade? Estamos num período de grande conflito no plano global, entre as forças populares e o grande capital? Não, porque ainda não se atingiu esse ponto. Há apenas lutas de flancos para tentar dominar esse capitalismo emergente, pois existe uma luta entre polos de poder, ainda existe uma luta intercapitalista em que as forças progressistas começam a influir. Tem que haver uma inserção nesse embate, mas não numa agenda defensiva (“garantir direitos”). O avanço das forças produtivas deve se desconcentrar e atingir todas as regiões e incluir o conjunto da humanidade.

O segundo ponto é trazer a agenda social, e o governo está fazendo isso, para a globalização. Está se aproximando o momento de reduzir a jornada de trabalho no planeta inteiro. Não é algo que um país possa fazer sozinho e “dar o exemplo” aos demais. Esse é um processo global movido por um conjunto de contradições fundamentais. Há poucos anos, quando alguém dizia isso, a mídia e os empresários gritavam: “é uma loucura reduzir jornada de trabalho, está na contramão da História, mas a revolução tecnológica se realizará como modernidade exatamente se houver essa redução de jornada e uma incorporação de massas maiores à produção e ao consumo.

Terceiro, a questão ambiental passa a fazer parte da globalização, mas não pode se circunscrever puramente a uma ação nacional ou de fundo ético

e defensivo. Durante quinhentos anos, o capitalismo se apropriou gratuitamente dos recursos naturais sem pagar pelos seus custos. Interessante, e ninguém comenta, a pirataria na Somália criou problemas insólitos, um deles é que certas empresas europeias e norte-americanas iam para a região jogar lixo tóxico. Chegavam próximo do litoral e jogavam tambores ali, pois não havia Estado para fiscalizar ou proteger. (O paraíso liberal é a Somália, pois não tem Estado!). Graças à pirataria, que também representa uma espécie de rebeldia social, uma tentativa de sobrevivência de uma sociedade, o mundo teve de olhar para eles e se preocupar com a situação do país.

O que passa a acontecer a partir de agora, gradativamente, é que para derrubar uma árvore há que plantá-la cinco anos antes, cuidar, pagar e isso vai afetar a planilha de custos do capitalismo. Mais ainda, bendita China: o dia que os chineses disseram que tinham o direito de andar de automóvel, e não apenas de bicicleta, o mundo tremeu. Então, o capitalismo é injusto sob vários pontos, mas nem aquilo que ele afirma ter de bom pode ser universalizado, porque é impossível. É necessário ter extremo cuidado com agendas montadas no plano internacional e transferidas automaticamente para cá. E elas sempre vêm com uma embalagem muito simpática e justa. Vocês conhecem algum vigarista antipático? Então, todas as causas são boas e são apresentadas de maneira convincente. Fiquei chocado quando vivi em países europeus e observei como eles são consensuais, não ousam criticar a rainha, não têm problemas ambientais graves. Não fazem política em casa e transferem sua indignação aos países periféricos, que mal conhecem, e abraçam suas causas “politicamente corretas”. Quando as fábricas da Alemanha Oriental foram fechadas pelo governo federal, a “opinião pública” ficou feliz porque poluíam, e ninguém percebeu a estratégia de dispersar a base social da esquerda. As pessoas, geralmente, pensam até o ponto a que foram induzidas a pensar.

Para apresentar um programa político-eleitoral para o Brasil é necessário desarmar a tentativa de rotular a política externa de “ideológica”. A título de provocação humorística sugiro a realização de um grande congresso convidando só o PSOL e o PSDB, para que definam uma posição sobre a política do governo. Mas, veja o seguinte, o Brasil quando era colônia e, depois, império, o vetor externo era a Europa. Depois, no início do século XX, por 60 anos, o Brasil esteve voltado para os Estados Unidos, que comprava nosso café. Mas, felizmente, a Grande Depressão fez com que o país passasse a se industrializar, e quando ele chegou nos anos 1960 não havia mais como ficar sob as asas dos Estados Unidos, que buscava obstaculizar a industrialização brasileira. Então, em 1961 a Política Externa Independente realizou uma inflexão em direção à África, à Ásia, em direção aos países socialistas, diversificando as parcerias

com outras regiões. Com o golpe de 1964 foi implantado o regime militar, totalmente contrário do ponto de vista social e de política interna ao que era o período Jânio-Jango, o chamado populismo.

Está na hora de desconstruir o conceito de populismo, uma armadilha que faz a esquerda não enxergar certas conquistas populares e, inclusive, deixar de fazer alianças políticas necessárias, que podem repercutir na política internacional. Houve um esforço interessante de resgatar a figura de Getúlio Vargas, algo fundamental para ultrapassar o conceito liberal de populismo. Já a ditadura militar causa mais constrangimento, devido à violação dos direitos humanos, ao autoritarismo e à repressão, mas acho que deveríamos resgatar alguns pontos da questão nacional, desenvolvimento e, especialmente, da política externa, sobretudo no governo Geisel.

Nos anos 1970 houve algo radicalmente novo, o Brasil transgrediu aquela regra verticalizada das relações internacionais e estabeleceu relações com outros países, as quais não eram nem de obediência aos de cima, nem de subordinação aos que estavam abaixo. Essa parceria horizontal desafiou a hegemonia dos EUA, e foi por isso que esse governo, menos repressivo do que o governo Médici, foi mais duramente atacado. O que ele fez? Um acordo nuclear com a Alemanha, o reconhecimento da China Popular e do marxista MPLA em Angola, o voto antissionista na ONU, o aprofundamento do desenvolvimento para tecnologias mais avançadas, relações independentes com potências médias desafiadoras da ordem mundial.

A (nova) esquerda brasileira se formou na luta pela redemocratização e incorporou certas percepções políticas que confundiam meios e fins. Ao responsabilizar exclusivamente os militares pela ditadura, condenaram a corporação, passaram a desconsiderar as políticas de defesa e inocentaram a burguesia golpista e o grande capital, os maiores beneficiários do regime. Além disso, adotaram uma postura anti-Estado (considerando-o, como os liberais, um ente separado da sociedade) e antinacional, bem à moda do maio de 1968 parisiense e da pós-modernidade.

Isso representou uma deficiência grave na hora de assumir o poder, pois as alianças parlamentares foram priorizadas em lugar de alianças estratégicas, com potenciais aliados desprezados. A política de desmonte do setor de defesa só começou a ser revertida no final do segundo mandato do presidente Lula e o governo sequer dispõe de um serviço de inteligência, o qual teria evitado uma série de crises graves que quase produziram uma ruptura governamental. Foi, no mínimo, um grande amadorismo. Ironicamente, o melhor que o governo realizou foi através do Estado e da valorização do elemento nacional para a projeção internacional.

Curiosamente, na passagem da década de 1970 para a de 1980, como reação à tentativa de reestruturação do capitalismo mundial, o Brasil alcançará a última região ainda não atingida, os seus vizinhos. Houve a busca de parceria com a Argentina em 1979-1980 e vai se construindo um espaço amplo para a inserção do Brasil. Houve várias formas políticas desse relacionamento e hoje é triunfante a ideia de um princípio estratégico, que diz ser necessário toda América do Sul se desenvolver. O Brasil não pode ser um país próspero em meio a um conjunto de países miseráveis e o desenvolvimento dos vizinhos abre espaço para o país avançar.

É preciso mostrar no programa eleitoral que o governo não inventou essa inflexão sul-americana, mas que deu a ela uma dimensão real, algo que estava maduro e não era aproveitado. Era o mais racional a fazer, porque o Brasil está longe do eixo dos grandes conflitos, mas igualmente longe dos grandes mercados. Esse é um ponto fundamental. Uma maneira de resgatar isso é demonstrar que há antecedentes, para não permitir que a integração sul-americana seja acusada de ser uma questão ideológica (“aliança de governos esquerdistas”).

No tocante ao relacionamento Norte-Sul e à ordem global, houve, sem dúvida alguma, um expressivo resgate de auto-estima, uma postura de negociação que foi muito melhor do que a “Yes Diplomacy” de Fernando Henrique Cardoso. A posição do Brasil, sempre convergente com a agenda da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), já era conhecida previamente. Agora não mais. É desalinhar sem confrontar. Na questão da ALCA e em outras, o presidente Lula esteve num partido fazendo oposição e teve uma estratégia de crítica aberta. Como presidente, ele não ia para a rua fazer manifestação, mas colocava areia nas engrenagens da negociação. Como disse Valter Pomar, não conhecemos direito os Estados Unidos.

No embate político se forma uma caricatura dos EUA, mas ele é muito mais complexo e contraditório do que parece, e é difícil lidar adequadamente. O governo soube lidar bem com isso e, para o desespero da oposição, o Brasil conseguia ter um bom relacionamento com o governo Bush, praticando uma defesa dos próprios interesses. Isso os desarticulou, eles tentaram golpear, mas nunca conseguiram identificar um ponto, um foco adequado. Houve um avanço significativo, mas na discussão sobre a possibilidade de ter feito muito melhor, não creio que houvesse uma correlação de forças muito favorável. Um problema interno do Brasil é não conseguir ter um projeto totalmente articulado. Por exemplo, reclama-se dos chineses, mas o problema é que a elite brasileira joga como se o país tivesse todo o tempo do mundo, todo espaço. Não vai ser assim. Há um tempo histórico limitado dessa luta pela reconfiguração da ordem mundial e não existe um determinismo econômico.

Esse capitalismo pode se nivelar no funcionamento mínimo e continuar durante muito tempo dessa maneira, sendo necessário haver outro movimento, mas isso não é possível em escala simplesmente nacional. É importante notar a relevância da construção das parcerias estratégicas – com FHC apenas *photo opportunity*. O Brasil deu, no governo Lula, um peso significativo às parcerias estratégicas com a Rússia, a China, a Índia e a África do Sul. Porém, a oposição critica explorando só a dimensão comercial dizendo: “o que nós temos a ganhar nos relacionando com a China, que invadirá o nosso mercado?”. Então essa é também uma questão importante em termos de comunicação: como reverter esse discurso ideológico? E no tocante à cooperação Sul-Sul, as agendas sociais e de saúde que o Brasil tem implantado internamente, tem ajudado a África e outras regiões.

Com relação à América do Sul, ela está dividida em regiões muito definidas, sendo uma delas o próprio Brasil. O Cone Sul é uma região desenvolvida e sofreu uma derrota brutal com os regimes militares, com uma desarticulação da esquerda e “passivização” da sociedade. Ser obrigado a fazer certas concessões políticas é algo que se entende, mas criar um raciocínio para se auto-justificar e gostar de gerir o capitalismo, já é um desvio de função. Com tantos liberais desempregados, não é necessário que a esquerda assuma o seu lugar como ideólogo; deixem para eles que não tem um desvio de função dessa natureza. No Cone Sul deve-se interagir e cooperar, mas tenha-se em consideração que “essa área já foi!”.

Há outra área extremamente turbulenta, o arco da Bolívia até a Venezuela, onde as coisas começam a acontecer de uma maneira absolutamente nova, inesperada. Os cientistas políticos fizeram seus cálculos e disseram: “Chávez não pode existir”. Mas, ele existe. Um especialista da Bolívia, num seminário em Porto Alegre, disse, logo após a queda de Sanchez de Lozada: “Evo Morales jamais será presidente. Mas agora é, e reeleito! Todavia, não creiam que os governos progressistas tenham força, pois são frágeis. Felizmente existe um mútuo apoio entre regimes de esquerda “radicais” e “moderados”, o que é algo muito importante para a sobrevivência.

Com relação ao governo Barack Obama, o quadro se alterou drasticamente, e não para melhor. Por incrível que pareça, será muito mais difícil, por duas razões: porque os EUA recuperaram o *soft power*; e segundo, usando isso eles tentarão reenquadrar alguns aliados desgarrados e as organizações internacionais; e, terceiro, tendo que atender algumas demandas internas e administrar a aterrissagem de um país declinante, ele terá que lidar com poderosas forças internas. Em 2010 haverá eleição para renovação parcial do Congresso, e então vamos saber o que o governo Obama ainda manterá de seu programa

inicial. “Lula é o cara!”, como ele declarou. Não quer dizer que isso vai ser muito bom para o Brasil, vai ser complicado.

Foi mencionado que a retirada dos mísseis da Europa Oriental coincide com o endurecimento de provocações como as bases na Colômbia. Os Estados Unidos de Bush pressionavam as potências da Eurásia, que reagiram articulando a Organização de Cooperação de Xangai e começaram a agir com ênfase. Os russos, por exemplo, vieram fazer manobras aqui no litoral caribenho, junto com os venezuelanos e, quem sabe, está aí uma estratégia de equilíbrio: os EUA deixam de pressionar na Eurásia e a Rússia e a China não interferem mais na América Latina. Seria uma sinalização para os grupos mais conservadores: “o império está de volta”. Não é mais o mesmo império, é uma sombra, mas esse elemento está presente. As forças liberais podem se sentir alentadas para uma nova arrancada.

Então, a maior tarefa agora, para dar continuidade, sustentabilidade e maior concretude e aprofundamento da política externa, é fortalecer as bases internas: políticas, sociais, econômicas e ideológicas.

FÁTIMA MELLO

UMA AVALIAÇÃO A PARTIR DO MOVIMENTO SOCIAL

A Rede Brasileira pela Integração dos Povos (Rebrip) é uma rede de organizações da sociedade civil brasileira. A Central Única dos Trabalhadores (CUT) compõe nossa coordenação, entre os membros também estão federações e confederações sindicais, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf), e movimentos como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), organizações de mulheres, organizações que lutam pelo acesso a medicamentos genéricos – durante anos estas atuaram pela construção da política brasileira de produção de medicamentos genéricos –, organizações de direitos humanos, entre outras. Então, falarei a partir desse lugar e não do lugar do partido, considerando a diversidade da Rebrip e tentando apresentar sua sensibilidade média, sabendo que existem extremos de avaliação sobre o tema entre algumas organizações que compõem a rede.

A Rebrip nasceu reunindo organizações sindicais e sociais para lutar contra a Área de Livre Comércio das Américas, a ALCA, em 2002 e se tornou o capítulo brasileiro da Aliança Social Continental, uma articulação das Américas de luta contra o neoliberalismo e o livre comércio.

Tentarei colocar cinco pontos que anotei sobre as apresentações do Marco Aurélio Garcia e do embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, aliás, com quem já tivemos a oportunidade de dialogar inúmeras outras vezes desde a campanha contra a ALCA.

Colocarei algumas avaliações extremamente positivas sobre a política externa brasileira de 2003 para cá, mas também, fraternalmente, mencionarei o que nós consideramos como algumas lacunas a serem enfrentadas. Isso porque vemos a transformação da política externa do período anterior para o período do gover-

no Lula como um processo onde muitas questões ainda não puderam ser vencidas, porque dizem respeito à correlação de forças existente. De fato, na sociedade brasileira, a política externa reflete a aproximação entre política interna e política externa. Portanto, ela é resultante da correlação de forças na sociedade, que ainda temos de disputar em uma série de áreas pois ainda não estão como gostaríamos.

Como avaliamos a política externa desde 2003? Para nós, as perguntas fundamentais são como a política externa pode contribuir para reduzir assimetrias, as desigualdades dentro da sociedade brasileira, entre os países da América do Sul e no sistema internacional.

50

Esse é o critério que usamos para avaliar como a política externa tem contribuído para a democratização substantiva da sociedade brasileira e da ordem internacional. Nós participamos de movimentos não só no Brasil, mas também no plano global de luta contra o que o embaixador Samuel Pinheiro chamou de amarras, fazendo parte de coalizões globais no processo do Fórum Social Mundial, redes globais de luta contra acordos comerciais que mais do que acordos comerciais ou econômicos, são amarras. São, digamos, condicionamentos, constrangimentos políticos à possibilidade de decidir autonomamente sobre as políticas públicas que queremos para o nosso país.

Há cinco pontos que se relacionam com o que consideramos rupturas importantes e muito positivas em relação ao período Fernando Henrique Cardoso e também algumas continuidades que, a nosso ver, têm que ser enfrentadas, bem como duas lacunas que considero cruciais enfrentá-las ainda durante o governo Lula. Essas lacunas são: a) o enfrentamento da questão ambiental, central para pensar o Brasil no mundo e a institucionalização de canais mais sólidos de participação sobre o processo decisório; e b) a formação da política externa brasileira, onde avançamos muito – não há dúvida – mas ainda precisamos consolidar uma esfera realmente pública, que dê conta de processar os interesses múltiplos e conflitantes da sociedade brasileira. Muitas vezes não conseguimos um espaço onde esses interesses de fato possam realizar a disputa.

O primeiro ponto tem a ver com o que acompanhamos de perto, os primeiros movimentos da política externa brasileira com relação à área comercial no primeiro ano do governo. Foram dois momentos, em 2003, que indicaram atos inaugurais e simbólicos da política externa. Um, foi a reunião ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), em Cancun (México), onde o Brasil atuou fortemente junto com outros países e teve protagonismo especial na criação do G-20 da OMC. Foi um ato que simbolizou o desejo de criar um embate na correlação de forças existente na ordem internacional, o Brasil atuou na construção de uma coalizão que empatou o jogo, que o paralisou no sentido de incluir novos interesses e novos atores. Outro momento, também em 2003, foi a reunião ministerial da ALCA, em Miami (EUA), onde o Brasil fez a proposta

negociadora da “ALCA em três trilhos” que, de fato, esvaziou o processo. Muitos atribuem sua paralisação à reunião da Cúpula das Américas em Mar Del Plata (Argentina), em 2005, mas na verdade a ALCA parou em 2003, com a proposta negociadora formulada pelo Brasil.

Estes dois momentos – Cancun e Miami – revelaram que o Brasil queria atuar fortemente para um empate de forças na ordem internacional. O G-20 da OMC tem reflexos na criação do G-20 financeiro atual, não há dúvida nenhuma, pois ali se inaugurou e se explicitou uma crise na governança da ordem internacional vigente, que está dando resultados agora, como demonstra o encontro de Pittsburgh (EUA). Em Miami ficou explícita a direção que o governo Lula daria às relações com os Estados Unidos, esvaziando aquela relação preferencial, quase carnal existente no período anterior, para retomar uma perspectiva de diversificação das relações e o Brasil presente no jogo das relações globais.

No entanto, isso tem a ver com o que o Valter Pomar chamou de terceiro eixo, que ainda não está muito claro na política externa. Ao fazer isso – nós o vemos como um processo – ainda não conseguimos chegar a uma alteração substantiva de agenda. Alteramos o jogo de forças, mas ainda não conseguimos alterar a agenda. Tanto que na Rodada de Doha, o Brasil é visto como o grande promotor que ainda segura a Rodada e ainda insiste na sua conclusão. O impasse na conclusão da Rodada é sintoma do esgotamento de uma agenda que os países não querem mais seguir. A OMC e as premissas sobre as quais a Rodada de Doha é negociada são dos anos 1990, de uma era que precisa ser revista.

O Brasil tem lutado para rever as teses dos anos 1990, em diversas outras instâncias e espaços, mas no caso da Rodada de Doha, essas premissas ainda são muito vigentes, vide a negociação e barganhas entre a liberalização do comércio agrícola, as concessões em política industrial e na área de serviços. O Brasil até colocou elementos que dificultam a sua conclusão, mas, por outro lado, acredito que o fato de ter havido um custo político doméstico muito alto ao ter esvaziado a ALCA, talvez tenha nos deixado sem a opção de esvaziar também explicitamente a Rodada de Doha, porque o custo político também seria alto. O embaixador Samuel Pinheiro foi pessoalmente atacado pela revista *Veja*, em razão do esvaziamento da ALCA e até hoje a imprensa publica artigos dizendo que o Brasil “não fecha acordo nenhum”.

Num certo sentido, apostar na Rodada Doha tem a ver com a necessidade de responder às cobranças de apresentar resultados na área comercial. Por outro lado, o Brasil está ajudando a dar sobrevida a uma agenda esgotada, a agenda dos anos 1990 e os pilares sobre os quais a OMC foi criada.

O segundo ponto também tem a ver com essas instituições, que passam por um claro esgotamento político. É a questão do G-20 atual, onde, de novo, ao participar da construção de uma esfera alargada e mais democrática de concerto

internacional, o Brasil tem uma grande oportunidade de entrar no novo ciclo e disputar os rumos da agenda do G-20.

Num certo sentido, reconhecendo que estamos numa transição entre uma era bipolar e uma era que queremos que seja multipolar, mas essa transição não está consolidada, as coalizões informais, como o G-20, muitas vezes não funcionam para reforçar a construção de uma nova institucionalidade.

O Sistema de Bretton Woods, construído em 1944, no pós-guerra, está vencido. O Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) não correspondem mais à realidade da ordem internacional atual. No entanto, essas coalizões informais retardam a construção de uma nova institucionalidade. Nós apostamos numa institucionalidade efetivamente democrática, uma democratização do sistema e por isso temos que lutar pela construção de instituições que correspondam ao que queremos. É claro que muitas vezes tais coalizões são formas de encaminhar a transição, mas temos que pensar à frente sobre o que queremos colocar no lugar das que se esgotaram.

Terceiro ponto. Acho que houve uma ruptura importante em relação ao período Fernando Henrique Cardoso, pelo fato de que o governo Lula atuou muito para a inclusão da participação de organizações da sociedade nos processos de formação da política externa, nas delegações para negociações internacionais, no acesso a documentos de negociação e a inclusão também de Ministérios que não faziam parte do jogo. O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) passou a atuar fortemente nas negociações da OMC, colocando a agenda da agricultura familiar e camponesa nas negociações. A definição das posições deixou de ser um monopólio do Ministério da Agricultura e do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), embora ainda tenham um peso absurdamente alto. De novo, acredito que ainda não chegamos a um formato para uma participação que expresse a nossa convicção de que os interesses do Brasil não são um interesse único. O Brasil é uma sociedade democrática, que tem interesses conflitantes, múltiplos e com reflexos na formação da nossa política externa. Então, precisamos de canais para processar os conflitos. O interesse nacional não pode mais ser confundido, como muito setores empresariais confundem, como sendo os interesses das suas empresas. Então, temos que atuar para construir instâncias capazes de processar essas disputas de forma mais institucionalizada.

O quarto ponto é sobre a integração regional, onde nossa sensibilidade diz que o Brasil está tendo um papel chave em alguns momentos do processo recente, embora não haja consenso sobre, como, por exemplo, os casos de Itaipu, Bolívia e agora de Honduras. Aquela reunião de Salvador (Bahia), com a presença de Cuba, foi um ato político importantíssimo para a América Latina, assim como o ingresso da Venezuela no Mercosul.

São momentos em que o Brasil mostra que está contribuindo decisivamente para viabilizar um ciclo político novo na América Latina. Sem o Brasil, sabemos que essa situação não seria viável, e claro, apostamos na responsabilidade do Brasil pelo seu peso específico na viabilidade econômica e política da região.

Agora, até que ponto nós, da esquerda, movimentos sociais e partidos políticos consideramos como um projeto regional de desenvolvimento? Esse é um debate profundo na Rebrip. Até que ponto um projeto regional de desenvolvimento é, de fato, crucial para o Brasil? Essa é a grande questão para avançar numa concepção condizente com os desafios sobre o papel do BNDES, da Petrobras, enfim, das empresas públicas e privadas brasileiras na viabilização de um novo projeto para a nossa região. Acredito que esse debate sobre projeto nacional, projeto regional e o lugar da região num projeto nacional não está vencido na esquerda.

Digo aqui entre nós, porque alternamos visões instrumentais sobre a região, sobre como serve ao interesse nacional, espaço de concertação política, espaço de gestão compartilhada de políticas públicas e de recursos naturais, entre outros. É de fato estratégico para o Brasil olhar a região dessa maneira, ou não?

O quinto e último ponto sobre o qual queria chamar a atenção, é relativo à discussão sobre o lugar da questão ambiental, da dimensão ambiental num projeto de desenvolvimento. Quando Marco Aurélio Garcia falava sobre o desenvolvimento como crescimento e inclusão/distribuição, eu pensei que esse é um grande debate entre nós. Agregar a dimensão ambiental ao crescimento com inclusão/distribuição será o grande em 2010. Ao pensar na necessária transição para outra matriz produtiva, até que ponto vamos absorver a centralidade da discussão ambiental? Pensar a COP-15 como uma grande oportunidade da política externa e absorver a centralidade da questão ambiental? Até porque o Brasil é campeão em mega-biodiversidade, em florestas, em água doce, em muitos recursos naturais e é, também, campeão em emissões por desmatamento, por uso de agrotóxicos.

O Brasil quer ou não estar no epicentro da discussão sobre o destino da utilização desses recursos? Afinal, é campeão em energias renováveis e esse é o trunfo que pode levar para a COP-15. Acredito que, nós e não somente o governo, não absorvemos devidamente essas questões.

Estive recentemente na CUT, conversando sobre como dialogar e articular a discussão do trabalho com a necessidade de uma transição da matriz produtiva e energética.

Como realizar uma transição tecnológica fazendo uma cooperação Sul-Sul. Não dá mais para adiar o debate porque ele virá com força, queiramos ou não. Se não fizermos o debate, o mundo nos pressionará a isso.

Hoje, na sociedade brasileira, temos a possibilidade de contribuir. Se o governo brasileiro criar instâncias sólidas de participação para formação e tomada de decisões de política externa na área ambiental, nós deveríamos ser convidados para trazer as contradições, os desafios, a dimensão do trabalho nessa discussão etc, a fim de avançar.

Concordo com uma observação feita por Valter Pomar nesse debate, de que temas como direitos humanos e meio ambiente são utilizados de maneira demagógica contra nós pelas grandes potências, que não tem compromisso com os direitos humanos nem com o meio ambiente, pois critica-se com motivação política.

Na COP-15, o Brasil tem que sustentar sua posição pelo seguinte: 80% das emissões históricas de carbono são feitas pelos países do Norte. A responsabilidade histórica dos países do Norte é infinitamente maior. Porém, a questão é a seguinte: sem nos esquecer que 80% das emissões é responsabilidade histórica daqueles países, nós emitimos muito aqui também, desmatamos muito, e isso tem reflexo e consequências graves para a sociedade brasileira. As enchentes, os deslizamentos, a “semi-aridização” do Nordeste, o processo de desertificação, tudo isso vai piorar a situação do povo brasileiro. Não estou preocupada se os Estados Unidos sofrerão com o desmatamento da Amazônia. Estou preocupada se o povo brasileiro pagará um preço altíssimo.

A posição brasileira é de cobrança, porque defende até hoje a posição de que “vamos reduzir nossas emissões e adotar os mecanismos de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD), desde que não sirvam de compensação para os países do Norte fazerem suas emissões”. É uma posição correta.

Só que o empresariado está pressionando para retirar o ponto e lucrar com o mercado de carbono, o crédito de carbono. Há pressões gigantescas para retirar o item e o governo parece estar cedendo ao empresariado.

Sem nos esquecer da responsabilidade do Norte, nós temos problemas e conflitos gravíssimos no Brasil. Não podemos fechar os olhos para a criação de gado extensivo, que emite metano, desmata muito, produz conflitos socioambientais gigantescos no Pará e em toda a Amazônia.

Esse é um problema da sociedade brasileira. Não é para criar uma reserva e, sim, pensar na transição de uma matriz produtiva de médio e longo prazo que nos interessa.

JOÃO ANTONIO FELÍCIO

**UMA VISÃO A PARTIR
DO MOVIMENTO SINDICAL**

Quando analisamos a política externa do governo brasileiro, além de opiniões pessoais emitidas a partir do que se ouve e lê dentro do partido, também expressamos avaliações dos movimentos sociais com os quais participamos e interagimos em eventos internacionais.

Para quem milita no movimento sindical há três décadas, e na Central Única dos Trabalhadores (CUT) há 15 anos, é inevitável fazer comparações e reconhecer que houve uma mudança radical no que diz respeito à postura do Brasil no cenário internacional, ao reafirmarmos nossa soberania e independência frente às chamadas grandes potências, contribuindo para a construção de um mundo multipolar.

A CUT, quando foi fundada, optou por um caminho não sectário nas suas relações. Imediatamente, estabeleceu bons contatos com centrais sindicais da chamada social democracia, com algumas centrais da democracia cristã e, também, às vinculadas aos partidos comunistas. Embora em um primeiro momento estas últimas não nos tenham reconhecido, logo passaram a se relacionar conosco. Ao nos relacionarmos com todos os matizes ideológicos, ouvíamos análises das mais variadas sobre o nosso país, de A a Z.

Observamos que a partir da eleição do presidente Lula, o Brasil passa a ser reconhecido como um país que exerce seu protagonismo no cenário mundial com uma política internacional clara, ainda que, naturalmente, com contradições.

Não recordo, nesses anos, de haver um único sindicalista ou congresso, dentro de tantos eventos nos quais participamos antes de 2003, manifestando-se a respeito da política externa do governo brasileiro. Parecia que era algo

inexistente, de quintal, completamente irrelevante. Diferentemente de hoje, onde é amplamente debatida em qualquer evento internacional.

Citarei agora alguns pontos que considero realmente espetaculares, como é o caso do nosso enfrentamento à crise internacional com base no fortalecimento do mercado interno, de sólidas políticas públicas, de afirmação do papel do Estado indutor. São fatores que têm se revelado extremamente positivos – e decisivos, permitindo que saíamos mais rápido da crise. Isso é algo que se deseja conhecer em profundidade, o que nos leva a nos manifestar sobre os acertos do governo. Essa é uma questão muito presente no mundo do trabalho.

Os dirigentes da Cosatu, central sindical da África do Sul, com quem estive compartilhando experiências no seminário que antecedeu o Congresso deles, me perguntavam: “O que vocês fizeram que permitiu ao Brasil estar saindo da crise mais rapidamente do que a imensa maioria dos demais países?”. Não há dúvidas de que isso se deve aos acertos do governo brasileiro internamente, dos projetos sociais, mas também porque soube capitalizar, difundir e propagandear, criando um ambiente favorável, fazendo a disputa política e ideológica com os que queriam a submissão pura e simples ao “deus” mercado. E mais, soube disputar internacionalmente as suas políticas, o que acabou tendo uma enorme influência em outros países, estimulados a adotar políticas muito semelhantes às nossas. Esse é um elemento que considero de fundamental importância.

Quando o governo brasileiro passa a ter uma presença mais forte no cenário internacional, devido aos projetos sociais implementados, acaba também sofrendo algum desgaste em segmentos teoricamente mais à esquerda. Os que assim se auto-intitulam, nos questionam sobre o fato de a Petrobras estar implantada em determinado país e ainda haver uma enorme dificuldade para que a empresa estabeleça uma relação democrática com os sindicatos locais. Nomeio a Petrobras, mas poderia dizer a Gerdau, a Vale ou qualquer outra grande empresa que tem recebido recursos públicos via BNDES para crescer. Isso, evidentemente, provoca certo desgaste para o nosso governo, porque há pessoas que nos carimbam, porque a Gerdau, embora seja uma empresa autônoma, capitalista, recebeu incentivos do Estado brasileiro e, portanto, deveria implementar determinadas contrapartidas sociais, tanto no Brasil quanto no exterior. Diante da inexistência de qualquer diálogo, o movimento sindical internacional, quando se vê diante do comportamento destas empresas, faz imediatamente um questionamento: “Será que o Brasil, com suas multinacionais espalhadas pelo mundo, terá o mesmo comportamento do imperialismo americano, inglês ou alemão?”.

Para o bem ou para o mal, nossa presença é muito diferente da que tínhamos até o final dos anos 1990, onde havia uma ignorância total em relação

ao Brasil. Imaginem num Fórum Social Mundial, por exemplo, alguém querer saber a opinião do Fernando Henrique Cardoso sobre um determinado país. Hoje, não, todos querem saber a opinião de Lula sobre a OMC, FMI, Venezuela, Cuba, Honduras ou temas semelhantes.

Comparando com o passado, enfrentamos na atualidade o debate internacional com a cabeça erguida, com altivez. Algo que foi construído pelos projetos sociais, mas também pela percepção e atuação do governo brasileiro, que acabou estimulando as nossas empresas a buscarem espaço. O que falta agora, evidentemente, é disciplinar a sua forma de atuação, para que não repitam a mesma postura de exploração da mão de obra, de degradação e contaminação ambiental, adotada pelas empresas dos países centrais.

Com esta percepção introduzo um terceiro ponto, que considero extremamente relevante, a relação entre diálogo social e a democracia. São dois elementos que a imprensa brasileira despreza e que muitas vezes acabam secundarizados dentro do nosso próprio partido. São exemplos que o Brasil tem dado hoje e se referem à implantação do processo de negociação e de consolidação do diálogo social que, no mundo todo, acaba sendo referência.

Sabemos como é a relação dos movimentos sociais com a maioria dos governos africanos: é zero. Não existe diálogo social, não existe participação política, não existe democracia. Quando você chega num evento, numa central sindical africana – excetuando a África do Sul, que é o país mais avançado – em qualquer outro, quando você fala do Brasil parece estar falando da consolidação do que há de mais bonito e surpreendente no que se refere às relações sociais. Com todas as contradições existentes, com greves, passeatas e mobilizações que realizamos seja no serviço público ou privado, é inegável que alcançamos outro patamar.

É uma questão latente quando você dialoga com os companheiros da África, Ásia ou mesmo da América Latina, pois estamos investindo no estabelecimento de uma nova relação entre o poder público e as organizações sociais. É um debate muito presente mundo afora e que nos dá ainda mais disposição de defender a política externa do governo brasileiro. As pessoas reconhecem esse avanço e nos dizem: “Vocês estão construindo um novo Brasil onde há contradições, mas existem canais de participação política e consolidação da democracia”.

A quarta questão, que também ganha dimensão crescente é a figura do Lula. Não temos como separá-la de todas as iniciativas e conquistas obtidas ao longo do período. Fui presidente da CUT na época do governo Fernando Henrique Cardoso. Lembro-me de uma vez em que somente conseguimos audiência com ele após ameaçarmos descer a Esplanada com um carrinho

carregado de mantimentos, no valor da cesta básica, e despejar naquela “cerquinha” do Palácio do Planalto.

Na Organização Internacional do Trabalho (OIT), em junho de 2009, o presidente Lula se dispôs a receber de 100 a 150 sindicalistas para conversar sobre o que fazer com o G-20, para fortalecer a OIT etc. É incrível a imagem que o país passa a adquirir com os outros movimentos sociais, com os sindicalistas, porque eles ainda não conquistaram essa relação.

Recentemente, articulamos com o presidente Lula inúmeras reuniões com dirigentes sindicais belgas, noruegueses, alemães, franceses e italianos... Para o movimento sindical destes países, um presidente ter essa disposição é algo impressionante. Lula viaja para negociar com governos e empresários, para defender as nossas empresas e interesses, mas vai também para dialogar com as lideranças dos trabalhadores. Essa combinação, nessa figura, talvez seja uma das belezas da sua política internacional.

É um presidente que defende o país em todas as frentes: estabelece novas relações comerciais, abre novas fronteiras, diversifica a ação do comércio internacional. São iniciativas que acabam granjeando admiração expressiva por parte de um segmento importante da sociedade brasileira. Mas ao mesmo tempo, acaba colhendo uma profunda admiração de outro segmento, que para os conservadores e sua mídia não têm a menor importância. Essa capacidade de composição do governo Lula talvez seja a maior riqueza da sua política internacional.

Os movimentos sociais da Bolívia, por exemplo. Eles não gostam e jamais admitirão apoiar a construção de uma represa no rio Madeira. Então, esse é um problema concreto existente nas Américas. Claro que o movimento sindical angolano, quando percebe a chegada da Petrobras ou da Vale do Rio Doce também quer saber como vamos estabelecer parcerias a fim de garantir direitos sociais e sindicais, conhecimento para que eles saibam enfrentar as empresas brasileiras que ali se instalarão. Daí a importância de valorizarmos a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), ainda muito pequena diante do crescimento dos novos desafios colocados.

Há inúmeros pontos em que nos encontramos bastante avançados, mas a estrutura que contamos para consolidar esse Brasil novo, que estamos construindo, ainda é muito precária. Depois de seis anos, só agora vamos construir uma parceria CUT-ABC-OIT no que se refere ao movimento sindical africano de língua portuguesa: direitos sociais e trabalhistas, saúde do trabalhador, direito da mulher, atenção à juventude. São resultados ainda da incompreensão da importância estratégica de projetos dessa natureza.

É preciso também apontar e esquadriñar os desafios para descortinar novos horizontes, conforme temos debatido em nossa Central. Primeiro: nos-

sa política internacional deve combinar a relação comercial com a garantia de direitos, e isso não tem sido fácil, particularmente no Mercosul onde a Declaração Sócio-Laboral virou apenas uma declaração. Quando estabelecer uma relação com o governo chinês ou angolano, precisamos pautar a questão dos direitos trabalhistas, fazer com que seja um elemento vivo, presente no processo de discussão, na mesa de negociação. Considero fundamental que nos coloquemos esse desafio, abrindo espaço na relação com a central sindical local. Porque quando ela é meramente comercial, o direito acaba sendo secundarizado, assim como a imagem do governo brasileiro nesse aspecto.

A segunda questão, em termos de proposta para o futuro, é a disputa ideológica. Acredito que não devemos comparar histórias e biografias dos nossos presidentes, pois temos processos e países distintos. Mas acredito que nos falta um pouco mais de ousadia no que se refere à disputa ideológica. O governo brasileiro está agindo de forma muito correta na questão de Honduras, que leva a causar até certa perplexidade em alguns segmentos esquerdistas, que jamais imaginaram que o governo Lula fosse puxar para si a responsabilidade de consolidar a democracia na América Latina. É pontualmente uma ação invejável, mas em outros momentos há certa dificuldade, uma patinação.

Acredito que o governo poderia ser mais ousado em comprar a briga ideológica, o que nos ajudaria a estabelecer um diálogo com os segmentos mais à esquerda. Não estou falando de PSOL e PSTU, obviamente, mas de potenciais aliados que estão por aí em todos os países e gostariam de ver o nosso governo investindo e intervindo mais na disputa pela construção desse novo mundo.

A terceira questão também tem a ver com o futuro: é a ambiental e energética. Tenho uma enorme consideração pelo governo Lula, como enfatizei, mas avalio que deve avançar mais na relação e compreensão da nova matriz energética. É um elemento desafiador para construir esse novo mundo, com política ambiental e energética para o desenvolvimento sustentável. Nossa política ambiental, em alguns momentos, deixa muito a desejar e, faltando ousadia, passamos a ter dificuldade de dialogar com determinados segmentos importantes que a colocam como elemento desafiador. Defendo a necessidade de priorizar a questão por meio de um programa governamental a ser implantado no próximo ano.

Por último, o dilema da comunicação, central na disputa política e ideológica, fundamental para a diferenciação entre a opinião pública e a publicada na grande mídia. Esta lacuna é a que permite que a sociedade brasileira não tenha informações sobre a correta política internacional adotada pelo governo no caso hondurenho, por exemplo. Desta forma nossa sociedade muitas vezes é influenciável, domesticada, doutrinada, em função daquilo que a grande

imprensa diz e classifica. Como então fazer essa disputa no Brasil e na América Latina? Por que toda a imprensa latino-americana, em todos os países, é sempre contra os governos de centro esquerda? Não está na hora de enfrentarmos conjuntamente essa questão, ao invés de deixar simplesmente cada país elaborar sua própria estratégia? Precisamos de uma política coordenada entre todos os países, para essa disputa com o investimento em novas formas e canais de comunicação com a sociedade. É um enorme desafio que temos pela frente.

Muitas das reflexões aqui apresentadas são opiniões pessoais, coletadas nos diversos eventos que participei. Temos uma imagem muito positiva e um reconhecimento grande, o que nos ajuda, mas também eleva a nossa responsabilidade. A agenda internacional da CUT é muito diferente da do passado. Sempre tivemos uma política extremamente ousada e forte presença no cenário mundial, muito respeitada e admirada. Mas agora há um novo elemento: temos um governo que está dando certo, que é um exemplo em várias áreas e o movimento sindical no mundo todo quer saber a nossa opinião. Isso amplia a nossa agenda e multiplica os convites. Por incrível que pareça, nesta semana recebemos a visita de representantes do governo da Colômbia, que queriam discutir conosco Diálogo Social. E todos vocês sabem a relação terrível que o governo daquele país tem com as centrais sindicais colombianas. A presença foi resultado de uma parceria do Ministério do Trabalho com as centrais sindicais e o governo da Colômbia, que vieram na CUT saber o que é negociação coletiva. Realmente não sei se o que dissemos terá alguma influência, mas ouviram e ficaram perplexos em saber como o diálogo acontece em nosso país.

Reitero, finalmente, a necessidade de combinar as relações comerciais com os direitos trabalhistas, pois essa é uma questão chave não só para a democratização do mundo do trabalho, como do próprio Estado, valorizando e qualificando cada vez mais os serviços públicos. Esse é o novo padrão de desenvolvimento que a CUT, ao lado dos movimentos sociais e de todos os governos progressistas, quer construir, a partir do crescente protagonismo da classe trabalhadora.

DEPUTADO DR. ROSINHA

A POLÍTICA EXTERNA E A INTEGRAÇÃO REGIONAL

Em 2002 trabalhei, por seis meses, como suplente na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul (como tornou-se conhecido o Mercado Comum do Sul), tinha a intenção de, se reeleito, vir a integrá-la. Quando o presidente Lula foi eleito em 2003, de imediato fez uma proposta de reforma da Previdência, tema que eu dominava e sobre o qual mais atuava na Câmara.

A Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul era, de maneira geral, ignorada no Congresso Nacional, então me voltei a ela aproveitando o momento em que a bancada do Partido dos Trabalhadores (PT) era a maior na Câmara dos Deputados. Considerando que a presidência daquela comissão pertenceria à Câmara (havia revezamento entre a Câmara e o Senado), pedi para ser indicado.

Como não havia interesse de nenhum outro ou outra parlamentar do PT, não houve sequer disputa na bancada e fui para a comissão do Mercosul, ali procurei construir o meu nome como presidente. Um deputado do PSDB também reivindicava a presidência. Na curta história da comissão, que começou a existir com o Tratado de Assunção (1991) e o Protocolo de Ouro Preto (1994) e deixou de existir com a criação, em 2006, do Parlamento do Mercosul, foi o único momento em que houve disputa pela presidência da comissão. Disputei com o PSDB e venci.

Em agosto de 2003, apresentei a proposta de criação de um Parlamento do Mercosul. Fui feliz por tê-la apresentado, porque o presidente Lula colocou a construção do Parlamento no programa de governo, quando eu havia entrada na Secretaria Permanente da Comissão Parlamentar Conjunta de uma proposta de Protocolo de Constituição do Parlamento.

A Organização dos Estados Americanos (OEA) trouxe, à época, uma política de construir fóruns de presidentes de Câmaras e de Senados nacionais e

tinha, naquele momento, construído um Fórum de Presidentes dos Parla-mentos dos Países Andinos. O deputado João Paulo Cunha (PT-SP) presidia a Câmara dos Deputados e trouxe essa proposta formulada pela OEA. Reuni-me com ele depois de ouvir vários consultores da Câmara e levei uma proposta de não existir Fórum e, sim, fortalecer a Comissão Parlamentar Conjunta, felizmente o deputado João Paulo concordou em levar a proposta de construir um parlamento.

E, no dia em que se convocou a reunião em Montevideu (sede administrativa do Mercosul) para constituir o Fórum, João Paulo Cunha, como presidente da Câmara, e eu, levamos um documento justificando o porquê de não constituir um Fórum, mas sim um Parlamento. Além da defesa na reunião, protocolei o documento junto à Secretaria Permanente da Comissão Parlamentar Conjunta.

Quando o presidente Lula defendeu o programa de governo para o Mercosul, assumiu, em minha opinião, dois pontos extremamente importantes que podem mudar o rumo e dar ao bloco um caráter estratégico. Um deles é oferecer mais institucionalidade ao Mercosul, necessária para ter maior segurança jurídica. Por esse motivo, e também para contribuir com a criação da cidadania no bloco, é que se propôs a criação do Parlamento.

Outro ponto é o reconhecimento das assimetrias, questão que o governo Fernando Henrique Cardoso negou o tempo todo. Esses avanços dariam outro papel no processo de integração, tanto ao bloco quanto à América do Sul. Era necessário, comprovada em duas referências da conjuntura daquele momento. Uma é a referência interna: a consulta sobre a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), e a outra é a conjuntura na América do Sul.

Aquela consulta popular negando a ALCA serviu, naquele momento, como parâmetro de decisão política. Em reuniões de debates internos no governo, ouvi referências ao resultado da consulta como algo impeditivo para caminhar rumo à ALCA. E a outra referência é a conjuntura na qual o presidente Lula assumiu o governo. Acredito que o sociólogo Emir Sader faz um bom retrato dessa conjuntura no livro *Vingança da História*. Ali ele retratou o que ocorria após uma década perdida (década de 1980) e a entrada na década de 1990, num processo de destruição do Estado. Ou seja, entrou-se no século XXI com Estados nacionais da América Latina totalmente dependentes, econômica e financeiramente, dos grandes centros. São Estados sem nenhuma capacidade econômica de responder aos anseios populares, apesar de muito cobrados. São Estados falidos, com dependência econômica e financeira, com dependência da ciência e tecnologia e como lembra Sader, submissão cultural aos ditames americanos. Grande cobrança social de mudança e respostas lentas.

Para responder a essa conjuntura, o presidente Lula buscou a construção de outro modelo de inserção do Brasil no mundo e tem no Mercosul um instrumento. Ao indicar o programa de governo 2004-2006 para o bloco, deu a ele

um caráter estratégico de enfrentamento a essa política. Foi um ponto definidor da política externa.

Um dos primeiros passos onde testemunhei que a política externa mudava de rumo foi quando, em Cancun (México, 2003), participei da reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC). O Brasil constituiu o G-20 (grupo de 20 países para fazer a negociação agrícola), onde em certo sentido se emperrou a OMC. Mas, a importância de Cancun não se reflete só na construção do G-20, mas abriu um novo relacionamento entre os poderes Executivo e o Legislativo nas relações internacionais. Abriu também uma nova relação com a sociedade civil organizada.

Estavam presentes, em Cancun, vários parlamentares de muitos partidos, inclusive os de oposição e diversas ONGs, com praticamente uma “prestação de contas” diária do ministro Celso Amorim. O ministro chamava a todos e expunha o que estava negociando. Quer dizer, o primeiro sinal de transparência de uma política externa num processo de negociação. Então ali a gente observava uma mudança importante, que seguia no sentido contrário à política dos Estados Unidos. Até ousar dizer, quando faço alguma palestra, que a política do Fernando Henrique Cardoso era a de subserviência, entrar descalço, sem sapatos nos Estados Unidos – por três vezes o ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Lafer, teve que tirar os sapatos para passar no detector de metal dos aeroportos.

Num espaço de tempo pequeno, houve mudanças profundas na política externa brasileira. Se no final de 2002 brasileiros entravam descalços nos Estados Unidos, logo em seguida em Cancun, se fazia outro tipo de enfrentamento, criando uma política externa mais autônoma e soberana em relação aos Estados Unidos.

Em 2003 houve outra questão importante: o Brasil se colocou contra a invasão do Iraque. Acredito que isso foi reflexo da política externa brasileira com o presidente Lula, porque do contrário não ocorreria esse enfrentamento, não só de discordar da invasão militar do Iraque, mas ainda de tentar liderar essa posição dentro da Organização das Nações Unidas (ONU). Não é só votar contra, mas procurar construir parceiros para votar junto. Esses foram sinais importantes de que haveria mudanças na nossa política externa.

Nesse período, no primeiro mandato do presidente Lula, o Brasil também buscou a construção do que culminou na União das Nações Sul-Americanas (Unasul), que foi a Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA), um passo muito importante.

Numa dessas reuniões, perguntei ao embaixador Samuel Pinheiro Guimarães porque não promover um avanço maior na América Latina, já que se construiria a Comunidade Sul-Americana de Nações? Fui informado que a estratégia

era o fortalecimento do Mercosul, ampliar para a América do Sul e em seguida ao resto do continente, pois alguns países do Caribe e da América Central são muito dependentes dos Estados Unidos, e que não se conseguiria, num primeiro momento, trazê-los para nenhuma posição política diferente da defendida pelos norte-americanos. Compreendi a estratégia e passei a defendê-la.

Entendo hoje que essa construção está dando certo e como um passo importante, houve a reunião da Costa do Sauípe (Bahia, Brasil), em dezembro de 2008, quando pela primeira vez na história, os presidentes dos países latino-americanos se reuniram sob a égide de outras lideranças que não a batuta norte-americana.

Tenho a compreensão de que não posso atuar no Parlamento de maneira descasada do governo. Devo atuar sim, em paralelo. Explico: como sou do mesmo partido e tenho identidade com a política externa do presidente Lula, devo manter diálogo com a diplomacia e os diplomatas que a executam e depois atuar na sua defesa no Parlamento. Não posso ir para reuniões do Parlamento do Mercosul ou qualquer outra, sem as informações necessárias.

Estamos construindo nesse Parlamento, há praticamente um ano, um grupo dos chamados parlamentares progressistas. Reunimos na véspera das reuniões do Parlamento. Nesse grupo progressista participa a Frente Ampla, o Partido dos Trabalhadores, parte dos Justicialistas argentinos e outros parlamentares da Argentina. Procuramos reproduzir no Parlamento do Mercosul a política externa desenvolvida pelos nossos governos. Nossa maior dificuldade é o Paraguai. Antes participava o atual chanceler Hector Lacognata, do partido Pátria Querida, e o parlamentar Ricardo Canese. Agora só participa o Canese, que tem muita vontade, mas dentro da delegação do Paraguai ele é solitário, é o único de seu partido e até o momento, não conseguiu trazer ninguém para o grupo.

Quando viajo em nome do Mercosul, procuro levar a proposta dos partidos progressistas. Um parêntese: por que chamamos de “progressistas”? É que não queremos um grupo restrito a marxistas, comunistas, socialistas etc. Organizamos um grupo com o objetivo de ampliar o debate de construção de uma visão de integração da América que é, mais ou menos, a política externa conduzida pelos nossos governos.

Para a construção da Unasul, em reuniões fora do parlamento, fazemos esse debate com alguma profundidade. O objetivo das reuniões é a construção do que chamamos de diplomacia parlamentar e entendo que o Mercosul e a Unasul têm dado condições para isso, com oportunidade de reuniões com quem, inclusive, pensa diferente. Por exemplo, tive a oportunidade de me reunir com setores golpistas da Bolívia.

A Unasul teve um papel fundamental para assegurar a estabilidade na Bolívia e esse resultado mostra, mais uma vez, o acerto da política externa brasileira e do presidente Lula.

O que senti nessas conversas de diplomatas e diplomacia parlamentar é que há dois tipos de cobrança ao Brasil. Uma, daqueles que dizem: “O Brasil quer ser imperialista, quer nos impor uma condição, sair do imperialismo americano e nos colocar o seu”. É mais uma acusação do que uma cobrança. Não posso dizer que vem de parlamentares só de direita ou só de esquerda, nos dois campos tem esse olhar. E o outro é o contrário, é dizer que o Brasil está tímido, que tem que cooperar mais e pode liderar o processo. Esse comentário também vem de gente da direita e da esquerda. Na Bolívia, tanto no MAS (Movimiento al Socialismo, partido do presidente Evo Morales) como no PODEMOS (Poder Democrático Social) tem as duas visões. Senti nas reuniões com deputados e senadores dos dois partidos. Senti que essas duas visões estão mais presentes na Bolívia do que em outros países.

Meu sentimento é que o Brasil está tímido, poderia ter mais avanços nas relações. Em algumas áreas, como a da cooperação por exemplo, os fundos constituídos no Mercosul são de uma timidez profunda, poderia fazer muito mais concessões na construção dos fundos. Tanto o Fundo de Convergência Estrutural (FOCEM), como o de Pequenas Empresas, como o para a Educação e para Ciência e Tecnologia, assim teríamos mais condições de avançar e consolidar a integração.

Quase sempre a timidez se deve às desigualdades estruturais de infraestrutura que temos no Brasil, pois aí alguém chega e diz: “vai dar recursos para um fundo do Mercosul, mas lá no Nordeste ou não sei aonde, está cheio de gente necessitada”. Sei que existe, mas cabe ao Brasil um papel solidário e integracionista. Ou faz a integração solidária ou construirá muros nas nossas fronteiras, como os EUA construíram na fronteira com o México.

Apesar de não ter ninguém que integrou tanto a América como o governo do nosso presidente Lula, acredito que poderíamos ter mais avanços. Também vejo timidez, e existe razão interna para isso, na questão ambiental. Se a Amazônia brasileira é atacada, na Colômbia, Peru, Bolívia será muito mais. Então, por um problema interno – porque teríamos que ser mais duros internamente –, nós não cobramos dos outros.

A timidez do nosso governo, se deve, em parte ao pouco debate de política externa feito na sociedade. Não há debate de política externa e quando há, é limitado. Não temos um debate amplo nos sindicatos, centrais sindicais, ONGS e partidos. Fora o PT e o PCdoB, há pouco debate sobre política externa. Nós temos partidos que, além de não debater política externa, são de um conservadorismo fenomenal. No PT precisamos avançar, debater a criação de um grupo de trabalho para a integração da América do Sul e do continente.

A cada 15 dias faço uma viagem pelo Mercosul e, infelizmente, ao invés de procurar saber o que ocorre, a imprensa brasileira nos massacra com críticas, na

maioria das vezes incorretas e injustas. Nem sabem o que ocorre. O avanço da política externa sob o governo Lula foi tanto que se vocês repararem, houve um debate sobre o tema nas últimas eleições, mais precisamente no segundo turno entre Lula e Alckmin. O que demonstra que a política externa entrou na conjuntura interna. Foi iniciado o debate, porém, temos que avançar e cabe ao PT e à Fundação Perseu Abramo (FPA) elevar o tema junto à sociedade e aos demais partidos.

Eu poderia dizer que, a olho nu, enxergo as mudanças na política externa brasileira com, inclusive, reflexos da inserção do país, seu reconhecimento político em nível mundial. Mas para aqueles que gostam de analisar somente pelo lado econômico, é possível observar que as relações econômicas não são as mesmas. Em 2002, o Brasil dependia praticamente de 25% das relações comerciais com os EUA, hoje não temos mais essa dependência.

Outro ponto importante: nosso governo está plantando uma semente de construção de uma integração concreta: a Universidade da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (UniCPLP), que será instalada no Ceará; e a UNILA (Universidade Federal de Integração Latino Americana), em Foz do Iguaçu, no Paraná.

A UNILA está sendo construída com uma característica diferente das demais universidades. Temos que dar a ela a infraestrutura necessária e autonomia possível para evitar que um governo de direita, um governo retrógrado, destrua um instrumento com capacidade de integração como esse. Ela começará a funcionar em 2010, com 50% de alunos brasileiros e 50% de outros países latino-americanos, a mesma proporção quanto à origem dos professores, uma universidade bilíngue, espanhol-português. Será um instrumento de integração que nos orgulhará no futuro e contribuirá muito para que o Brasil assuma um papel de liderança. Dali sairão profissionais que trabalharão pela integração.

As três emendas da oposição na Câmara, de autoria do deputado Jutahy Junior, foram interessantes. Fiz um relatório, aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania rejeitando todas elas. Só para ilustrar cito duas: [1] “A seleção dos professores será aberta a candidatos dos diversos países da região e o processo seletivo será feito em língua portuguesa, versando sobre temas e abordagens que garantam concorrência em igualdade de condições entre candidatos dos países da região”; [2] “A seleção dos alunos será aberta a candidatos dos diversos países da região e o processo seletivo será feito em língua portuguesa”. Como vou integrar, através de uma universidade pública federal, que pretendia selecionar professores e alunos num viés nacionalista?

Estava me esquecendo da Venezuela. É uma política correta do nosso governo, de ampliar a capacidade do Mercosul. Falei da maior institucionalidade e da assimetria, mas não é menos importante a ampliação da capacidade do bloco

no sentido geográfico, econômico e político, e a entrada da Venezuela é a certeza de nos oferecer uma capacidade maior de inserção mundial.

Uma questão pouco vista ainda, também tímida e que poderia avançar, diz respeito à construção de uma identidade cultural sul-americana. Tem sido feito esforços, mas ainda é pouco, pois está muito localizado. Temos que construir uma identidade do Mercosul, porque sem ela, sem símbolos, a dificuldade será maior. Na União Europeia, aonde você for está presente a bandeira, está presente o símbolo. Não temos essa identificação para o Mercosul. Escuto mais música brasileira de qualidade em Montevidéu do que no Brasil. Nós temos capacidade, pelo próprio Estado, de criar uma maior identidade cultural.

Nós, do Parlamento do Mercosul, temos procurado divulgar e falar. Inclusive recentemente, em Montevidéu, houve um encontro de música ibero-americana, organizada com o apoio do Parlamento. Divulgar filmes é fácil, mais barato e eficaz na construção de identidade cultural.

Estamos trabalhando com pouca simbologia de integração e o nosso governo tinha que observar mais essa questão, porque não é algo onde se gasta fortuna. Divulgação de filmes é barato, ninguém tem que viajar para levar um DVD. A identidade comum é importante para a integração, para superar preconceitos e quebrar tabus.

Esse ano fui procurado por dirigentes da Associação das Universidades Grupo Montevidéu (AUGM), que não conseguia intercâmbio levar alunos para lá e trazer para cá, em intercâmbio, eles não conseguia ter o visto de entrada no Brasil.

E aí você vê os absurdos. O estudante pretende vir para ficar quatro, cinco meses e não consegue. O Brasil e a Argentina tinham dificuldades, os outros dois países, Uruguai e Paraguai não tinham. Mas Brasil e Argentina não conseguiam entrar em um acordo de como esses estudantes poderiam entrar lá ou aqui. São barreiras tão pequenas.

Lembro de uma reunião do Mercosul em que o presidente Lula, num grupo pequeno, um assessor disse: “olha, mas tem a ponte sobre o rio xis para iniciar”. O presidente reagiu: “já faz dois anos que determinei fazer, onde é que está parado?”. Quer dizer, algo que há dois anos havia sido decidido e não tinha sido sequer iniciado. É a mesma coisa, como vou fazer uma integração quando pago taxa de embarque internacional para ir ao Uruguai, Argentina e Paraguai e vice-versa. Quer dizer, são coisas mínimas, por isso digo que o nosso país é tímido. Se os outros estão cobrando, o Brasil não tem que cobrar, tem que dizer: “não, não vou cobrar isso”.

Na área da educação também é assim. Hoje, alega-se que não há como reconhecer certificados em função de conteúdo, de currículo, pois o CNPq tem uma exigência rigorosa. Até posso entender e concordo, mas os esforços

feitos para superar são pequenos, quase inexistentes. Então, nós temos que dar o exemplo e nos esforçar para superar a situação.

Tem outra coisa positiva do nosso governo, há integração entre as ações do governo e abertura para o diálogo sobre o tema. Converso com os responsáveis no Palácio do Planalto, converso no Itamaraty, pois antes não existia esse diálogo, a gente não sabia o que estava ocorrendo. Isso melhorou e a vontade do presidente Lula é de melhorar ainda mais. Ao criar o fórum de diálogo do Mercosul com os movimentos sociais, com a sociedade civil organizada, abriu um espaço. Se a sociedade quiser mais é só lutar para conquistar. Isso é positivo, porque está sendo construído um processo para que todos que trabalham com a integração se conheçam e saibam o que cada um está fazendo. Esse cenário não existia. Começou no segundo governo e abre as possibilidades de cobrança e mais avanços.

Outro ponto que considero positivo diz respeito ao presidente Lula. É ele, pessoalmente, na construção da integração. Comigo ele fez isso, mas já o vi fazendo com o movimento sindical também, dando voz ao sujeito. E ao “dar voz ao sujeito” na integração, o presidente Lula está dando um exemplo enorme. Nas reuniões de presidentes, quando estou, ele se refere diretamente a mim na hora de fazer uma saudação. Os outros presidentes não fazem isso com os seus sujeitos, e o presidente Lula faz também com o movimento sindical. Ao acontecer assim, o pessoal diz: “caramba, que diferente!”, então dizem: “você que é amigo pessoal do Lula”, porque ele se refere a mim. Isso significa que aonde vou, tenho mais respaldo e respeito para atuar, portanto faço questão de atuar sempre ouvindo o que está ocorrendo no Executivo, porque ouvindo o que está sendo feito ali, consigo promover uma atuação mais respeitosa.

Tempos atrás, por exemplo, veio para o Brasil o parlamentar Juan Jose Domingues, uruguaio e presidente Pro Tempore do Parlamento do Mercosul. Ele desejava falar com o Marco Aurélio Garcia. Liguei para o Marco Aurélio pela manhã e à tarde ele estava nos recebendo. Isso dá respeito aos interlocutores de outras instituições.

MARIA SILVIA PORTELA DE CASTRO

A IMPORTÂNCIA DO REGIME TRABALHISTA NA POLÍTICA EXTERNA

Em primeiro lugar, quero dizer que concordo com 90% do que ouvi aqui, principalmente da exposição do Dr. Rosinha. Mas devo dizer que contraditoriamente ao que se podia esperar – tendo em vista os rumos da política externa brasileira – há fortes questões quando se menciona o tema do trabalho.

O governo brasileiro assumiu compromissos nos fóruns multilaterais, como por exemplo, a campanha do trabalho decente, as metas do milênio, o pacto do emprego e outros temas semelhantes. Não há dúvidas do papel positivo que o Brasil tem assumido com relação ao avanço da democracia e do diálogo social. Mas praticamente não houve avanços no posicionamento relativo à proteção de direitos no mundo do trabalho, seja por sua atuação nos espaços multilaterais, seja no plano regional. Na esfera multilateral, não se promoveu um número significativo de ratificação das Convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT). É óbvio que essas decisões não dependem somente do governo, pois precisam ser aprovadas no Congresso. Porém não se pode dizer que houve empenho do Executivo, por exemplo, para ratificar na OIT as Convenções 87 e 151, que promoveriam uma saudável mudança na estrutura sindical brasileira, ou ratificar outras convenções que poderiam ampliar a cobertura de direito dos trabalhadores.

Outra questão importante é o posicionamento do governo sobre a relação entre comércio e direitos trabalhistas, que nas décadas anteriores foi trazida pela reivindicação sindical de adoção da Cláusula Social. A oposição do governo Lula a essa discutível proposta não foi diferente da dos governos anteriores. Mas é insuficiente e insustentável não propor nada em seu lugar.

Pessoalmente, nunca fui favorável à proposta da Cláusula Social, mas sempre defendi que o governo brasileiro reconhecesse a existência do *dum-*

ping social interno do Brasil, através do descumprimento dos direitos fundamentais e básicos em alguns setores exportadores (pelas empresas ou áreas da cadeia produtiva). Não basta rechaçar uma medida como essa, alegando que tem caráter protecionista e atende mais aos interesses dos países hegemônicos. Isso não justifica uma omissão frente a determinadas práticas que ainda persistem em várias empresas e setores no Brasil (trabalho escravo, trabalho infantil, políticas e práticas antissindicais, entre outras). Essa inatividade cresce de importância diante da expansão da presença brasileira (estatal e privada) em outros países em desenvolvimento. Coibir as fraudes trabalhistas é um desafio para o governo Lula e para os próximos governos.

A Cláusula Social foi uma proposta feita no final dos anos 1980 pela Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres (CIOSL), hoje Confederação Sindical Internacional (CSI), e um conjunto de centrais sindicais nacionais. Ela está inspirada no sistema geral de preferência de preços dos Estados Unidos, onde a legislação determina que os países que gozem da preferência de acesso ao mercado estadunidense e que não cumprirem as leis baseadas nos princípios da Constituição daquele país, podem perder o direito à preferência tarifária. O sistema na Europa é semelhante.

Em 1994, na reunião de Marrakesh (Marrocos) onde criou-se a OMC, o centro da proposição do movimento sindical internacional, era a de que a OMC adotasse a Cláusula Social como item obrigatório dos acordos de livre comércio, para impedir que alguns países se utilizassem do dumping social, ou seja, não cumprissem com os direitos trabalhistas e sindicais básicos, visando o aumento de sua competitividade em um mercado aberto.

O que significa isso? Todos os países membros da OMC têm acesso aos mercados dos demais sócios praticando o sistema tarifário acordado na Organização. De acordo com a proposta sindical, essa vantagem somente poderia ocorrer se os países cumprissem com cinco convenções fundamentais da OIT (direito de organização sindical, direito de negociação coletiva, igualdade de oportunidades, proibição do trabalho infantil e do trabalho escravo). Não era muito claro na proposta da CIOSL, como seria feita a averiguação das violações, como se daria a aplicação de sanções etc.

A proposta nunca foi aceita como parte da agenda da OMC. A principal rejeição veio por parte dos países em desenvolvimento e dos países mais pobres, que apontavam o viés protecionista do projeto, transformado em mais uma barreira não tarifária e utilizado pelos países desenvolvidos contra os demais. Analisando as negociações, minha opinião é de que essa proposta foi utilizada pelos países centrais, em determinados períodos, como uma espécie de instrumento de pressão sobre os países em desenvolvimento, para que eles cedessem em matérias econômicas.

Outro argumento contrário, utilizado pelos países em desenvolvimento, era o risco de aplicar-se o mesmo sistema de solução de controvérsias comercial aos temas sociais, o que implicaria na adoção de sanções e retaliações comerciais contra o país infrator. Dou um exemplo. Recentemente o Brasil ganhou um ‘painel’ contra os Estados Unidos, envolvendo o comércio de algodão. Esse ganho de causa permite que o Brasil tenha o direito de retaliar, em alguns milhões de dólares, as exportações estadunidenses para nosso mercado. A retaliação, que se faz através da elevação da tarifa, será feita nos setores e produtos que o Brasil escolher – obviamente serão os que competem mais com nossa produção local.

Então, se fosse aplicar o mesmo sistema de solução de controvérsias para as práticas violadoras do campo laboral, as sanções não se abateriam sobre a empresa e/ou setor que está violando os direitos, mas sim naqueles que forem de maior interesse para o país que questionou. Com isso aumentariam os problemas na balança comercial e, o principal, os empresários que não aplicam as normas fundamentais trabalhistas, não seriam obrigados a fazê-lo. Então, não resolveria o problema da violação dos direitos trabalhistas, seria um instrumento a mais que poderia criar barreiras, onde não haveria nenhum papel reservado aos sindicatos.

Na época desse debate comparei a Cláusula Social com a burocratização da solidariedade sindical internacional, pois o sindicalismo transferiria aos Estados a decisão e execução de sanções, caso viesse a ocorrer a condenação. É só você ver que os sucessivos governos dos EUA criticaram o problema de direitos humanos na China, mas não aplicaram sua lei contra os chineses. Pelo contrário, suas inúmeras multinacionais em território chinês foram contra a tímida iniciativa do governo daquele país de elevar os níveis de proteção trabalhista.

Atualmente poucos falam do tema da Cláusula Social. Mas isso não significa que o problema não existe e todos nós sabemos que ainda é alto o descumprimento da legislação trabalhista em nosso país. No entanto, o governo Lula não apresentou alternativas.

O Observatório Social da Central Única dos Trabalhadores (CUT) surgiu exatamente com a missão de fazer uma avaliação da postura das empresas transnacionais que atuam no Brasil, apontando os problemas ao governo e à Justiça. Mas se poderia avançar mais, propondo ao governo que crie espaços e mecanismos para averiguar se as empresas exportadoras cumprem rigorosamente com a legislação e as normas internacionais que o país já ratificou. Essa seria uma forma de não submeter-se às pressões protecionistas das economias centrais e, ao mesmo tempo, não justificar a manutenção de práticas abomináveis, como é o caso do trabalho infantil, em nome da manutenção

dos níveis de exportação. Essa é uma falha que não está sendo discutida. Nós fizemos, mais de uma vez, uma conversa com o governo sobre essa hipótese, mas não obtivemos resultados.

Outra questão é o importante papel do Brasil na formação do G-20 comercial (OMC), sem dúvida uma iniciativa positiva. Mas o G-20 existe há um longo tempo e o tema do trabalho nunca entrou em sua agenda.

Há que reconhecer-se que nos últimos anos, as questões da dimensão social, a questão do diálogo social e a questão das políticas sociais, cresceram muito na agenda da América Latina. Porém, sabemos que apesar do trabalho integrar a agenda social, esse tema tem características próprias e contradições mais profundas e, portanto, merece tratamento próprio.

Por exemplo, hoje no Mercosul, o trabalho tem um papel secundário na agenda social e não tem tido relevância maior do que a que teve nos governos anteriores, pelo contrário, decresceu. Nos governos anteriores (governo Itamar, do governo Fernando Henrique) existia uma preocupação com a oposição das centrais sindicais e os funcionários negociadores tratavam com mais cuidado do tema, ainda que de forma mais teórica que prática. Como no governo Lula não existe a preocupação de que haja uma reação contrária do movimento sindical, o tema do trabalho tornou-se ainda mais secundário. No Mercosul, os instrumentos que temos para ajudar a melhorar a cobertura de padrões de direitos trabalhistas, entre outros, foram aprovados na década de 1990, mas nenhum depois do ano 2000. Nós temos, inclusive, feito uma discussão com Mario Barbosa, assessor internacional do Ministro do Trabalho, um ex-dirigente sindical com formação política importante – que não dá para continuar fazendo de conta que o Mercosul tem avançado na proteção dos direitos trabalhistas. Isto porque os instrumentos de proteção trabalhista existem, como a Declaração Sociolaboral do Mercosul (DSL), mas os Estados-Partes do Mercosul não propiciam as condições para que se fiscalize seu cumprimento.

Para fazer o seguimento da Declaração Sociolaboral, foi criada em 1999 a Comissão Sociolaboral (CSL), que se reúne duas vezes por ano, onde cada parte custeia sua participação. A CSL não tem estrutura, não tem dinheiro, não tem nada e por isso não faz pesquisa e nem outro trabalho entre uma reunião e outra. O maior problema da Declaração não é o fato de não ser vinculante, mas sim de não serem garantidos os meios para que sua Comissão de seguimento funcione. Mesmo que a DSL não tenha efeito vinculante, se houver denúncias fundamentadas de seu descumprimento, nós mudamos o peso do documento. Atualmente está se tentando fazer uma reforma da Declaração exatamente para adequá-la às novas circunstâncias da integração. Inclusive o Parlamento do Mercosul (Parlasul) aprovou uma moção em favor das mudan-

ças reivindicadas. Não será fácil avançar, pois o setor empresarial não quer mudar nada e o Ministério do Trabalho diz que “é tripartite, portanto, se o setor empresarial não quer mudar, nós não podemos fazer nada”.

Situação semelhante é o tratamento da questão do emprego. Foi criado há anos o Observatório do Mercado de Trabalho (OMT), que nunca deixou de ser um ente virtual, mas chegou a publicar alguns anuários e a ter uma página na internet medianamente informativa. Mas isso está parado desde 2003. De lá para cá, o Observatório virou nada. Nos últimos três anos pressionamos por uma solução e então, finalmente no ano passado, o OMT foi transformado num organismo do Mercosul. Muito bem, na primeira reunião em Brasília perguntei “Tem regimento? Não! Tem orçamento? Não! Então não é organismo, me desculpe, porque não existe”. Então, a política que estou falando dos quatro governos, significa uma política que provoca o esvaziamento das áreas que tratam dos temas trabalhistas no Mercosul.

Para dar um exemplo, os empresários que não gastam dinheiro à toa, há algum tempo deixaram de participar. Se não está acontecendo nada lá porque iriam? Isso é bom? Não, pois para conversar somente entre as centrais sindicais e os Ministérios do Trabalho, não precisamos de um fórum do Mercosul. Assim, os chamados organismos sociolaborais do Mercosul estão cada vez mais esvaziados e a agenda cada vez menor. Qualquer organismo que morre de inanição, não ressuscita. Ou você faz mudanças e faz com que ele seja efetivamente um órgão de apoio ou corremos o risco de não conseguir recuperar o espaço.

Se analisar isoladamente, existem avanços na área do trabalho em cada país. O Ministério do Trabalho brasileiro acumulou, nesses anos, uma série de avanços e os Ministérios do Trabalho da Argentina e Uruguai mais ainda. Como então se explica que esses avanços nacionais não tenham sido estendidos ao Mercosul? Acho que as Centrais Sindicais deveriam falar sobre isso com o presidente Lula. O que não é fácil. Alguém mencionou que o presidente Lula recebe centrais sindicais internacionais, mas até hoje nós não conseguimos que o presidente recebesse a Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul (CCSCS). Foi solicitado várias vezes, mas nunca houve agenda para fazer essa reunião. Tivemos reuniões com os presidentes da Argentina, do Uruguai e do Paraguai, mas não conseguimos fazer no Brasil.

Essa lacuna também é responsabilidade das centrais sindicais. De certa forma, existe uma visão do movimento sindical de que a política externa vai muito bem e, portanto, não é um tema de preocupação na relação com o governo.

Concordo plenamente com relação à estratégia e ao desenho da política. Mas o tema do trabalho na política externa foi relegado a um segundo plano, deixado de lado por ambas as partes. Estou falando do movimento

sindical brasileiro, não vou falar dos outros países, estou falando daqui porque existe uma confiança na política do governo, e principalmente porque o movimento sindical dá valor para a questão do Mercosul e da Unasul. Mas a verdade é que somente nos mexemos quando temos medo. No caso da ALCA, a mobilização do movimento sindical foi muito mais forte do que é no caso do Mercosul, onde não existe uma preocupação de competição, por exemplo, com os países vizinhos. Em minha opinião o governo é omissos nessa área, mas o sindicalismo é condescendente. Sua atitude deveria ser a de cobrar uma discussão e a adoção de medidas concretas. Não é papel do Estado ficar desenvolvendo todas as ações, não é um problema de paternalismo, é um problema de estar aberto e ser democrático para a discussão. Não podemos desconhecer, inclusive para resolver.

Na Unasul, por exemplo, não existe um espaço ou mecanismos institucionais que viabilizem a participação da sociedade civil. A partir da Cumbre de Cochabamba (2006), os governos do Grupo ALBA promoveram assembleias e plenárias de diálogo com os movimentos sociais presentes. Mas isso não significa participação efetiva da sociedade civil – são espaços para discursos e demagogias. O que quero dizer com isso? Fazer assembleia com um monte de gente e fazer discurso, para mim, não é diálogo nem interlocução.

No Mercosul nós temos o Fórum Consultivo Econômico e Social, mesmo com debilidades e limitações é um fórum instituído que poderia desempenhar um papel maior do ponto de vista de repercussão dos interesses da sociedade, de uma forma organizada, o fórum tem acesso a uma série de negociações etc. No entanto, esse papel vem se diluindo cada vez mais, o Fórum hoje é um instrumento bastante esvaziado. Por que? Em primeiro lugar porque acredito que há pouco interesse das entidades em utilizá-lo como um instrumento de pressão e negociação com os governos. Assembleia de massas e milhões são importantes quando se está fazendo pressão para conseguir determinado objetivo, mas não para discutir e incidir nas negociações das políticas do dia a dia. Então, por exemplo, nós temos falado nas reuniões do Conselho do Mercosul Social e Participativo, criado pela Secretaria Geral da Presidência, que não será fazendo denúncias, propostas e discursos na reunião dos presidentes que os sindicatos e as entidades sociais incidirão nos rumos do bloco. Os presidentes tratam dos temas macropolíticos e ratificam o que foi negociado pelos funcionários dos diferentes ministérios, nos inúmeros espaços temáticos do Mercosul. Se não houver uma negociação nas áreas específicas, não se consegue aprovar nada.

Outra questão importante – onde também sinto falta da iniciativa das centrais – é o fato de o presidente Lula nunca convidar as centrais sindicais

para integrar as visitas que tem feito a dezenas de países, apesar de sempre, corretamente, incluir encontros com os sindicatos e movimentos sociais desses locais. Em geral acompanhado de delegações empresariais grandes, que obviamente viajam por sua conta, mas são convidadas pelo governo; não me lembro, salvo uma visita a África de língua portuguesa (Moçambique, Angola), de ter havido algum convite às centrais sindicais brasileiras. As poucas vezes que perguntei a resposta foi “não dá para convidar todo mundo, não dá pra pagar para todo mundo!” Mas, ninguém disse que é para pagar, é para convidar e não para pagar, inclusive as centrais têm condição de pagar. O que não dá é o presidente Lula ir a Washington, receber o John Sweeney, presidente da American Federation of Labor – Confederation of Industrial Organizations (AFL-CIO) e nenhuma central sindical brasileira ter sido, sequer, informada. Ou como o presidente Lula viaja para a Argentina, conversa com o movimento sindical e não tem ninguém das centrais daqui?

O presidente tem tido uma preocupação correta de, em todos os países que chega, buscar um diálogo com a sociedade civil, com os movimentos sociais, com os movimentos sindicais. Então, porque não convidar, quando corresponda, o movimento sindical brasileiro para estar presente? Vários governos fazem isso, seria um fator de reforço mútuo. Esta é uma falha pequena, que poderia ser facilmente sanada.

Acredito que o Brasil está entrando numa fase de grande crescimento econômico e político no plano internacional. Na última reunião dos ministros e presidentes em Assunção (Paraguai, em 2009) senti que foi um desastre e não se aprovou nada, porque nosso país não está cabendo naquele espaço. Não sei se o Dr. Rosinha sentiu isso, aproveitou para dizer que ele é um dos grandes responsáveis pela existência do Parlasul. Se não fosse o Dr. Rosinha e o deputado Roberto Conde do PS (Partido Socialista) do Uruguai, não teríamos funcionando o Parlamento do Mercosul.

Como afirmei, a reunião de Assunção foi um desastre, não se aprovou a dimensão das bancadas nacionais no Parlasul – o Dr. Rosinha fez vários apelos, pois a não aprovação naquele momento, inviabilizava, como inviabilizou, a eleição dos representantes brasileiros para o Parlasul no ano que vem. Nenhuma outra proposta foi aprovada. Por exemplo, a redução da tarifa externa comum de têxteis para o Haiti – não foi aprovada porque o Paraguai disse que aquele país ia competir com eles. Dá para entender a dimensão das dificuldades? Outro exemplo é a questão da dupla cobrança da tarifa externa comum, que facilitaria consolidar uma união aduaneira, facilitaria consolidar o comércio interno, eliminaria diferenças. Também não foi aprovado. O Brasil ofereceu uma série de benefícios para ajudá-los a enfrentar as perdas, mas não aceitaram. Não aceitaram porque implica em ter que modificar o sistema

fiscal impositivo do Paraguai e elevar a cobrança de impostos internos – o que despertaria uma grande oposição.

Olhando as últimas reuniões do Mercosul, não é que o Brasil está sendo tímido, como o Dr. Rosinha mencionou. Ao contrário, acho que até tem feito ofertas demais. É que o Brasil deveria ter uma política mais ousada do ponto de vista da integração produtiva. Precisamos de uma política mais ofensiva, não no financiamento de obras e programas, porque senão está se fazendo uma política condescendente e não é essa a questão, é como integrar ainda mais os outros países nas cadeias produtivas que as empresas brasileiras lideram.

Têm sido feito esforços, acredito que a política que Reginaldo Arcuri¹ tem feito no Grupo de Integração Produtiva (GIP) do Mercosul tem sido muito boa, mas precisaria ter um esforço das empresas. Não se pode esquecer que há um descolamento da economia brasileira em relação aos demais países do continente. Um exemplo é a própria agenda do GIP. O Brasil propôs a integração do setor naval, do setor auto, petróleo e gás etc. O Uruguai fez suas propostas e está interessado principalmente no setor naval, que hoje pode integrar cadeia produtiva dos quatro países, mas a Argentina propôs mate e mel. Como você faz interlocução assim? Nós não estamos falando de um país pobre e só agrícola. Estamos falando de um país que tinha uma indústria importante até tempos atrás.

O que senti na última reunião do Mercosul é que tem um descolamento abismal do Brasil em relação ao restante. A impressão é que o Brasil não cabe mais lá. Comentei isso com o embaixador Samuel Pinheiro, que chefiava a delegação brasileira. Ambos concordamos ser preciso sair dessa situação. E como se faz? O Mercosul não vai voltar atrás e nem vai desmontar, mas – como bem disse o embaixador –, não podemos mudar de vizinhos, nem construir muros. Tem um problema sério nessa direção, que envolve a questão econômica ou um descolamento econômico, além da questão política. Há um problema de descolamento político pelo papel que o governo brasileiro está exercendo em diversos fóruns.

Na Unasul há desequilíbrios, mas os problemas são políticos. Nesse espaço estão os países que hoje representam o polo liberal e atrelado aos EUA – o Peru e a Colômbia – e o polo da ALBA, que se opõe radicalmente aos EUA e tem sabotado o avanço das negociações comerciais. A Venezuela, Equador e Bolívia são aliados em determinados momentos, mas em outros

1. Reginaldo Arcuri é o presidente da Associação Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI). Ele foi diretor da Secretaria do Mercosul entre 2002 e 2005.

têm feito políticas contra algumas linhas do Mercosul, na Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) e na Unasul. E temos um centro onde estão o Brasil, Argentina, Uruguai e Chile. Como resolver os impasses sem regras mais definidas?

Por último, queria mencionar o desafio, não só para governo atual, mas para os próximos também, que é a expansão da presença das empresas brasileiras no exterior. Por que estou falando que é um desafio? Primeiro, acabou de sair um interessante boletim da Confederação Nacional da Indústria (CNI), que traz duas matérias importantes. A primeira reivindica que o Brasil assine acordos de proteção de investimentos para dar garantia jurídica às empresas brasileiras no exterior. O Brasil é o único país da América Latina que não tem nenhum acordo de proteção de investimentos firmado. Esses acordos são aqueles que permitem às empresas questionar inclusive os Estados por perdas e danos, possíveis e presumíveis perdas em tribunais e sistemas de arbitragem internacionais. É um negócio bastante complicado e perverso. Quando o presidente Lula assumiu o governo, o assunto estava na agenda do Congresso e o governo pediu para retirar. Posteriormente, o ministro Antonio Palocci tentou voltar ao tema, mas não teve êxito.

A Argentina está com um monte de processos em tribunais internacionais. A Bolívia também está sofrendo. O problema é que quando se renuncia a esses acordos, a maioria ainda tem um prazo de vigência de cerca de 10 anos. É um problema sério e a pressão das empresas tende a crescer. Nós temos que discutir sobre isso, é uma área sensível, porque o governo Lula tem feito uma política correta de incentivar a exportação, investimento etc., mas isso não vem sozinho, as empresas brasileiras estão investindo em outros países da América Latina, nos países da África, no Oriente e querem ter garantias de proteção aos seus investimentos. Mas isso abriria um flanco imenso aqui e poderia haver acordos e questionamentos que limitem nossa soberania e capacidade de desenvolvimento.

Também é preciso discutir a política trabalhista que essas empresas estão praticando no exterior. Estamos falando da Odebrecht, da OAS, Gerda, Vale, Embraer etc. O governo não pode interferir no sentido de determinar o que as empresas devem fazer, mas pode, junto com as centrais sindicais, ter um debate com essas empresas multinacionais sobre a questão da ética e do padrão de comportamento trabalhista no exterior; e negar apoio de financiamento, quando não cumprirem com as regras básicas em suas operações estrangeiras.

Vamos entrar numa fase de desafios para os sindicatos brasileiros. Primeiro, como atualizar a agenda com os países do Primeiro Mundo? Atualizar no seguinte sentido: a globalização muda a relação entre Norte e Sul,

porque ela define outros parâmetros para essa relação, você não tem uma relação somente política, uma relação vertical, você tem uma relação horizontalizada e isso deveria se refletir na agenda dos organismos sindicais internacionais, até agora isso não aconteceu. Nós estamos avançando em alguns organismos, por exemplo, a Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM-CUT) disputou com condições de ganhar a Secretaria Geral na Federação Internacional dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas (FITIM). Perdeu, mas elegeu por voto direto, pela primeira vez, o Secretário Adjunto, o segundo cargo na Federação. Estamos ocupando cargos importantes na Federação Sindical Internacional dos/as Trabalhadores/as do Serviço Público (ISP, em inglês), na International Federation of Chemical, Energy, Mine and General Workers' Unions (ICEM, em inglês), na UNI Sindicato Global etc. Como vamos incidir para que essas federações mudem sua agenda até então hegemonizada por questões postas pelo sindicalismo dos países centrais?

A segunda questão é a situação atual da Europa. O sindicalismo e os partidos políticos estão numa fase extremamente defensiva e conservadora. A situação europeia está muito complicada e isso coloca problemas na relação com o Brasil, enquanto o sindicalismo americano – que ainda tentando definir seu caminho – se vai seguir a política do Departamento de Estado da política Obama, ou se vai atuar autonomamente. No caso da Europa há uma xenofobia crescente, agravada pelo alto desemprego. Nos EUA o desemprego também é alto, mas há uma profunda mudança na composição da classe trabalhadora americana, com a presença cada vez maior dos migrantes – principalmente os latinos e asiáticos – que influi e pressiona os sindicatos por outras atitudes.

O sindicalismo brasileiro, por outro lado, deve refazer essa agenda com os sindicatos dos países industrializados, mas ao mesmo tempo deve estabelecer uma política de coadjuvante na expansão brasileira – não no sentido de ser instrumento dela, mas sim de acompanhar e vigiar como se dá essa expansão. O sindicalismo tem que ser um ator também na expansão do capital brasileiro para países como Angola, Moçambique, outros países da África e da América Latina. Não só por coerência política e ideológica, mas também para não permitir que as empresas usem a prática do *dumping* social no exterior, para rebaixar os salários e as condições de trabalho no Brasil.

ALBERTO KLEIMANN

**A AÇÃO INTERNACIONAL
DOS GOVERNOS LOCAIS E
A COOPERAÇÃO FEDERATIVA**

NOVAS ORIENTAÇÕES DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA E O DIÁLOGO FEDERATIVO

Desde 2003, o governo brasileiro tem realizado novos movimentos na cena internacional, definindo novas prioridades para sua Política Externa. O Mercosul, a integração sul-americana e a criação da União de Nações da América do Sul (Unasul) assumiram a centralidade dessa agenda. Outros movimentos, como a formação de coalizões com outros países em desenvolvimento, as articulações para a constituição do G-20, o Fórum de Diálogo IBAS, que reúne Índia, Brasil e África do Sul, assim como os Fóruns ASA – América do Sul e África – e ASPA – América do Sul e Países Árabes evidenciam uma política externa inovadora, mais afirmativa dos interesses do país no cenário internacional e que inverte prioridades, reconfigurando as parcerias Norte-Sul e priorizando as relações Sul-Sul.

Como resultado dos avanços econômicos, sociais e culturais, a nova inserção internacional do Brasil traz consequências diretas à sua política de cooperação internacional, na medida em que esta funciona como instrumento estratégico da Política Externa. A entrada do país no grupo de nações com alto IDH¹ e os números macroeconômicos nacionais impactam na política de cooperação brasileira de duas formas complementares: por um lado, o país

1. Segundo o *Relatório de Desenvolvimento Humano 2007/2008* do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) o Brasil entrou pela primeira vez para o grupo de países com elevado desenvolvimento humano, com um índice medido em 0,800 no ano de 2005. Em 2006, obteve uma melhora no índice de 0,007 com uma pontuação de 0,807. No ano de 2009 encontra-se na 75ª colocação mundial, com um índice de 0,813 valor considerado de alto desenvolvimento humano.

passa a atuar prioritariamente como prestador de cooperação e não mais como receptor, papel que sempre desempenhou. E razão disso, os cada vez mais escassos recursos da cooperação internacional, sobre os quais diversos atores políticos e sociais se apoiaram ao longo de muitos anos, aos poucos vão deixando de ser aplicados no país.

Em um contexto paralelo estão os entes da federação, os estados e os municípios. Aliados das ações prioritárias do governo federal, através da criação de novos canais de diálogo e pactuação federativa, os municípios e estados, que vem se lançando na arena internacional em busca de novos conhecimentos, troca de experiências e atração de investimentos e captação de recursos, podendo se tornar importantes parceiros da política externa e de cooperação internacional.

A constituição de canais de articulação federativa internacional, o reconhecimento do Estado brasileiro dessa modalidade de cooperação como reforço de sua própria ação externa, através de normas e estruturas institucionais que apoiem essas ações, podem resultar em um novo marco da cooperação internacional federativa e em modelo inovador, possibilitando que os entes federativos empreendam ações de cooperação prestada nas diversas áreas das políticas públicas de sua competência e nas quais acumulam excelência, com países e regiões que demandam da cooperação brasileira.

Defendemos que a ampliação do alcance da política externa poderá ser potencializada pela mobilização e pactuação dos entes federados – cidades e estados – em torno de agendas compartilhadas, no sentido de contribuir para o fortalecimento da ação externa brasileira, e, ao mesmo tempo, outorgar maior impacto às iniciativas de cooperação internacional empreendidas pelos governos subnacionais.

Portanto, a melhor articulação e o estabelecimento de algum nível de coordenação entre os entes federados brasileiros, respeitadas e garantidas suas autonomias constitucionais e suas agendas, coordenação esta não-hierárquica, não-dirigida e com forte viés de cooperação, traria resultados não apenas no âmbito internacional, mas igualmente no nacional, gerando um círculo virtuoso de ganhos mútuos.

ATUAÇÃO DOS GOVERNOS SUBNACIONAIS NA CENA INTERNACIONAL

Nos últimos anos, a ação internacional dos governos subnacionais vem deixando de ser vista como um fenômeno exótico, menor ou marginal, e se transformando em um tema de interesse de acadêmicos, especialistas das políticas públicas e das relações internacionais, assim como dos governos nacionais e das organizações internacionais.

Assiste-se à crescente participação de governos locais e regionais nas relações internacionais, que se reflete na multiplicação de protocolos de cooperação entre governos subnacionais de diferentes países, no crescente número de missões de prefeitos e governadores para atrair investimentos externos, promover seus territórios, por meio do turismo e de suas políticas públicas inovadoras, entre outras ações.

No mesmo sentido, as cidades e estados empenham-se nesse novo domínio em busca de benefícios diretos para suas administrações, como acesso à assistência técnica e a fontes de financiamento para projetos de desenvolvimento, promover o fluxo de informações e conhecimento sobre questões econômicas, administrativas e de gestão pública, desenvolver sua capacidade técnica e administrativa.

Assim, cidades e estados estão constituindo em sua estrutura administrativa, departamentos especializados, como assessorias e secretarias, para desenvolverem e implementarem, de forma qualificada, atividades visando estabelecer protocolos, acordos de cooperação técnica e intercâmbios de experiências em diversas áreas das políticas públicas com outras cidades e regiões do mundo, identificando linhas de financiamento para projetos de desenvolvimento econômico e social, junto às agências bilaterais e multilaterais e integrando redes internacionais de cidades e regiões.

Apesar da ausência de fontes oficiais atualizadas e estudos sistemáticos de amplitude nacional, que demonstrem com exatidão, dados informais revelam que os 27 estados na federação e Distrito Federal e praticamente todas as capitais brasileiras, grandes metrópoles e muitos municípios de médio porte, possuem algum tipo assessoria responsável pela condução dos temas internacionais.

INICIATIVAS INTERNACIONAIS E REGIONAIS DESENVOLVIDAS PELAS CIDADES E ESTADOS FEDERADOS

Deve-se atentar para o alto potencial do novo ativismo dos entes subnacionais no cenário internacional e, em particular, no sul-americano, articulando este movimento com as prioridades da política externa do país, no esforço de consolidar o Mercosul e viabilizar uma maior integração sul-americana. Nesse sentido, o estabelecimento de parcerias, redes e instâncias de cooperação regional, por parte de municípios e estados, no curso da última década, constitui um arcabouço institucional e político valioso, que poderá ser fortalecido para ampliar a participação dos governos subnacionais nas diversas escalas do processo de integração regional.

Diversos estados e cidades brasileiras vêm se envolvendo em projetos de integração regional e transfronteiriça desde o início da década de 1990 e

os exemplos vem se multiplicando de forma crescente, sobretudo a partir dos anos 2000. Nesse sentido, as diversas ações promovidas entre os estados do Amazonas, Acre e Roraima com seus vizinhos amazônicos, vem gerando uma série de acordos de cooperação.

Paralelamente ao processo de integração do Mercosul, notam-se, no mesmo sentido, iniciativas de cooperação intrarregional entre governos estaduais, províncias e correspondentes, tal como a parceria entre a Crecenea (Comissão Regional de Comércio Estrangeiro da Argentina do Nordeste), que inclui as províncias de Chaco, Corrientes, Entre Rios, Formosa, Misiones e Santa Fé e o Codesul (Conselho para o Desenvolvimento Econômico do Sul do Brasil), formado pelos Estados do Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina.

Destaca-se também a iniciativa de integração econômica, social e cultural da Zona de Integração do Centro-Oeste da América do Sul – Zicosul, que envolve as províncias argentinas de Salta, Jujuy, Tucumán, Catamarca, Santiago del Estero, Formosa, Chaco, Corrientes e Misiones; os departamentos bolivianos de Cochabamba, Chuquisaca, Santa Cruz e Tarija; o estado brasileiro de Mato Grosso do Sul; as regiões chilenas de Tarapacá e Antofagasta; e a totalidade dos departamentos do Paraguai, em um espaço territorial, o qual tem apresentado expressivo crescimento econômico e conta com uma estrutura fluvial que possibilita um grande escoamento da produção regional.

Por sua vez, as cidades também se mobilizam frente ao Mercosul. Desde o início, manifestaram seu interesse em adquirir uma maior participação no processo de integração regional e, com este propósito, formaram uma rede que reúne, hoje, mais de 190 municípios, entre as quais as principais cidades do Mercosul, além de Chile, Bolívia, Peru e Venezuela. A Rede Mercocidades promove o intercâmbio de experiência e a cooperação entre seus membros em temas urbanos prioritários – como desenvolvimento econômico e social, planejamento, gênero, juventude, entre outros – no âmbito de unidades temáticas, verdadeiras sub-redes, nas quais são debatidos os temas e implementadas as ações.

Outra experiência de municípios que se destaca pelo seu forte potencial de integração é o Fórum Binacional de Prefeitos Lindeiros ao Lago de Itaipu Brasil-Paraguai, que reúne os municípios localizados as margens desse lago, criado para a construção da Usina de Itaipu, um símbolo da integração regional. Em grande medida motivado pelos municípios brasileiros, organizados no Conselho de Desenvolvimento dos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu, criado em 1990, e cujo nível de organização e governança possibilitam uma série de ações e iniciativas conjuntas para o desenvolvimento da região do

lado brasileiro, o Fórum Binacional evidencia que iniciativas bilaterais sub-regionais podem não apenas agregar valor a integração do Mercosul, levando-a mais próxima da cidadania, mas também enfrentar as questões concretas que afligem as cidades dessa região, entre as quais as próprias assimetrias de desenvolvimento das cidades brasileiras e paraguaias de forma cooperativa.

Essa crescente mobilização das cidades do bloco, levou a criação em 2000, da “Reunião Especializada de Municípios e Intendências do Mercosul” (REMI)², que instituiu um espaço institucional de participação das cidades no Mercosul. Essa Reunião Especializada mostrou-se um canal insuficiente para atender aos anseios dos governos locais. Em razão disso, em 2004, foi criado o Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do Mercosul, do qual trataremos adiante.

NOVA RELAÇÃO DO GOVERNO FEDERAL FRENTE ÀS INICIATIVAS DOS GOVERNOS SUBNACIONAIS NO CENÁRIO INTERNACIONAL

Esse conjunto de iniciativas remete ao reconhecimento das cidades e estados como atores pró-ativos na cena internacional. As diversas parcerias internacionais constituídas entre diferentes instâncias de governo colocaram para o atual governo o desafio de articular essas potencialidades com os movimentos estratégicos da política externa.

Nesse contexto, a unidade da Presidência da República responsável pelos Assuntos Federativos buscou interagir com as iniciativas dos governos municipais e estaduais na cena internacional, objetivando constituir com os entes federados uma política de cooperação internacional. Tal política tem como fundamento o conceito da cooperação internacional federativa. Trata-se de uma política governamental voltada para a promoção e articulação de iniciativas externas, promovidas pelos governos subnacionais, no sentido de apoiá-los na identificação de oportunidades, objetivando estabelecer acordos de cooperação, bem como fomentando sua participação nos fóruns de negociação e cooperação.

O conceito de cooperação internacional federativa está centrado no fortalecimento da estrutura federativa do Estado nacional, onde a mobilização e articulação entre as esferas de governo em torno das diretrizes da política

2. A Resolução 90/00 do Grupo do Mercado Comum (GMC) aprovada em Brasília, no dia 7 de dezembro de 2000, criava a Reunião Especializada de Municípios e Intendências (REMI). Esse ato inscrevia-se no processo de “Reestruturação dos órgãos dependentes do GMC e da Comissão de Comércio Exterior do Mercosul” assumida pelo Conselho do Mercado Comum (CMC) em sua decisão 59/00, em 14 de dezembro de 2000, Florianópolis.

externa tornam-se um recurso importante não somente para a estratégia de inserção do país no cenário internacional, mas como um fator de promoção de desenvolvimento dos governos subnacionais.

O desenvolvimento da cooperação internacional federativa, requer a negociação de uma agenda compartilhada em torno de temas internacionais de interesse comum, tais como a cooperação técnica internacional, a integração fronteiriça, a integração regional, a cooperação Sul-Sul, entre outros. A construção de uma agenda compartilhada, no entanto, deve seguir diretrizes de não intervenção nas agendas dos governos locais, não raro distintas em objetivo e forma nas diferentes esferas de governo. O respeito à autonomia e agendas de interesse dos governos subnacionais na esfera internacional, guardados seus limites e competências constitucionais, aliado a uma atitude não-intervencionista e de não instrumentalização dos governos subnacionais devem ser elementos norteadores dessa política.

INICIATIVAS DESENVOLVIDAS PELO GOVERNO FEDERAL

FORO CONSULTIVO DE MUNICÍPIOS, ESTADOS FEDERADOS, PROVÍNCIAS E DEPARTAMENTOS DO MERCOSUL (FCCR)

Embora os governos subnacionais dos países membros do Mercosul venham tomando iniciativas e implementando ações nos âmbitos econômico, comercial, político e cultural ao longo dos últimos anos, seu papel como atores relevantes do processo de integração regional, não havia sido devidamente reconhecido por parte dos governos nacionais.

A Reunião Especializada de Municípios e Intendências (REMI) criada em 2000, constituiu o primeiro espaço de participação dos governos locais na estrutura institucional do Mercosul. No entanto, esse mecanismo mostrou-se insuficiente para atender as demandas políticas de participação dos governos locais, principalmente por dar às cidades tratamento temático no bloco regional (tal como as reuniões especializadas de ciência e tecnologia, turismo, entre outros) e não reconhecê-las como atores efetivos da construção do Mercosul.

O Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do Mercosul, criado pela Decisão 41/04 do Conselho Mercado Comum, no marco da Cúpula de Ouro Preto, em dezembro de 2004, inaugura um novo momento para os governos subnacionais no Mercosul.

Essa nova instância de representação dos interesses dos governos subnacionais do Mercosul possui status semelhante ao Fórum Consultivo Econômico e Social (FCES), que é integrado por representantes do empresariado e

dos sindicatos da região, entre outros. Desse modo, os governos subnacionais da região passam a atuar diretamente nos temas que lhes forem pertinentes no âmbito dos debates do Mercosul e podem igualmente formular recomendações ao Grupo Mercado Comum (GMC), órgão executivo do bloco. Segundo o texto da mencionada Decisão, o Foro é constituído por um comitê dos municípios e um comitê dos estados, províncias e departamentos.

Contudo, foi apenas em janeiro de 2007, mais de dois anos após sua criação, que o FCCR passou a funcionar efetivamente. Após sua origem formal em Ouro Preto, foram necessários dois anos de intensas negociações com os demais países do bloco e também com seus governos subnacionais, para que fossem definidos termos mínimos de funcionamento, uma vez que a Decisão 41/04, do Conselho Mercado Comum (CMC), apenas apontava a necessidade de um regimento interno, sem, no entanto, definir diretrizes para sua condução. Decisão acertada, ao que tudo indica, na medida em que deveriam ser os próprios membros do Foro, os governos subnacionais, os elaboradores de seu regimento.

Cabe destacar que a Reunião de Instalação do FCCR, ocorrida no marco da Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul, no Rio de Janeiro, a qual encerrou a Presidência Pro Tempore brasileira, contou com número expressivo de autoridades nacionais, regionais e locais do Mercosul. O presidente da República, para além de seu papel de anfitrião, desempenhou importante função de “patrocinador” do Foro, concretizando o compromisso feito seis meses antes, na Cúpula de Córdoba, quando assumiu a Presidência Pro Tempore do Mercosul³. Também merece destaque o grande número de governadores brasileiros presentes na reunião. É possível afirmar que muito provavelmente essa tenha sido a primeira vez que tantos governadores se reuniram para tratar de um tema tradicionalmente distante de suas preocupações cotidianas, o Mercosul e a integração regional.

Devidamente instalado, o FCCR passou a funcionar de forma intensa e a produzir resultados logo em 2007, com a aprovação de seu Regimento Interno⁴ e a realização de três eventos importantes: o encontro de governadores da região Nordeste brasileira e Noroeste argentina, realizado em Tu-

3. Ver íntegra do discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião do encerramento da XXX Cúpula dos Chefes de Estado do Mercosul (Córdoba - Argentina), proferido em 21 de julho de 2006, em www.info.planalto.gov.br/.

4. Para ver a íntegra do texto do Regimento Interno do FCCR, consulte www.planalto.gov.br/sri/foro_consultivo/documentos.html

cumán, Argentina; o encontro de prefeitos do Mercosul, realizado em Caracas, Venezuela; e o encontro de governadores da Frente Norte do Mercosul, ocorrido em Belém do Pará, no Brasil, em dezembro do mesmo ano.

Não caberá aqui discorrer sobre os detalhes de funcionamento do FCCR nem pormenorizar suas atividades, mas apenas demonstrar como o Foro vem demonstrando, na prática, a tese da cooperação internacional federativa e seus recursos de potencializar as agendas locais, estaduais, nacionais e regionais da integração.

O Encontro de Governadores brasileiros e argentinos, realizado em Tucumán, em maio de 2007, trouxe à discussão o papel de regiões tradicionalmente distanciadas do chamado “eixo clássico” do Mercosul, compreendido como a região do Rio da Prata, na integração sul-americana. No caso brasileiro, a busca do maior envolvimento da região Nordeste, afastada geograficamente das fronteiras da integração mercosulina, e cujas preocupações econômicas e políticas dependem da agenda de cada estado (enquanto a Bahia se volta para a região Sul-Sudeste, em termos de exportações, turismo, entre outros, o Maranhão, considerado estado da Amazônia Legal brasileira, tem maior proximidade com seus vizinhos do Norte e, em particular, com a Venezuela).

A criação de um novo eixo de integração entre estados e sub-regiões do Mercosul, exigiu um esforço conjugado entre os governos nacionais, estaduais e provinciais e, sobretudo, a percepção compartilhada de que o processo de integração política da região passa por esforços que transcendem os fluxos comerciais inerciais da região. Ao mesmo tempo, criaram novas oportunidades de negócios e cooperação. No caso em tela, tanto o nordeste brasileiro como o noroeste argentino, apesar das distâncias geográficas, possuem características comuns que as aproximam, por se tratar de duas regiões e polos culturais em seus países, por grandes desigualdades sociais e em busca de novos mercados e atividades econômicas que alavanquem seu desenvolvimento econômico e humano.

O encontro de prefeitos, ocorrido em Caracas, evidencia o esforço político do FCCR, em particular das cidades, organizadas ao redor da Rede Mercocidades, em contribuir para o debate e para a prática de inserção da Venezuela ao Mercosul. Como esse país ainda se encontra com status de membro em processo de adesão ao bloco, a aproximação entre governos locais dos demais países com seus homólogos venezuelanos cria uma situação política de fato e contribui para pressionar as instâncias responsáveis pelo ingresso da Venezuela no Mercosul a se posicionarem.

Já o Encontro de governadores da Frente Norte do Mercosul, realizado em Belém, em dezembro de 2007, teve como ponto de partida aprofundar o

debate sobre a adesão da Venezuela ao bloco e levar (ou trazer) o Mercosul à região amazônica. Organizado em conjunto pelo governo do Estado do Pará, pela Presidência da República do Brasil e tendo como âmbito institucional o FCCR, teve o desafio de reunir governadores de uma região marcada pelas grandes distâncias, logo, com dificuldades naturais de integração e cooperação, e por grandes carências sociais e econômicas.

Além disso, a ideia do Mercosul, muito mais vinculada ao imaginário da região Sul do continente, dificultava a busca de pontos de convergência e o convencimento dos governadores sobre a pertinência do debate. A solução para esse impasse ocorreu como reflexo natural da tomada de consciência dos mandatários estaduais, de que o ingresso da Venezuela ao Mercosul poderá criar um novo polo de desenvolvimento e integração para toda região. Ao mesmo tempo, também desperta o interesse das demais sub-regiões para os potenciais de cooperação e negócios desse novo polo.

Dessa forma, a realização pela primeira vez de um encontro de governadores das regiões platina, andina e amazônica do Mercosul chama a atenção para os potenciais da região, de seus atores e das possibilidades derivadas dessa iniciativa. A clareza demonstrada pelos governadores sobre as potencialidades resultantes da adesão da Venezuela ao Mercosul ficaram ainda mais evidentes quando do episódio ocorrido em setembro de 2007, em que o presidente venezuelano Hugo Chávez protestou pela demora do Senado Federal brasileiro em votar a entrada de seu país no Mercosul. Logo após o ocorrido, que teve repercussão bombástica na imprensa nacional, 12 dos 16 governadores das regiões Norte e Nordeste do Brasil, cujos estados representam 94% do território nacional, declararam seu apoio a entrada da Venezuela no bloco⁵, independente de suas posições partidárias ou ideológicas. O episódio serviu para mostrar como os atores subnacionais, nesse caso os governadores, podem atuar no cenário nacional, e incidir de forma relevante nas agendas sul-americana e internacional, pois as decisões tomadas nesse âmbito geram impactos tanto para a realidade nacional, quanto para a estadual e a local.

Deve-se notar que, para além de sua função institucional na estrutura formal do Mercosul, o FCCR possui importante papel dinamizador e catalisador das experiências de integração e no âmbito do Mercosul dos governos subnacionais. Com a proliferação de ações nesse nível, a criação de um espaço que possa reunir todas as experiências existentes e trazê-las ao conhecimento do conjunto dos atores nacionais e subnacionais, contribui decisivamente

5. Para íntegra de uma das matérias publicadas, ver www.noticias.uol.com.br/ultnot/efe/2007/10/22/ult1808u103714.jhtm

para gerar a complementaridade dessas ações, e, ao mesmo tempo, criar o ambiente propício para novas iniciativas, tanto bilaterais, como acordos de cooperação entre dois governos subnacionais, como multilaterais, tais como redes, fóruns ou iniciativas regionais que congreguem cidades ou estados de dois ou mais países.⁶

PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE REGIÕES BRASILEIRAS E REGIÕES ITALIANAS E A PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

O Protocolo de Cooperação entre o governo federal e as regiões italianas de Umbria, Marche, Toscana e Emilia Romagna, assinado em julho de 2004, representa outro exemplo de articulação intergovernamental na área da cooperação técnica. Esse acordo é fruto das parcerias que se estabeleceram, nas duas últimas décadas, entre prefeituras progressistas brasileiras e atores institucionais e sociais italianos da chamada Terceira Itália, em torno das experiências de desenvolvimento regional baseados na pactuação política e social do território, no pequeno e médio empreendedorismo, no sistema cooperativista e na consolidação de uma cultura de gestão democrática e participativa.

Derivado do Acordo Quadro Brasil-Itália (1997), o Protocolo de Cooperação foi assinado entre o governo federal e quatro governos regionais da Itália e envolvem diversos ministérios e órgãos do governo federal. No nível territorial, participam os governos estaduais do Amazonas (regiões envolvidas Manaus e municípios do Alto Rio Negro) e do Piauí (e nove municípios do entorno da Serra das Confusões); e 16 municípios da região da Serra da Mantiqueira (SP e MG); Bagé e entorno (RS) (municípios de Ulha Negra e Candiota); e do eixo Araraquara-São Carlos (SP).

O objetivo principal desse Acordo é a difusão e adaptação de instrumentos, políticas públicas e estratégias inspiradas por aquelas utilizadas pelas regiões da Terceira Itália, entre atores institucionais das três esferas de governo, para a promoção do desenvolvimento regional, da economia da cultura, do cooperativismo e do planejamento integrado das políticas sociais no território.

Na primeira etapa do acordo ocorreram diversos seminários, missões técnicas nos territórios selecionados e missões de estudos nas regiões italianas, elaboração de diagnósticos e planos de desenvolvimento territoriais. Um elemento fundamental para o bom andamento da cooperação refere-se à estrutura de ges-

6. Os acordos de cooperação entre o Governo do Estado da Bahia e a Província de Tucumán, na Argentina, resultantes do encontro entre os dois governadores ocorrido naquela província argentina, em 2007. Para mais informações, ver www.planalto.gov.br/sri/tucuman/

tão e coordenação do projeto, que envolve a articulação e pactuação entre o Comitê Gestor Italiano, composto por representantes das quatro regiões italianas, e o Comitê Gestor Brasileiro, integrado por representantes da Presidência da República, de ministérios e outros órgãos do governo federal. A pactuação dos atores territoriais foi realizada pela instituição dos comitês gestores locais, nos diversos eixos regionais selecionados no âmbito do Protocolo de Cooperação.

O avanço das relações governamentais nas diversas esferas de governo, assim como o amadurecimento dos projetos e da gestão, resultaram na renovação do acordo e na aprovação de recursos da cooperação italiana da ordem de seis milhões de euros para o período de três anos. Segundo declarações do Ministério das Relações Exteriores italiano, a cooperação bilateral daquele país com o Brasil pretende se reorientar no sentido de apoiar, prioritariamente, ONGs e governos locais.

A segunda etapa do projeto prevê a implementação dos projetos, já definidos, detalhados e pactuados entre as partes, com recursos da cooperação italiana e dos órgãos federais. Espera-se que, cada projeto-piloto provoque um debate sobre novas formas de desenvolvimento territorial e participativo no Brasil, aglutinando diversas experiências dos dois países.

Além dos avanços materiais concretizados nos projetos, um dos principais resultados dessa iniciativa foi a assinatura, em Roma, em outubro de 2007, do Protocolo Adicional ao Acordo de cooperação técnica de 30 de outubro de 1972, entre o governo da República Italiana e o governo da República Federativa do Brasil, sobre a Cooperação Descentralizada. Esse documento, que visa disciplinar as relações e atividades decorridas do Protocolo de Cooperação entre o governo federal e as regiões italianas, é o primeiro documento oficial no quadro normativo brasileiro, que reconhece a cooperação descentralizada como atividade desenvolvida pelos governos subnacionais.

Embora se aplique apenas às relações entre governos subnacionais brasileiros e italianos, cria importante precedente, pois constitui a primeira declaração do governo brasileiro em reconhecimento da cooperação descentralizada e da ação internacional dos governos subnacionais. Como ainda deverá ser ratificado pelo Congresso Nacional, o protocolo não possui força de lei. Mesmo assim, possui forte poder simbólico e tem importante significado no debate sobre o papel internacional dos atores subnacionais.

COOPERAÇÃO DESCENTRALIZADA E FEDERATIVA FRANCO-BRASILEIRA

A iniciativa do governo federal em estabelecer um quadro institucional para as relações entre governos subnacionais brasileiros e franceses, foi provocada pela somatória de fatores conjunturais, estruturais e estratégicos, e cujo

resultado resume de forma sintética algumas das razões e funções do conceito da cooperação internacional federativa.

A oportunidade de fomentar a cooperação entre cidades, estados e regiões brasileiras e francesas se deu durante as celebrações do Ano do Brasil na França, ocorridas em 2005, evento realizado, no quadro das “Temporadas Culturais”, para o qual o governo francês convida um país para apresentar em todo o seu território as diferentes facetas da cultura do país homenageado. Para além das atividades culturais, também ocorreram atividades acadêmicas, científicas, políticas, esportivas, entre outras.

Na ocasião, após levantamentos e pesquisas, veio à tona o dado de que, entre todos os países, a França era aquele em que há maior número de projetos de cooperação entre cidades e estados brasileiros. Segundo informações disponíveis atualmente, colhidas por meio de associações francesas de coletividades territoriais, pelos próprios governos subnacionais brasileiros e fornecidas pelo governo francês, estima-se que mais de 50 cidades e 15 estados brasileiros mantenham acordos de cooperação ativos com coletividades territoriais francesas⁷. Tratam-se de acordos efetivos de cooperação em diversas áreas, tais como pesquisa científica e tecnológica, educação (bolsas de estudo de graduação e pós-graduação), desenvolvimento urbano, economia solidária, conservação e restauração de patrimônios históricos, portos, cultura, entre outras. Os acordos envolvem intercâmbio de técnicos e funcionários públicos, professores e estudantes, missões de negócios e de empresários, e também missões de prefeitos e governadores de lado a lado. Não são mencionados aqui os chamados “irmanamentos” (*jumelage*, em francês), relações protocolares de poucos resultados concretos, muitas delas bastante antigas e que marcaram o início das relações de cooperação entre governos locais, muito comuns no Brasil nos anos 1970 e 1980.

O alto nível e a complexidade das cooperações descentralizadas e federativas entre Brasil e França de hoje se deve a diversos fatores, entre os quais se destaca a grande experiência acumulada dessa atividade entre as coletividades francesas, e tendo como pano de fundo as já tradicionais relações franco-brasileiras, que se espalham em diversos setores da sociedade brasileira. E para além de sólidas relações econômicas, sociais e culturais, os dois países possuem um forte fascínio mútuo.

De fato, desde as primeiras relações de *jumelage* franco-alemãs, no pós-guerra, a Lei de Descentralização (1982), que cria diversas modalidades de

7. Informações fornecidas por Cités Unies France: www.cites-unies-france.org.

consórcios públicos, as regiões e formas para o seu financiamento, até a lei que reconhece a cooperação descentralizada (1993), as coletividades francesas, de pequeno, médio e grande porte, vêm atuando na esfera internacional e estabelecendo acordos de cooperação em muitos países.

Paralelamente, o Estado francês criou mecanismos de diálogo e coordenação das atividades de cooperação descentralizada das coletividades francesas, percebendo a necessidade estratégica e política de aproveitar as oportunidades internas e externas criadas a partir dessa nova modalidade. Também criou fontes de recursos para apoiar as ações internacionais de seus governos subnacionais, embora estes raramente se utilizem dos recursos, pois investem somas significativas para a cooperação internacional de seus próprios orçamentos. Alguns deles podem chegar a 15 ou 20 milhões de euros por ano, para atividades de cooperação internacional, em projetos de longa duração, amplitude de áreas de interesse e com envolvimento direto dos Conselhos Locais, equivalentes às Câmaras Municipais ou Assembleias Legislativas Estaduais brasileiras.

Diante desse quadro dispar entre os níveis de governança para a cooperação descentralizada entre cidades, estados e regiões do Brasil e França, mas, ao mesmo tempo tão rico e diverso, a iniciativa do governo federal teve como ponto de partida uma cooperação previamente existente e bastante avançada. Tal avanço, no entanto, seguia a lógica tradicional das desigualdades regionais, com uma maior concentração de relações de cooperação nas cidades e estados das regiões Sul e Sudeste (São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul).

O Primeiro Encontro da Cooperação Descentralizada e Federativa franco-brasileira, realizado em Marselha, em 2006, e promovido pela Região Provence-Alpes-Côte d'Azur (PACA) em parceria com Cités Unies France e, pelo lado brasileiro, pela própria Presidência da República, tinha como objetivo ampliar a cooperação franco-brasileira para um maior número de cidades e estados brasileiros. O encontro reuniu cerca de 80 representantes de cidades, governos municipais e estaduais brasileiros e o mesmo número de coletividades francesas, além de especialistas, acadêmicos, universidades, agências internacionais de fomento e cooperação.

Teve como resultado a criação de uma estrutura institucional mínima, um Comitê Binacional, constituído por dois comitês nacionais, e que deveriam elaborar uma agenda de trabalho e orientações de funcionamento, com o propósito de promover a cooperação descentralizada e aprofundar os laços Brasil e França. Outro resultado importante, foi o lançamento da ideia de criação de um fundo paritário binacional, para financiar projetos entre cidades, estados e regiões. Tal

iniciativa, no entanto, esbarrou nas impossibilidades e diferenças técnicas e administrativas dos dois países e até o momento não foi constituído. Para além dos impedimentos burocráticos, caberia questionar até que ponto o Estado brasileiro e os governos subnacionais estão preparados para tal iniciativa.

A ausência de uma estrutura institucional de diálogo federativo para temas internacionais, impede um aprofundamento do debate e, consequentemente, a busca por soluções de consenso e de interesse comum. Um fundo brasileiro para a cooperação internacional federativa, seja com recursos externos ou nacionais, exigiria o estabelecimento de critérios e mecanismos de avaliação de projetos, ainda inexistentes, e o envolvimento de diversos atores da cooperação. Uma solução factível poderia ser a criação de um espaço institucional semelhante ao Comitê de Articulação Federativa (CAF), mencionado anteriormente, envolvendo ministérios, órgãos federais, cidades, associações de municípios e estados, entre outros, com mandato de definir a política nacional da cooperação internacional federativa, desenvolver um calendário de atividades e um plano de trabalho.

Esse comitê poderia não apenas gerir a cooperação internacional federativa, através de atividades, cursos de formação, interlocução com agências bilaterais e multilaterais, mas também servir como órgão de consulta do governo federal para casos e situações que, atualmente, não são tratadas por nenhuma esfera de governo, mas que interferem no trabalho de muitos setores da administração pública, como a pulverização de programas internacionais para as cidades, a disputa entre órgãos e ministérios por recursos da cooperação destinada aos territórios, a insuficiência de coordenação na interlocução com as agências bilaterais e multilaterais na definição de seus programas voltados para as cidades e territórios, e finalmente, a falta de transparência e clareza de programas de cooperação voltados às cidades e estados brasileiros, mas que muitas vezes são utilizados para encobrir programas de cooperação técnica tradicional e interesses comerciais.

ÍNDIA, BRASIL E ÁFRICA DO SUL (IBAS)

“O Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS) é uma instância de coordenação política entre os três países, desenvolvida no intuito de promover a cooperação Sul-Sul. A “Declaração de Brasília”, emitida em 6 de junho de 2003, e que formaliza o IBAS, apresenta como principais fatores de aproximação entre Índia, Brasil e África do Sul suas credenciais democráticas, a condição de nações em desenvolvimento e a capacidade comum de atuação em escala global. O status de potências médias, a necessidade de corrigir desigualdades sociais internas e a existência de parques industriais consolidados

são frequentemente apontados como outros elementos que alimentam convergências entre os membros do IBAS.

Com o contínuo fortalecimento do IBAS, os três chefes de Estado/Governo identificaram a necessidade de ampliar o engajamento da sociedade civil organizada de seus países no processo. Encontros entre organizações de mulheres, organizações voltadas ao desenvolvimento social, acadêmicos, parlamentares, empresários e jornalistas, por exemplo, foram organizados por ocasião da II Cúpula e fazem parte dos eventos previstos para ocorrerem paralelamente à próxima Cúpula⁸. Segundo o Ministério das Relações Exteriores brasileiro, existem atualmente em funcionamento mais de 20 Grupos de Trabalho sobre os vários âmbitos e temas governamentais.

Nesse contexto, a Presidência da República, por meio da Subchefia de Assuntos Federativos, vem promovendo um diálogo em nível governamental que trate dos temas federativos, de descentralização e relações intergovernamentais (Índia e Brasil são Estados de estrutura federativa) e, simultaneamente, envolva os governos subnacionais como atores desse processo, tido como prioritário pela política externa brasileira, mas praticamente ignorado pela população e pouco conhecido pelos prefeitos e governadores.

A realização, em Nova Déli (Índia), em janeiro de 2008, de um primeiro encontro no âmbito do IBAS, promovido por um centro de pesquisas indiano, contou com a presença de prefeitos brasileiros e representantes de governos municipais dos três países. Contando com o apoio do governo federal indiano e a presença de ministros de estado, apontou diversas oportunidades de cooperação. Durante os trabalhos, no entanto, verificou-se que a participação direta dos governos locais no âmbito do IBAS ainda deverá amadurecer. Apesar disso, deve-se estimular esse canal de participação, a fim de que os governos locais integrem essa importante iniciativa desde seu início e possam vislumbrar novas formas de cooperação, não apenas atreladas a interesses financeiros e imediatistas.

CONCLUSÕES

A necessidade de uma maior e melhor articulação entre os entes da federação brasileira sobre os temas internacionais, a fim de se aperfeiçoar as iniciativas e garantir a segurança jurídica para estados e municípios, exige, simultaneamente, o amadurecimento das questões no seio do governo federal, e uma ação concreta do Estado brasileiro para que, ações pontuais, inconstantes e fragmentadas possam dar lugar a uma política de estado, que compreenda

8. Extraído do site do Ministério das Relações Exteriores (www2.mre.gov.br/ibas/).

seu papel estratégico, reconheça sua importância e crie condições para que os governos subnacionais possam seguir atuando na esfera internacional, de maneira a fortalecer a federação brasileira e sua política externa.

O desenvolvimento de uma política de Cooperação Internacional Federativa requer uma maior coordenação e articulação intergovernamental, que possa assegurar a convergência das iniciativas dos entes federados em torno dos princípios e orientações da política externa nacional e, ao mesmo tempo, garanta a autonomia e independência de suas próprias agendas internacionais, em conformidade com suas competências e possibilidades. Essa tarefa será encaminhada por meio da institucionalização de instâncias de negociação e coordenação de políticas, que possam igualmente prever mecanismos consultivos e de resolução de conflitos, como mencionado.

Além disso, deve-se levar em conta a necessidade de capacitação de operadores na elaboração de projetos e gestão de iniciativas internacionais. Avaliações em torno das iniciativas de cooperação internacional dos governos subnacionais, apontam para uma falta de continuidade nas relações construídas, que pode estar associada à falta de quadros especializados na operação das relações internacionais no âmbito dos municípios e estados.

Por outro lado, as capacidades nas quais os governos subnacionais adquiriram alto nível de excelência, sobretudo em questões de desenvolvimento urbano e territorial, poderiam ser direcionadas para ações de cooperação internacional. A criação de uma agenda de cooperação federativa internacional em articulação e parceria com o governo federal, através da Agencia Brasileira de Cooperação, poderia trazer benefícios mútuos para os três níveis de governos, reduzindo os custos da cooperação, sobretudo aquela realizada com países de níveis de desenvolvimento semelhantes ao do Brasil. Ao mesmo tempo, estimularia o envolvimento dos governos subnacionais em iniciativas de cooperação Sul-Sul.

A condição de precariedade jurídica e normativa dos acordos de cooperação firmados pelos governos subnacionais, também deverá ser enfrentada em um futuro próximo. A necessidade de que esse tipo de ação internacional se formalize e se consolide como atividade reconhecida pelo Estado brasileiro e pela comunidade internacional, dependerá da articulação entre os atores subnacionais e destes com o Estado nacional brasileiro, do diálogo, da busca de concertação e da construção de agendas políticas compartilhadas. O amadurecimento do debate e o crescente ganho de qualidade e consistência das iniciativas no cenário internacional, poderão conduzir os governos subnacionais a um novo patamar jurídico para a cooperação internacional federativa.

Para tanto, trata-se de desenvolver uma visão estratégica da cooperação internacional, que supere a condição subordinada, centrada exclusivamente

no acesso a recursos financeiros e ganhos imediatos, para uma nova posição, que capte os desafios da globalização e fortaleça a postura que o Brasil, em sua condição de federação, assume como potência emergente e ator global.

BIBLIOGRAFIA

BOURDIN, Alain, A questão local, trad. Orlando dos Reis, Rio de Janeiro, DP&A, 2001.

KLEIMANN, Alberto. Trabalho de Dissertação “As cidades e a cooperação descentralizada no contexto das relações União Europeia - América Latina: o novo papel internacional dos governos locais”. PROLAM/USP, São Paulo, 2004.

KLEIMANN, Alberto e RODRIGUES, Gilberto M.A. The MERCOSUR Committee of Municipalities, States, Provinces and Departments: process of creation and perspectives. Fifth annual conference of the euro-latin network on integration and trade (ELSNIT). Barcelona, Espanha, Outubro 26-27, 2007.

KLINK, Jereon Johannes. A cidade-região. Regionalismo e reestruturação no Grande ABC, Giuseppe Coco (org.), DP&A, São Paulo, 2001, 225 p.

MATTOSO, Jorge. Relações Internacionais e poder local, em Política Externa, vol. 10, no. 3, dez/jan/fev 2001, Ed. Paz e Terra, São Paulo, 2001.

PADILHA, Alexandre e KLEIMANN, Alberto. O papel dos municípios na construção da agenda federativa internacional. CT Issues - La rivista delle città globali, Sepciale Italia-Brasile. www.acel.to.it/

PETITEVILLE, Franck. La coopération décentralisée: les collectivités locales dans la coopération Nord-Sud. Editions LHarmattan. Paris, 1995.

RODRIGUES, Gilberto M.A. A inserção internacional de cidades: notas sobre o caso brasileiro in A dimensão subnacional e as relações internacionais. São Paulo: EDUC; Fundação Editora UNESP; Bauru, SP. EDUSC, 2004, 462 p.:

CELSO AMORIM

SEM MEDO DE DECIDIR

*Entrevista¹ com Celso Amorim,
por Emiliano José e Nilmário Miranda*

Como Mercosul, Unasul, Parlasul se enquadram na política do Brasil em relação à América Latina?

Celso Amorim: A integração é da América Latina e do Caribe, do ponto de vista político, é assim que deve ser tratada, é um mandato constitucional. E o Mercosul é uma realidade histórica que já tem mais de vinte anos. Quando o presidente Lula assumiu, a intenção era fortalecer a integração sobretudo da América do Sul porque achávamos que era mais factível, a proximidade geográfica geraria possibilidades em infraestrutura, no trânsito de pessoas, facilidades para investimentos e comércio. Nossa preocupação foi consolidar o Mercosul, que não é tarefa fácil porque estamos diante de países importantes, mas com tamanho e economias diferentes. Então, as tensões são muitas. Desde o início tratamos de diminuir as razões de queixas que havia com relação ao Mercosul, decisões do Brasil como a desvalorização sem avisar, por exemplo, causando grandes problemas para aqueles que se tornaram muito dependentes do país. Melhoramos a situação do Mercosul e ao mesmo tempo lançamos essa integração de toda a América do Sul. Isso nos primeiros três anos do governo. Trabalhamos primeiro com a ideia de firmar um acordo Mercosul e Comunidade Andina, o que criava um espaço comercial único em praticamente toda a América do Sul. Guiana e Suriname são casos à parte, são mais frágeis.

1. A edição nº 85 da revista *Teoria e Debate* circulou em dezembro de 2009. Os entrevistadores foram os jornalistas Emiliano José, deputado federal (PT-BA) e Nilmário Miranda, presidente licenciado da Fundação Perseu Abramo.

A partir daí, criaram-se as bases para o que inicialmente se chamou Casa e, depois, União das Nações Sul-Americanas (Unasul).

Embora nos primórdios os objetivos do Mercosul sempre tenham sido políticos, na época do Sarney e Alfonsín era um instrumento econômico-comercial. Até porque foi firmado num período em que havia uma liberalização comercial para o mundo. Estive envolvido como funcionário do Itamaraty. Criou-se uma união aduaneira, mas não havia mecanismos com os outros países, pois muitos deles estavam negociando acordos de livre-comércio com os Estados Unidos ou estavam mais interessados na Alca, que era do que se falava na época.

Fizemos um acordo de livre-comércio, de ampla liberdade, envolvendo todos os países do Mercosul e da Comunidade Andina, a Unasul. Além desses aspectos econômicos, há os conselhos para energia, para questões sociais, e também o conselho de defesa, de combate ao narcotráfico, que são questões mais políticas. Estamos trabalhando em dois trilhos simultaneamente. No Mercosul, por exemplo, preservamos e aprofundamos o Fundo de Convergência Estrutural, que ajuda economias mais frágeis e também quando há deslocamentos em função da própria integração. A Unasul ainda não tem nada equivalente porque o grau de integração econômica é menor. As atitudes do Brasil com relação a Paraguai, Bolívia, Uruguai, foram todas no sentido de fortalecer a integração. Temos uma América do Sul, onde subsistem problemas, diferenças, e isso é uma riqueza. Temos de aceitar o pluralismo ideológico, doutrinário.

A imprensa potencializa as diferenças Chávez, Morales, Correa, as dificuldades entre Brasil e Paraguai, entre Brasil e Bolívia. Trata o “Brasil à direita e os outros à esquerda”. Como você analisa o barulho que é feito em torno dessas diferenças?

CA: A América do Sul sempre foi um continente marcado pela desigualdade, pelo controle de uma elite que não representava a maioria população, em grande parte dos países. Em alguns deles, como Bolívia, Equador, Venezuela, essas características eram mais marcantes. Agora está em um momento de profundas transformações. Obviamente que todo período de grande mudança gera também instabilidade, e temos de lidar com isso. O Brasil, de certa maneira, está numa fase um pouco diferente, tem economia e sociedade diferentes. Não que não tenha problemas. A questão racial no Brasil, por exemplo, está longe de ser totalmente resolvida. O presidente Lula tem feito um trabalho importante, a própria política externa, em relação à África e ao Haiti, repercute para dentro, na questão racial. Mas não tem o drama, por exemplo, dos índios na Bolívia: nenhuma chance de acesso ao poder e grande maioria da população excluída. Isso gera situações e reivindicações acumuladas his-

toricamente que precisam ser tratadas. Mas, se não se compreender que é um período de profundas transformações e resolver reagir de maneira abrupta em relação a elas, só estará aprofundando...

Falemos então sobre as bases norte-americanas na Colômbia...

CA: Nós compreendemos e respeitamos o desejo da Colômbia de ter o auxílio norte-americano para combater o narcotráfico e os movimentos insurgentes, Farc, guerrilhas, terroristas, como queiram. O governo Uribe, independentemente da orientação ideológica, é um governo eleito, tem legitimidade, grande popularidade, e isso é inegável. Agora, a presença de forças americanas, inclusive com aviões de longo alcance, capacidade de operação logística, gera preocupação em vários países. Sobretudo naqueles que já tiveram algum problema com o país, Equador e Venezuela. De qualquer maneira é um fato real que temos de resolver no âmbito da Unasul. Já tivemos uma reunião presidencial, que convocou uma reunião de ministros das Relações Exteriores e da Defesa. E temos de discutir, quem sabe, um pacto de não agressão, acompanhado de garantias de todos os países da região que abarque obviamente as forças estrangeiras. Talvez seja esse o caminho e, quem sabe daqui a dez anos, tempo de duração inicial do acordo, a Colômbia não precise mais desses recursos.

Mas de qualquer maneira desencadeia uma corrida armamentista...

CA: Qualquer país que esteja armado e que receba armas de outro justifica um outro tê-las. Mas é preciso certo cuidado. O Brasil não tem nenhuma preocupação com nenhum de seus vizinhos. Felizmente, as disputas que existiam foram encerradas, as rivalidades foram substituídas pela cooperação. Como diz o presidente, rivalidade ficou só para o futebol. Mas o Brasil é um grande país e é um país grande, com a maior costa atlântica no mundo, 16 mil quilômetros de fronteiras, tem de cuidar do pré-sal, da Amazônia. Nosso problema é totalmente diferente. Então, temos de ter uma defesa razoável.

Algumas organizações pedem o fim da ocupação militar no Haiti, além de Iraque e Afeganistão. O que foi e o que é hoje o Haiti e qual a importância da participação brasileira?

CA: Havia uma situação de colapso do Estado, as pessoas estavam literalmente se matando. Os derrotados com nossa presença no Haiti foram os paramilitares. Nessa situação de colapso foi constituída pelas Nações Unidas, pelo Conselho de Segurança, uma força que faltou, por exemplo, no caso do ataque ao Iraque, que foi uma decisão unilateral dos Estados Unidos. É uma

situação completamente diferente do ponto de vista jurídico. Além disso, para quem está no Haiti ou foi lá – já fui oito vezes em menos de seis anos –, a diferença é notável. Ainda há imensos problemas, mas nossa presença, além de colaborar para uma certa paz, pois havia bandos armados misturados com tráfico de drogas, criminalidade, contribuiu para uma eleição democrática com participação relativamente grande – a tradição era de participação pequena –, que permitiu às pessoas ter carteira de identidade. O censo da população foi possível com a eleição. A situação nas prisões, em todos os sentidos, melhorou muito. Nos primeiros dois anos havia um cenário de temor e instabilidade. A eleição de René Préval foi com mais de 50% dos votos válidos. O segundo colocado obteve 11%.

É um país muito pobre, miserável, e qualquer problema será sempre uma fagulha, como foi há cerca de um ano a crise alimentar. Os processos eleitorais são complexos, mas acabou de ocorrer a eleição para o Senado. A Constituição está em processo de reforma, não dará mais um mandato a Préval, mas permitirá algumas correções e terá de ser votada por duas legislaturas – esta, que foi favorável, e a seguinte. O Haiti tem uma Constituição que parece de um cantão da Suíça, lidando com uma situação social muito dramática. Quando for eleito o sucessor de Préval, num processo democrático, estará na hora de diminuirmos a presença militar no país, que hoje já nem é tão militar. Uma parte importante do nosso contingente, dentro do que a ONU permite, faz trabalhos de engenharia, que fazem parte da operação de paz e deixam resultados concretos. Para citar um exemplo, havia várias favelas em que ninguém entrava, mas Cité Soleil era o pior dos lugares. Uma delegação de parlamentares brasileiros esteve lá e teve de entrar na favela com urutu. Deputados que eram críticos, como Cristovam Buarque, Fernando Gabeira, voltaram com outra opinião. Há mudanças nas questões de segurança.

A presença do Brasil foi absolutamente instrumental, o que nunca tinha ocorrido. O próprio Aristide, quando chegou ao Haiti pela primeira vez, foi por meio de uma operação da ONU. Era uma operação multinacional que a ONU referendou depois. Desta vez a ênfase tem sido em programas humanitários, estabilidade política e desenvolvimento. Claro, sem paz e segurança não se pode fazer nada.

O Brasil tem um programa com Índia e África do Sul de coleta de lixo sólido, que emprega muitas pessoas e recebeu prêmio do Pnud como exemplo de cooperação Sul-Sul. Replicamos esse programa no Haiti e o faremos em outros lugares. O Haiti se tornou uma espécie de modelo para operações de paz da ONU pelo lado da reconstrução. Tratando-se de desenvolvimento, é mais complexo, porque é preciso atrair atividade econômica sustentável,

empresários... Não depende só de generosidade do Brasil ou da comunidade internacional. Há uma empresa brasileira construindo uma estrada financiada pelo BID com dinheiro canadense. O Brasil está terminando o projeto de uma hidrelétrica, que tem custo alto, próximo de R\$ 8 milhões, e precisa de financiamento. A presença brasileira passou a atrair atores que antes estavam relutantes, não só por questões políticas. O próprio BID temia a situação de segurança.

Outra de nossas preocupações foi trabalhar com o contexto regional, a Comunidade do Caribe (Caricom), países com muita semelhança étnica e cultural, que têm muito a ver com o Haiti e é onde ele tem de se integrar. É interessante, por exemplo, que mesmo no início, quando havia uma certa polêmica, os médicos cubanos nunca foram retirados e ajudaram muito. Na primeira reunião ibero-americana a que fomos depois disso, na Costa Rica, Cuba e todos os países progressistas do Grupo do Rio nos apoiaram. É uma operação muito importante que ainda requer presença de segurança, pois leva tempo para formar uma força de segurança do país. Acho que já tem 6 mil ou 8 mil policiais formados. Mas as dificuldades são muitas. A última turma se formou, mas teve de fazer exercício de tiro sem munição.

Se não tivesse sido o Brasil seriam os americanos, e aí o estilo seria outro...

CA: Totalmente outro estilo. Estavam em uma operação lá, antes de a ONU autorizar. E em outras ocasiões também.

No começo do governo, criticavam muito as viagens de Lula à África, tratavam como populismo, perda de tempo, diziam que não havia nada lá para extrair em termos de comércio.

CA: Nosso comércio com o continente multiplicou por cinco em seis anos. E não fomos lá para isso. O Brasil não só importa bastante da Nigéria, Angola e Argélia, mas exporta muito para a África. Empresas brasileiras estão estabelecidas na África. Então, mesmo que queiram olhar pelo lado mercantilista, que não é o nosso, nossa presença no continente se justifica. E os africanos apreciam porque o Brasil não tem abordagem predatória. Eu ouvi depoimentos de países onde nem temos embaixada, Debut, África árabe, acham ótimo ter empresas brasileiras, pois empregam pessoas locais e, com isso, disseminam conhecimento. Cito dois exemplos, há muitos outros. No Mali estabelecemos uma fazenda-modelo de algodão. Nas negociações na OMC –muitas vezes também somos criticados nas negociações da OMC –, vimos que havia, entre outros, quatro países africanos muito pobres que se autodenominavam *cotton four* (os quatro países do algodão), que incluía Mali,

Burkina Faso, Benin e Jade. Então, como não podia ser em todos, a Embrapa escolheu Mali para fazer uma fazenda-modelo. O algodão é um dos produtos que mais sofrem com os subsídios dos países ricos. Então estamos ajudando o Mali e os outros países a desenvolver novas variedades. A fazenda-modelo é aberta para aprendizado e experiências para os quatro países. Não é uma pequena ação. É uma ação generosa porque não visamos a nenhum lucro a curto prazo. Mas não sei se a longo prazo não gerará negócios. Quando precisarem de máquinas, técnicos, é natural que venham buscar no Brasil. Outro exemplo: em Guiné Bissau vamos inaugurar um centro do Senai. Essas ações têm custo, mas o Brasil estava acostumado a se ver como um país pobrezinho, que dependia dos outros. O país pode ajudar outros e é em benefício próprio a longo prazo. São países que esperam muito de nós.

De alguma forma, há uma dívida histórica nossa com a escravidão, com a violência e o genocídio na África.

CA: Sem dúvida. Uma das poucas vezes que vi jornalistas chorar num evento público foi quando o presidente visitou a Ilha de Gorée, no Senegal, lugar de onde vinha a maioria dos escravos para o Brasil. Lula pediu perdão, foi um gesto misto de muito obrigado e perdão.

Lula, em entrevista ao Valor Econômico, falou que depois de 2010, se quiserem, ele pretende se dedicar à África e aos países mais pobres da América Latina.

CA: Isso mostra bem quem é o nosso presidente e a sinceridade de seus propósitos. Isso nos dá grande alegria para trabalhar e ao mesmo tempo defender os interesses do Brasil e também ajudar a humanidade. A política externa tem de estar imbuída de um certo humanismo.

O Brasil dá grande importância à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e há uma certa perplexidade com isso.

CA: A língua aproxima, naturalmente. Foi no governo Itamar Franco, do qual fui ministro, que se lançou a CPLP, assinada no governo Fernando Henrique. Entusiasmei-me porque, entre outras coisas, era uma maneira de relançar nossa política para a África, que estava abandonada. Curiosamente os militares desenvolveram uma política africana, na época do Geisel. Com o neoliberalismo, a África foi ignorada, porque não representava lucro imediato. Os povos se unem às vezes pela economia, pela sociedade, língua, cultura. O Brasil nunca foi império e Portugal é muito pequeno para ter influência imperial. Então, é um espaço para coordenação política, e o fato de ter uma língua em comum facilita imensamente uma cooperação.

O primeiro golpe de Estado que tivemos de enfrentar no governo Lula passou meio despercebido porque o país é pequeno, foi em Santo Tomé e Príncipe. A primeira-ministra tinha sido presa, o presidente que estava fora do país não podia voltar. E nós, coincidentemente, estávamos tendo uma reunião da CPLP em Coimbra. Decidimos mandar uma missão e conseguimos restabelecer o governo, as eleições. E hoje em dia, do ponto de vista político, o país está bem, com eleições regularmente etc.

O presidente Lula visitou todos os países de língua portuguesa, alguns mais de uma vez. Os países não são idênticos. Angola precisa de cooperação, mas pode pagar por algumas coisas. Moçambique precisa de cooperação, mas também é um bom lugar para investimentos. Em Guiné Bissau não há como pensar em ganhar dinheiro, tem de ajudar mesmo.

O presidente Lula deposita esperança na Universidade da Integração Luso-Afro-Brasileira (Unilab) no município de Redenção, no Ceará.

CA: É muito importante porque vai gerar integração, mas estará voltada para áreas que interessam mais: agronomia, saúde.

Estamos fazendo é a fábrica de antirretrovirais em Moçambique. Muito importante, só que demora, porque passar no Congresso é um suor. Às vezes não tem ninguém contra, mas alguém implica com uma cláusula de aspecto financeiro.

Senegal e Guiné Equatorial têm participado da CPLP?

CA: Senegal está participando como observador. Guiné Equatorial também, mas defendemos que participe como membro pleno porque é o único país de língua espanhola na África subsaariana. Fica muito isolado. É um país com muita pobreza, mas tem também petróleo e pode vir a ajudar outros mais pobres da própria CPLP. Pode fortalecer a CPLP e divulgar mais a língua portuguesa, quem sabe dentro de uns anos venham a falar nossa língua.

O que significa a presença do Brasil no Conselho de Segurança da ONU?

CA: O Brasil, junto com o Japão, é o país que mais esteve no Conselho de Segurança como membro não permanente. É a décima vez. Mas o país deseja uma reforma do Conselho, que para ter o mínimo de legitimidade precisa ter uma representação do mundo de hoje, que incluiu, entre outros, países em desenvolvimento, Índia, Brasil, algum africano.

Não é uma questão fácil, diz respeito até ao orgulho nacional de certos países. O número de líderes mundiais que apoiam a reforma do Conselho é cada vez maior. Acho que ocorrerá em breve.

Sem legitimidade não se tem efetividade. Por exemplo, as sanções contra a Líbia já não estavam sendo seguidas pelos países africanos. Claro, estavam erradas mesmo. Isso mostra que, se o Conselho não é representativo, deixa de ser efetivo, porque os países não se sentem obrigados a cumprir suas decisões.

A crise trouxe alguns elementos novos: crise do modelo de liberalização total, do Consenso de Washington, e a possibilidade de mudança, a chamada nova arquitetura financeira mundial e outras medidas. Quem vai fazer isso?

CA: Ajudamos a construir a nova geografia econômica e política do mundo, como gosta de dizer o presidente Lula. Na realidade, na área econômica e financeira a ordem mundial já está mudando. Alguns dos organismos tinham menor grau de formalidade, como é o caso do G-8, que passou a ser G-20. Diferentemente do Conselho de Segurança da ONU, que é muito formal, estabelecido pela Carta da ONU etc.

Com relação à ordem econômica, acho que a substituição do G-8 pelo G-20 foi importante, traz novas óticas e percepções. O Fundo está sendo reformado também, alguns empréstimos são concedidos sem condicionalidades, do tipo das que havia no passado. Alguns países, já estão se beneficiando com isso. E a ênfase, por exemplo, na questão do financiamento do comércio entre países em desenvolvimento. São batalhas que não se vence do dia para a noite. Ganhar a batalha teórica é o primeiro passo para avançar nos outros.

Antes de Lula tomar posse, na época das críticas à Alca, Robert Zoellick era o representante comercial dos EUA e declarou que o Brasil deveria então negociar com a Antártida, com os pinguins. Anos depois, como presidente do Banco Mundial, Zoellick negocia muito conosco, conversa muito com o Brasil e recentemente, em uma reunião em Istambul, disse que os países têm de confiar mais no mercado interno e recorrer mais ao comércio Sul-Sul. Exatamente o oposto do que a Alca propunha.

Você acredita que podemos mudar o padrão monetário? Direito especial de saque substituir o dólar?

CA: Seria temerário dizer que isso acontecerá logo, porque a resistência é muito grande. A discussão é cada vez maior, o papel dos direitos especiais de saque está aumentando nos empréstimos. O próprio Brasil, ao comprar, está comprando por meio do direito especial de saque, e não de dólar. Com a Argentina inauguramos o comércio em moeda local, ainda muito tímido, que beneficia sobretudo a pequena e média empresa.

Qual sua avaliação de sete anos do governo Lula e qual o rumo a seguir? Há uma confrontação de linhas de política externa. O que diferencia a política deste governo e a adotada nos oito anos anteriores?

CA: Primeiro é indiscutível que hoje o Brasil tem uma presença no mundo que nem se compara com a que tinha. Claro que isso se deve muito à figura emblemática do presidente Lula, e ao que ele fez no Brasil. Deve-se também à consolidação da democracia, às políticas sociais e também à política externa. Estamos hoje numa situação totalmente diferente. Vejo como o Brasil é requisitado. Por exemplo, o ministro das Relações Exteriores do Reino Unido me propõe fazermos juntos uma videoconferência sobre a mudança do clima, a partir do Brasil. Essa é uma mudança.

Bric, Fórum Ibas (Índia, Brasil e África do Sul), que nós criamos. O G-20 da OMC alterou totalmente o padrão de negociações da organização. Modéstia à parte, o Brasil trabalhou muito bem isso. Até na parte da negociação comercial, que é mais pragmática, nos saímos bem. O Brasil, ao mesmo tempo que apoiava outros países em desenvolvimento, com o G-20 comercial diferente do financeiro, quando precisou se aliou aos Estados Unidos para forçar a União Europeia a baixar seus subsídios. Quando precisou se aliar à União Europeia para cobrar dos Estados Unidos certas atitudes também o fez. Isso tudo deu ao país uma projeção que não tinha.

Os princípios do relacionamento internacional do Brasil são os mesmos e estão na Constituição: autodeterminação dos povos, não intervenção, integração latino-americana, respeito à soberania dos Estados, isso não muda. Agora, a política externa é uma política, como é a econômica, a social. Então, cada governo traz a sua. O governo Lula introduziu na política externa, além de um sentido muito forte de solidariedade com outros países, a noção de audácia e de ousadia. Não tivemos medo de tomar as decisões. O que deixava parte de nossa mídia desesperada era nossa capacidade de tomar atitudes sem pedir licença. Quando Lula foi à Líbia, todo mundo criticou. Não criticaram Tony Blair, ou mesmo Aznar, que foi depois de Lula. Hoje em dia todo mundo vai à Líbia. Ele apenas foi um pouco antes.

Há uma entrevista do Lampreia, em 2000, em que ele diz que o Brasil devia conhecer o seu lugar...

CA: Acho que foi a maneira como o presidente Lula fez, ousou internamente na política social, e diziam que não era possível, que geraria inflação. Hoje se vê que essa é uma das principais causas de o Brasil não ter afundado na recessão junto com os países ricos. Podemos até ter come-

tido erros no processo, mas seguimos o caminho, não tivemos medo, e os resultados estão aí. O Brasil é respeitadíssimo, e esse respeito não vem de pressões, intimidações.

O Brasil contribuiu para trazer novas pautas: a insistência de Lula contra a fome e pelo trabalho decente...

CA: O tema da segurança alimentar, que tem hoje uma força enorme, não existia. Agora vemos Hillary Clinton querendo lançar a iniciativa. Acho ótimo, mas quem colocou essa pauta foi o presidente Lula.

Você se filiou ao PT e surgiram muitas críticas por você ser chanceler...

CA: Não fiz estatística porque não tenho essa preocupação, mas de 1945 para cá, para não ir para o resto da História, a maioria dos chanceleres era filiada. Meu antecessor imediato, Celso Lafer, fez a campanha de Fernando Henrique e dele próprio, tudo muito legítimo. Não ser filiado é a exceção. Mesmo que fosse da carreira, não haveria impedimento. Mas há três anos já tinha me aposentado voluntariamente, coisa raríssima aqui no Itamaraty.

SOBRE OS AUTORES

ALBERTO KLEIMANN é chefe da Assessoria Internacional da Subchefia de Assuntos Federativos da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República. Formado em Direito e mestre em Relações Internacionais pela Universidade de São Paulo (USP), foi coordenador assistente da Secretaria de Relações Internacionais da Prefeitura de Santo André (gestão Celso Daniel) e coordenador de Redes e Cooperação Bilateral com América Latina e Europa, da Secretaria de Relações Internacionais da Prefeitura de São Paulo (gestão Marta Suplicy).

CELSO AMORIM é ministro das Relações Exteriores desde 2003. Em 2001, o chanceler assumiu a embaixada brasileira no Reino Unido. Em 1999, chefiou da missão brasileira na Organização Mundial do Comércio (OMC), em Genebra, Suíça. Em 1995, chefiou a Missão Permanente do Brasil nas Nações Unidas, em Nova Iorque, função que exerceu até 1999. Diplomata formado pelo Instituto Rio Branco (1965) e pós-graduado em Relações Internacionais – Academia Diplomática de Viena (1957), o chanceler Amorim foi professor de Língua Portuguesa do Instituto Rio Branco, professor de Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB) e é membro permanente do Departamento de Assuntos Internacionais do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (USP).

FÁTIMA VIANA MELLO é coordenadora da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) – Solidariedade e Educação; e secretária executiva da Rede Brasileira Pela Integração dos Povos (REBRIP). Historiadora, mestre em relações internacionais (IRI/PUC-RJ), integrou o comitê organizador e secretariado do Fórum Social Mundial de 2005. A REBRIP é o capítulo brasileiro da Aliança Social Continental.

JOÃO ANTONIO FELÍCIO é professor da rede estadual de São Paulo, secretário de Relações Internacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Formado em Desenho e Plástica, Educação Artística e História da Arte pela Fundação Educacional de Bauru (SP). Da CUT, Felício foi presidente por duas vezes e secretário geral numa gestão anterior, e também é secretário sindical nacional do Partido dos Trabalhadores (PT).

MARCO AURÉLIO GARCIA é assessor de política externa da Presidência da República e membro da direção nacional do PT. É formado em filosofia e direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pós-graduado pela Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais de Paris. É professor licenciado no Departamento de História da Unicamp. Foi, nos anos 1960, vice-presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE). Foi vereador na cidade de Porto Alegre e secretário de Cultura das cidades de Campinas e São Paulo. Foi secretário de Relações Internacionais do PT, e um dos organizadores e fundadores do Foro de São Paulo, para reunir todos os grupos de esquerda da América Latina e do Caribe.

MARIA SILVIA PORTELA DE CASTRO é representante da Central Única dos Trabalhadores (CUT) no Foro Consultivo Econômico e Social do Mercosul. Especializada nos temas de integração comercial e econômica e seus impactos sobre o trabalho e a participação dos sindicatos, é assessora da CUT e da Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM). Socióloga formada pela Escola de Sociologia e Política de SP; e mestra pelo Programa de Integração da América Latina (PROLAM-USP).

PAULO GILBERTO FAGUNDES VIZENTINI é bacharel e licenciado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com especialização em Segundo Ciclo de Estudos sobre Integração Europeia pelo Instituto de Estudos de la Integración Europea del Colégio de México e UE (1995). É mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1983); doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo (1993); pós-doutor pela London School of Economics And Political Sciences (1998). Tem experiência na área de História, com ênfase em História Moderna e Contemporânea, atualmente é professor titular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

DR. ROSINHA é nascido Florisvaldo Fier. Em 2007, foi eleito vice-presidente do Parlamento do Mercosul. Foi presidente e secretário-geral da Comissão do Mercosul do Congresso Nacional. Paranaense de Rolândia, onde foi trabalhador rural; mudou-se em 1969 para Curitiba, estudou Medicina e participou, como diretor, do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais (Sismuc) e do Centro Brasileiro de Estudos da Saúde. Participou da fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES NETO é diplomata brasileiro, e secretário-geral das Relações Exteriores do Ministério das Relações Exteriores de 2003 até 2009. Foi ministro chefe da Secretaria de Assuntos estratégicos da Presidência da República (SAE) e professor da Universidade de Brasília (UnB) e Instituto Rio Branco (IRBr/MRE). Foi eleito Intelectual do Ano em 2006 (troféu Juca Pato), pela União Brasileira de Escritores (UBE).

VALTER POMAR é secretário executivo do Foro de São Paulo. Historiador formado pela Universidade de São Paulo (USP), doutor em história econômica e gráfico formado pelo Senai. Foi secretário de Cultura, Esportes, Lazer e Turismo da Prefeitura de Campinas. Integra a direção nacional do PT desde 1997 e foi, até fevereiro de 2010, secretário de Relações Internacionais do PT.

SOBRE OS ORGANIZADORES

KJELD JAKOBSEN é consultor em relações internacionais e editor do boletim eletrônico Periscópio Internacional, da Fundação Perseu Abramo. Técnico em eletrotécnica, formou-se pelo Colégio Técnico da Universidade de Campinas (Unicamp). É bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Iberoamericana de São Paulo e mestre em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP). Foi diretor do Sindicato dos Eletricitários de Campinas, membro da Direção Executiva Nacional da CUT, onde ocupou os cargos de primeiro secretário, tesoureiro, presidente e secretário de Relações Internacionais. Foi secretário internacional do Município de São Paulo (gestão Marta Suplicy). Foi fundador e presidente do Instituto Observatório Social de 1997 a 2007.

ELÓI ALFREDO PIETÁ é vice-presidente da Fundação Perseu Abramo. Duas vezes membro do Diretório Nacional do PT, prefeito de Guarulhos (2001 a 2008), vice-presidente de relações internacionais da Frente Nacional de Prefeitos (2006 a 2008), deputado estadual em São Paulo (1991 a 2000), vereador em Guarulhos-SP (1983 a 1990), sempre pelo PT. Foi militante de movimentos sociais, professor de Língua Portuguesa e atuou como advogado.

O livro *A nova política externa* foi impresso pela Cromosete Gráfica para a Editora Fundação Perseu Abramo. A tiragem foi de 2.000 exemplares. O texto foi composto em Berkley no corpo 11/13,2. A capa foi impressa em papel Supremo 250g; o miolo foi impresso em papel pólen soft 80g.